

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO

**“VER O OUTRO NOS PRÓPRIOS OLHOS”:
A REVISTA BRASÍLIA E O PROJETO DE LUSITANIZAÇÃO DO
ATLÂNTICO SUL (1942-1949)**

Marcello Felisberto Moraes de Assunção
Orientador: Élio Cantalício Serpa

Goiânia
Fevereiro, 2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou **download**, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Marcello Felisberto Moraes de Assunção		
E-mail:	marcellofma@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Nenhum		
Agência de fomento:	Programa de Reestruturação das Uni-	Sigla:	REUNI
	versidades Federais		
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ:
Título:	"Ver o outro nos próprios olhos": A revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949).		
Palavras-chave:	Salazarismo; Colonialismo; Política do Atlântico; Relações luso-brasileiras; Revista Brasília		
Título em outra língua:	"Seeing the other in your own eyes": The Brasília magazine and the lusitanization project of the South Atlantic.		
Palavras-chave em outra língua:	Salazarism; Colonialism; Atlantic Policy; Lusi-Brazilian relationship; Brazilian Magazine.		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	27/02/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de pós-graduação em história		
Orientador (a):	Elio Cantalicio Serpa		
E-mail:	ecserpa@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO

**“VER O OUTRO NOS PRÓPRIOS OLHOS”:
A REVISTA BRASÍLIA E O PROJETO DE LUSITANIZAÇÃO DO
ATLÂNTICO SUL (1942-1949)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteira, Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientação: Élio Cantalício Serpa

Goiânia
Fevereiro, 2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

A851v Assunção, Marcello Felisberto Moraes de.
“Ver o outro nos próprios olhos” [manuscrito] : a revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949) / Marcello Felisberto Moraes de Assunção. - 2014.

144 f. : il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Elio Cantalicio Serpa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de tabelas.

Anexos.

1. Estado novo – Portugal – 1942-1949. 2. Espírito, política do. 3. Colonialismo português – África. 4. Atlântico, política do. I. Título.

CDU: 321.64(469)

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO

**“VER O OUTRO NOS PRÓPRIOS OLHOS”:
A REVISTA BRASÍLIA E O PROJETO DE LUSITANIZAÇÃO DO
ATLÂNTICO SUL (1942-1949)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do Título de Mestre em História, aprovada em _____ / _____ / 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa – FH/UFG (presidente)

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – FH/UFG (membro titular)

Prof. Dr. Antón Corbacho Quintela – FL/UFG(membro titular)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto – FH/UFG (membro suplente)

Goiânia
Fevereiro, 2014

DEDICÁTORIA

In memoriam ao poeta melancólico e boêmio, cujos poemas foram oferecidos aos seus filhos, “suas utopias”.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi realizada a partir do apoio de diversos amigos e familiares, que merecem nessa breve nota o devido reconhecimento.

Ao professor Élio por me introduzir no tortuoso mundo da academia. Agradeço pelas críticas enriquecedoras, pela disposição e por sua confiança. Essa dissertação é tributária de um verdadeiro trabalho de orientação que você fez durante esses seis anos. Só tenho o que lhe agradecer. Sou grato aos professores Joao Alberto e Noé Freire Sandes pelas contribuições imprescindíveis na qualificação e por fazerem parte desta banca (respectivamente como suplente e membro titular). Agradeço a disposição do professor Antón Corbacho Quintela em compor a banca de defesa desta dissertação.

À minha mãe pelo apoio em todas as fases da minha vida. Obrigado por ser essa pessoa maravilhosa, uma verdadeira amiga que encontro para discutir e indicar livros, filmes, frustrações e felicidades. Você é de longe a verdadeira responsável por tudo que fiz e farei.

Aos meu irmãos Murillo e Arthur, por expressarem em suas práticas cotidianas um companheirismo tão necessário nesse momento de grandes transformações em nossas vidas. Espero que continuemos juntos em nossos corações, não importa as distancias físicas que possam surgir. Ambos são definitivamente os meus melhores amigos.

Ao meu amor Camila (“bota”) só tenho a lhe agradecer por ser de fato uma companheira nesse e em outros momentos. Sem a sua ajuda cotidiana, com leituras, correções e incentivos, não sei se conseguiria ter o equilíbrio que tive para finalizar essa dissertação. Te amo profundamente.

À meu tio Raimundo por me introduzir nas leituras filosóficas desde a minha tenra idade. E, também, pelo carinho, pelos nossos “blues” e por tudo aquilo que não cabe nesse pequeno pedaço de papel. Agradeço também às minhas “primas-irmãs” Luanna e Ana Terra.

À minha vó por sua sabedoria, e, por sua contribuição decisiva nos momentos mais marcantes de nossas vidas. Agradeço também às minhas tias Amaurina e Marilia por suas distintas contribuições desde a minha infância, a despeito de qualquer divergência que possa ter surgido.

Aos professores David Maciel, João Alberto e á todos aqueles que ao longo deste curso deram diversas contribuições a minha formação. Agradeço ao grupo de estudos organizado pelo professor Dr. David Maciel “História, Teoria e Método no Marxismo” por

suas distintas contribuições para o meu crescimento. Agradeço também a antiga e a nova diretoria da RTH que foram fundamentais para a minha formação enquanto historiador.

Agradeço o apoio de todos os colegas da graduação e pós-graduação nesse momento difícil (Hober Lopes, Renato Gomes, Elisa, Roger, Paulo entre outros). Ao Marcio Antônio Cruzeiro pela leitura do texto. Só tenho o que lhe agradecer um verdadeiro amigo que pretendo preservar por muito tempo. Agradeço também a revisão geral realizada pela Mariana OFugi.

Aos meus amigos do dota, RPG e de “conversas ao vento” (Yuslei, Maxmiliano, Franklin, Guilherme, Lucas, Cleber, Celio e outros) só posso lhes pedir desculpa por essa grande ausência.

Por fim, agradeço, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de estudos, imprescindível para a realização dessa pesquisa.

“O teu destino é nunca haver chegada/O teu destino é outra Índia e outro mar/E a nova lusíada apontada/A um país que só há no verbo achar” (Portugal, Manuel Alegre, *30 anos de poesia*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1997).

RESUMO

“VER O OUTRO NOS PRÓPRIOS OLHOS”: A REVISTA BRASÍLIA E O PROJETO DE LUSITANIZAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (1942-1949)

Nosso objetivo principal nessa dissertação é analisar o projeto de lusitanização do “Atlântico Sul” por meio do estudo da Revista Brasília nos anos da “Política do Espírito” (1942-1949). Tal intento foi realizado a partir de um duplo movimento. Inicialmente analisamos as condições de emergência da revista Brasília, para assim compreendermos as relações entre esta produção e o campo intelectual e político do período (capítulo I). Por conseguinte, exploramos os discursos da Brasília como espaço de visibilidade da política pan-lusitanista. Também perscrutamos por meio de suas diversas seções (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, Críticas, Artigos, Documentos, Crônicas, Notas, Antologias) os nexos entre esses discursos e os valores e mitos do salazarismo. Analisamos estas relações tanto por meio de produções que detém a questão da “Política do Atlântico” como tema principal (capítulo II) como em textos historiográficos que a discutem implicitamente (capítulo III). O exame destes diversos discursos e do projeto de lusitanização do Atlântico Sul permite a constatação da íntima relação entre intelectuais brasileiros e portugueses na sua defesa ao projeto corporativo e autoritário e, fundamentalmente, na proteção do colonialismo português na África.

Palavras-chave: *Salazarismo, Política do Espírito, Colonialismo, Política do Atlântico, Relações Luso-Brasileiras, Revista Brasília.*

ABSTRACT

“SEEING THE OTHER IN YOUR OWN EYES”: THE BRASÍLIA MAGAZINE AND THE LUSITANIZATION PROJECT OF THE SOUTH ATLANTIC

Our main objective in this dissertation is to investigate the lusitanization project of the South Atlantic region through the analysis of the Brasília magazine throughout the years that encompassed the “Spirit Policy” (1942-1949). This intention was put into practice through a double movement. Firstly, we analyze the conditions under which Brasília was created, so we can understand the relationship between this magazine and the intellectual and political fields in this period of time (chapter I). As a result, we also explore the discourses contained within Brasília as a space of visibility of the pan-lusitanist policy. We also investigate within its various sections (The life of the Brazilian Studies Institute, Critics, Articles, Documents, Chronicles, Notes, Anthologies) the relationship between these discourses and the values and myths concerning Salazarism. Secondly, we analyze these relations through productions which are mainly about the “Atlantic Policy” (chapter II). Thirdly, we investigate historiographic texts which implicitly discuss this matter (chapter III). The examination of these diverse discourses and the lusitanization project of the South Atlantic allow us to notice the intimate relationship between Brazilian and Portuguese academics in their defense of this corporative and authoritarian project, and, fundamentally, in the protection of the Portuguese colonialism in Africa.

Keywords: *Salazarism, Spirit Policy, Colonialism, Atlantic Policy, Luso-Brazilian Relationship; Brasilia Magazine.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I - EM TORNO DO NASCIMENTO DA REVISTA BRASÍLIA: A POLÍTICA DO ESPÍRITO E A POLÍTICA DO ATLÂNTICO.....	19
1.1. A “Política do Espírito” e a ofensiva salazarista na luta pela hegemonia cultural	21
1.2. Um breve retrospecto das relações culturais luso-brasileiras: do pós-independência à formação da “Política do Atlântico” no salazarismo	31
1.3. A política editorial luso-brasileira no salazarismo: do duplo centenário (1940) à revista Atlântico (1942)	41
CAPÍTULO II - NAÇÃO LUSÍADA: O PAN-LUSITANISMO NA REVISTA BRASÍLIA (1942-1949).....	48
2.1. A luso-brasilidade em revista: o projeto político-institucional da Revista Brasília	49
2.2. Do Instituto de Alta Cultura (1935) à revista Brasília (1942): as instituições da luso- brasilidade nas páginas da Brasília	54
2.3. A “Política do Atlântico” e o projeto pan-lusitanista no discurso da intelectualidade Coimbrã	66
CAPÍTULO III - A HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA BRASÍLIA (1942-1949)	76
3.1. A história em tempos de “Política do Espírito”.....	79
3.2. A imagem da História colonial brasileira na revista Brasília.....	87
3.3. O Estado Novo Brasileiro como espelho do salazarismo: autoritarismo e corporativismo na seção “Crítica”	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
Fontes de pesquisa	115
Referências Bibliográficas	121
Anexos.....	130

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado é um desdobramento de pesquisas que realizamos desde a graduação (através de um PIBIC e um PIVIC). Pretendemos, desde o início, em 2009, concretizar uma análise sobre o fenômeno das relações luso-brasileiras, tendo como materialidade específica o espaço do *campo intelectual* português dos anos 40. A partir dessas relações, percebemos os diversos jogos simbólicos e políticos, nos quais uma série de intelectuais esteve imersa ao verbalizar a existência de uma comunidade imaginária luso-brasileira.

Nosso objeto de pesquisa, no interior desses limites, é uma publicação acadêmica: a Revista Brasília, que foi veiculada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e fomentada por alguns órgãos institucionais, como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Divisão de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Seu primeiro volume veio à tona em 1942 e se estendeu, em publicações sem muita regularidade anual, até 1968, totalizando um montante de XIII volumes.

Entretanto, o intuito de analisar a revista Brasília em sua integralidade (1942-1968) nos pareceu um tanto pretensioso, pois, se o fizéssemos, poderíamos cair em uma análise muito superficial das suas distintas especificidades. Diante de tal volume de publicações, e de suas inúmeras particularidades internas, decidimos fazer um recorte, que remete a aspectos conjunturais do salazarismo. Este recorte tem como eixo a análise das revistas produzidas no período que abarca o auge da “Política do Espírito” salazarista¹.

Nos anos 1942-1949² a Revista Brasília foi produzida em meio a um quadro de grande fortalecimento das políticas institucionais entre Brasil e Portugal (a denominada “Política do Atlântico”). Nessa época, as relações entre os dois países foram marcadas pelos

¹Para RAMOS DO Ó (1999) em Portugal no período de 1933-1949, houve a formação de um dispositivo cultural que buscou institucionalizar e unificar as distintas produções no seio do campo cultural, em diversos âmbitos, com o intuito de controlar e censurar qualquer expressão de dissenso e de glorificar as vozes a favor do regime. Para um aprofundamento no tema, ver: RAMOS DO Ó (1999); ROSAS (2001); ADINOLFI (2007).

²Deixaremos de lado a produção que emerge no segundo momento da Revista Brasília (1950-1968), pois, além de fatores conjunturais desfavoráveis a Portugal na sua relação com o Brasil, a partir de problemas diplomáticos (a despeito do Tratado da Amizade e Consulta assinado em 1953), há também o início da guerra colonial, que faz nascer uma nova forma de apropriação da imagem do Brasil enquanto “filho pródigo”, já que, a partir dessa nova conjuntura, temos a teoria do luso-tropicalismo freyriano como a principal ideologia do salazarismo. Temos também outra dimensão nacional e internacional, na relação entre Portugal e a imagem de suas colônias, já bem mais instável. Para maior compreensão deste período, ver: RAMPINELLI (2004).

pressupostos da “Política do Espírito” salazarista, que se orientou pela criação de uma institucionalidade jurídica fomentadora do campo cultural, com o intuito de criar uma verdadeira cultura nacional, arraigada aos valores do salazarismo.

Um outro aspecto dessa conjuntura é o de que que havia (pelo menos até o III volume) não só uma correspondência no campo cultural, mas também no campo político. Neste período, ambos os regimes compartilhavam uma prática política e uma concepção de mundo (que ficam explícitas nesses tomos) própria dos regimes de “terceira via”, mas singularizavam-se frente a estes (no discurso de António Ferro, Salazar e de outros intelectuais portugueses e brasileiros) a partir de uma matriz cristã e lusitana, própria dos “povos do Atlântico” (pra usarmos uma expressão de António Ferro, o “Goebbels” português)³.

É tendo como base esta temporalidade que buscaremos analisar a revista Brasília, perscrutando suas relações com mundo que a circunda. Com a análise da Brasília pretendemos compreender como a presença de Portugal no Brasil era afirmada por intelectuais engajados no projeto de lusitanização do Atlântico Sul. Esta pretensão se orientou pela tentativa de reaver o passado mítico português (o seu papel na construção do mundo moderno por meio das grandes navegações do Século XV e XVI) com a intenção de demonstrar o seu “destino imperial”, e, portanto, sua “vocação Atlântica”. Ao sustentarem uma relação entre Brasil e Portugal fundada nos mitos de origem, conferiam a Portugal o status de “criador de nacionalidades”, cuja capacidade “criadora” poderia ser repetida em suas colônias na África.

A imprensa periódica é um espaço privilegiado para percebermos as diversas disputas simbólicas em torno da definição dessas mitologias nacionais. Nos séculos XIX e XX as revistas foram essenciais na formação e afirmação dos nacionalismos, a partir de sua contribuição específica para a padronização de tradições e homogeneização cultural, que se direcionavam para a afirmação, em um certo território, de uma história e de um dialeto comum.

Neste cenário de afirmação da “Questão Nacional” (1918-1950/60), uma ampla *intelligentsia* buscou os critérios objetivos para a identidade nacional (HOBSBAWM, 2011: 15). A língua, o território, uma história comum, ou seja, traços culturais (reais ou imaginários)

³António Ferro (1885-1956) foi um importante intelectual modernista do regime salazarista, sendo um dos poucos a ocupar cargos importantes e ter vinculações diretas com a direita radical (entrevistado durante os anos 20 Mussolini, Primo de Rivera, entre outros). Durante o salazarismo, foi diretor do Secretariado de Propaganda Nacional e também, posteriormente, do Sistema Nacional de Informação, sendo considerado “o publicista do regime” (ADINOLFI, 2007:111). Para saber mais sobre sua trajetória institucional, em suas distintas fases, ver: ADINOLFI (2007); LEAL (1994).

compartilhados por uma coletividade, se tornam os vetores para a invenção de um “caráter nacional”. A revista Brasília expressa essa busca pela definição das mitologias nacionais por meio da reprodução do ideário pan-lusitanista. O pan-lusitanismo detinha como projeto primordial a criação de um bloco de poder entre as nações lusitanas, fundado em uma identidade étnica transterritorial (FLORES, 2001: 344). Em um discurso na Emissora Nacional, integralmente publicado na Brasília, o general Francisco José Pinto ao elogiar as festividades do Duplo Centenário de 1940, sintetiza os sentidos que mobilizavam os intelectuais de ambas margens do Atlântico engajados no projeto pan-lusitanista.

Que pensamento nos anima e nos conduz? A unidade moral de duas pátrias; a identidade de dois destinos históricos; a defesa comum do patrimônio espiritual que a ambas nações pertence; a exaltação do gênio da raça e da sua missão civilizadora no mundo; o culto dos ideais humanos da paz e solidariedade e de fraternidade dos povos; o respeito de tudo que nos separa, a glorificação de tudo que nos une (Francisco José Pinto apud LEITÃO, 1942: 665).

Afirmava-se uma unidade entre os “povos atlânticos” com o intuito de demonstrar como a matriz histórica “cristã” e “humana” lusitana diferenciava-se das outras nações entregues ao “caos” do liberalismo, comunismo e totalitarismo. Portanto, o projeto de lusitanização do atlântico sul não aparecia somente como um recurso retórico, mas, também como uma busca, por agregar um bloco de poder entre as nações sobre a influência cultural lusitana.

Portanto, não é arbitrário a verbalização de uma suposta comunidade luso-brasileira pelos intelectuais da Brasília pois, existiam interesses políticos nessa aproximação. Apreendemos, através dessa busca pelo Brasil (ou por uma certa imagem idealizada deste), por parte da intelectualidade portuguesa, as tensões entre Brasil e Portugal na construção de suas identidades nacionais. Em nosso estudo tratamos de nacionalismos existentes em culturas históricas e políticas bastante próximas. Porém, essa aparente harmonia na definição do mundo social só tende a ocultar os dissensos.

Do lado português, o controle do “Brasil mental” partia da necessidade de forjar um *ethos* lusitano, que legitimasse as práticas coloniais de Portugal, a representar o Brasil como um país moderno, graças ao suposto esforço inaudito de Portugal. Já do lado brasileiro, esta representação era bastante conveniente (a despeito dos conflitos pela mesma imagem), uma vez que o país buscava colocar-se, no período, como uma nação moderna e ocidental. Em síntese, apropriar-nos-emos das produções culturais da Revista Brasília para compreender

melhor as nuances do projeto de lusitanização do Atlântico Sul, que foi, como tentaremos reiterar, uma das dimensões da ofensiva salazarista em defesa do seu império colonial.

Com relação à literatura prévia, inexistem trabalhos que tratem da revista Brasília. Entretanto, há um número considerável daqueles que estudaram as relações luso-brasileiras no século XX. Objetivamos dar continuidade a uma bibliografia que buscou debruçar-se sobre a questão da importância simbólica e política das relações luso-brasileiras no quadro do Estado Novo português e brasileiro.

Dentre os trabalhos que se ocuparam da temática, a partir de uma abordagem do campo cultural, e em particular em acordos culturais e revistas institucionais de forma geral, podemos citar: as dissertações de mestrado de Alex Gomes Silva, “Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)” (2011), e de Robertha Pedroso Triches, “Os sentidos do Atlântico: A revista Lusitânia e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro” (2011); e a tese de doutorado de Gisela de Amorin Serrano, “Caravelas de Papel: A política editorial do Acordo cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)” (2009). Neles encontramos um eixo de análise mais preocupado com as nuances da produção cultural emergida da “Política do Atlântico” a partir do estudo de revistas e acordos institucionais entre ambos os regimes.

Nas reflexões de Elio Serpa em “Portugal e Brasil: a escrita dos irmãos desavindos” (2000), “Brasil e Portugal nas revistas portuguesas” (2001) e “Revista Brasília: ver o outro nos próprios olhos” (2010), encontramos uma tentativa sistemática de compreender essas publicações como *locus* de difusão da lusitanidade. Sendo assim, são produções fundamentais para a análise, por trabalharem a questão das relações luso-brasileiras por meio de periódicos. Com essa breve análise da literatura do tema, percebemos que há poucas análises sobre a temática das relações luso-brasileiras no contexto do salazarismo em específico, e ainda há mais silêncios (ou um vazio completo) com relação à Revista Brasília. É necessário que esse vazio seja preenchido para que possamos compreender melhor as nuances dos sentidos políticos e simbólicos das diversas aproximações entre Brasil e Portugal nessa conjuntura.

A análise da Revista Brasília e do projeto de lusitanização do Atlântico Sul, expresso nela e em outras produções, foi dividida neste texto em três capítulos. No capítulo I perscrutamos como a Revista Brasília foi somente uma das expressões de um projeto político-institucional muito mais amplo, que surge como um desdobramento da “Política do Espírito”, ou seja, como uma das tentativas do regime de criar uma cultura nacional fundada em um

suposto *ethos* lusitano, que se apresenta fundamentalmente através da sua pretensa “vocação colonial”.

Dessa forma, a criação de uma política institucional entre Portugal e Brasil ao longo dos anos 30 e 40 (com o protagonismo de Portugal), a chamada “Política do Atlântico”, emerge da ofensiva do salazarismo em torno da proteção simbólica e política do seu império colonial, que se apropria da imagem do Brasil enquanto “filho-que-deu-certo”, com o intuito de se defender dos ataques a sua “capacidade colonizadora”. Portanto, as produções culturais que emergem desse mesmo fausto das relações luso-brasileiras, e, em particular, daquelas nascidas da política editorial do Acordo Cultural de 1941, estão imersas no ideário pan-lusitanista.

No capítulo II demonstramos como o ideário pan-lusitanista, base ideológica do projeto de lusitanização do Atlântico Sul, é recorrente nos inúmeros discursos encontrados no interior da Revista Brasília. Inicialmente evidenciamos o projeto político-institucional por meio de seus discursos inaugurais, problematizando a relação entre os intelectuais da Brasília com o projeto de lusitanização do Atlântico Sul.

Por conseguinte, demonstramos a glorificação de uma série de instituições consideradas como espaços por excelência da “luso-brasilidade”, a partir das seções “A vida do Instituto de Estudos Brasileiros”, “Crônicas” e “Discursos”. Por fim, argumentamos sobre como o projeto pan-lusitanista aparece ao longo de uma série de narrativas que buscam projetar uma política institucional luso-brasileira pragmática, através de políticas concretas no campo cultural e político.

Já no capítulo III, exploramos o mesmo ideário através da produção que esteve inserida propriamente no campo historiográfico. Em primeiro lugar, isso é feito evidenciando as relações entre o campo historiográfico e o salazarismo. Em um segundo momento, direcionamos o foco na produção historiográfica da Brasília com o intuito de salientar as relações entre essas produções e a defesa do discurso da unidade da história entre Brasil e Portugal.

Assim, demonstramos essa aproximação tanto a partir de estudos sobre um passado longínquo – através da construção de uma imagem “cristã” e “humana” do processo colonizador português no Brasil – como também em análises sobre temas recentes – a partir da proximidade entre o Estado Novo português e o brasileiro. A dissertação se desenvolverá dentro deste quadro geral.

As reflexões sobre a filosofia da ação de Pierre Bourdieu (a praxiologia⁴) são fundamentais para a análise da produção cultural da Revista Brasília, inclusive para tentar compreender uma prática social não mecânica, na qual os agentes produtores do *campo intelectual* (os produtores culturais no interior da Revista Brasília, por exemplo) não são meros epifenômenos de uma estrutura.

Por isso, ao longo deste texto faremos uso dos conceitos de *habitus*, *campo*, *violência simbólica*, *agente*, *capital*, entre outros. Tais conceitos são fundamentais na análise da cultura, visto que, além de ressaltarem uma dimensão dialética do mundo social (entre agente e estrutura), estão ligados a uma noção central de conflito, que perpassa todas as instâncias materiais e simbólicas da realidade social, não só no universo político ou econômico, mas também no mundo da cultura, pela legitimação, propriamente cultural, dos objetos produzidos: os bens simbólicos.

Em suma, através da análise da Revista Brasília, nessa conjuntura específica (1942-1949), buscamos preencher os silêncios aos quais a historiografia relegou os estudos das relações luso-brasileiras no salazarismo. Investigamos através desta a dimensão conflituosa em torno da construção da identidade nacional no salazarismo, e em particular na sua apropriação do Brasil (o “filho pródigo”) para a construção do “ser lusitano”. Essa imagem idealizada do Brasil foi propagada através de uma grande diversidade de produções culturais, para além da Brasília, que ainda precisam ser exploradas por esta especificidade.

⁴Para um maior aprofundamento sobre a sua teoria da ação, a “sociologia da práxis”, ver : BOURDIEU (1983c; 1997).

CAPÍTULO I – EM TORNO DO NASCIMENTO DA REVISTA BRASÍLIA: A POLÍTICA DO ESPÍRITO E A POLÍTICA DO ATLÂNTICO

Portugal grande potência construtiva, Portugal Império – aqui, sim, é que, através da decadência, se revela o nosso instinto, e se mantém a nossa tradição. Somos por índole uma nação criadora e Imperial. Com as descobertas, e o estabelecimento do Imperialismo Ultramarino, criamos o mundo moderno – criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível (...) Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil a nossa ação Imperial pela colonização, e foi nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a ideia do Império Português atingiu o estado religioso (PESSOA, 1986: 164)

Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar a moral de uma nação – a construção ou renovação e a difusão conseqüente e multimoda de um grande mito nacional (...) Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil, não temos que criar um mito, senão que renová-lo (...) Feito isso, cada um de nós independentemente e a sós consigo, o sonho se derramará sem um esforço em tudo que dissermos ou escrevermos, e a atmosfera estará criada, em que todos os outros, como nós os respirem. Então se dará na alma da nação o fenómeno imprevisível de onde nascerão as novas descobertas, a criação do mundo novo, o Quinto Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião (PESSOA, 1986: 165).

A mitologia nacional, construída em torno de uma suposta vocação imperial portuguesa, foi um tema recorrente na produção intelectual da *intelligentsia* portuguesa do fim do século XIX até o início do XX, como expressa o próprio Fernando Pessoa em sua glorificação a este mito nacional, nas epígrafes citadas. O campo cultural no salazarismo, pelo menos no âmbito oficial, foi completamente permeado por essa exaltação ao império, visto como a única solução para contornar a “degenerescência” de Portugal.

Foram criadas diversas políticas institucionais para a defesa política e militar do império, o que melhor esboçaremos mais a frente. Concomitante a essas políticas institucionais, o salazarismo⁵ cria também uma ofensiva simbólica com o intuito de defender-

⁵O salazarismo foi um regime que emergiu no quadro da “vaga autoritária dos anos 20-40” (PINTO, 2007), a partir de um processo que se inicia com a crise da hegemonia republicana do pós I G. M. até a ascensão de uma heterogênea direita (liberalismo conservador, conservadorismo autoritário e a direita radical) que realizara o golpe militar de 1926. A partir de um processo inicial de instabilidade, o regime, sob hegemonia inicial de Carmona com lenta passagem do poder para António Oliveira Salazar, vai sendo gradativamente consolidado dentro do âmbito conservador, “pelo alto”, confrontando tanto as dissensões entre as direitas (conflito entre o regime e os nacional-sindicalista sobre a liderança de Rolão Preto), como também os movimentos sociais (republicanistas, anarquistas e comunistas) que se multiplicam no período (oposição republicana “reviralhista” e

se contra os ataques a sua suposta capacidade colonizadora, criando uma verdadeira rotina nacional de exaltação do “ser lusitano”, através de uma série de eventos, comemorações, congressos, revistas etc. As produções culturais emergidas do projeto de lusitanização do Atlântico Sul, como é o caso da revista Brasília, fizeram parte desse processo de criação de uma verdadeira “aleluia nacional” em torno dos valores “eternos” da lusitanidade. Entretanto, para entender melhor as especificidades internas da Brasília e desse projeto, precisamos adentrar com mais profundidade no espaço social que os fez emergir.

Neste capítulo, demonstraremos que o projeto de lusitanização do Atlântico Sul, expresso pela intelectualidade que concebia a revista Brasília e também pelos que nela publicavam (como veremos no capítulo II), é presente em uma ampla gama de produções culturais no âmago da sociedade civil durante o salazarismo nos anos da “Política do Espírito” (1933-1949). Portanto, para maior compreensão das condições de emergência da revista Brasília, é preciso evidenciar as relações entre essa política institucional luso-brasileira, a chamada “Política do Atlântico”, e o projeto cultural salazarista, a denominada “Política do Espírito”.

A “Política do Espírito” irá reproduzir, no seio da sociedade civil e política, uma concepção mítica de nacionalidade transterritorial, cujo principal pilar é o seu império ultramarino. A invenção desse *ethos* lusitano irá se alimentar, por sua vez, de uma certa representação do Brasil, “o filho-que-deu-certo”, para assim legitimar sua prática colonial na África (como veremos a frente).

Desta forma, o turbilhão de ações criadas no afã de intensificar as relações luso-brasileiras é um dos desdobramentos da estruturação de uma “política oficial do espírito” no salazarismo. A política de institucionalização das relações luso-brasileiras, que os próprios intelectuais denominavam “Política do Atlântico”, foi, portanto, parte de um projeto maior de

a supressão do operariado no âmbito da coerção e consenso: contenção dos preços alimentares básicos, proibição dos sindicatos livres e perseguição constante). Arbitrando com grande autonomia, a partir de uma série de medidas, tanto os conflitos oriundos de suas elites como os conflitos vindos das classes subalternas (PINTO, 2007). É sobre esta base heterogênea das “direitas políticas” que o regime irá se equilibrar até mesmo depois de sua institucionalização com o Acto colonial (1930), a criação da União Nacional (1930) e a Constituição de 1933. Estes “equilíbrios sociais” (ROSAS, 1986; 1990b; 1990b) irão durar até a sua crise com a “economia de guerra”, intensificada por uma vulnerabilidade estrutural de Portugal ao mercado internacional, e fundamentalmente britânico (MAXXWEL, 1999; ROSAS, 1986). Tal mercado inaugura um novo período do regime muito mais instável sob a ameaça da oposição republicana e sob o avanço do operariado, que nos anos 30 aceitou o projeto corporativo-estatista do regime (MARTINHO, 2002). Nestes anos de bloqueio econômico, no quadro da guerra, é que se iniciara um período de instabilidade, que vai se apaziguando com uma violenta ofensiva do salazarismo contra estes mesmos movimentos. É no seio dessa instabilidade que o regime busca difundir uma imagem “harmônica” e “glorificante” da portugalidade, por meio de uma série de eventos, que buscam reiterar a imagem desta como uma “ilha de paz” em meio ao caos europeu. O Brasil e a “Política do Atlântico” estão relacionados a esta mesma tentativa de mostrar Portugal (ou os “povos atlânticos”) como aqueles capazes de reconstruir o mundo após esse período de caos, a partir do universalismo cristão português (tese amplamente reiterada no seio da revista Brasília, como veremos nos capítulos II e III).

organização e controle jurídico-institucional da produção intelectual do período, e em particular, da propaganda do seu império colonial.

Tanto a “Política do Espírito” como a “Política do Atlântico” nascem com o salazarismo a partir da intenção de atrair uma série de intelectuais em torno de um projeto nacional, que transpõe as barreiras do território metropolitano, pois busca em todos eles sua influência política (Moçambique e Angola) e cultural (Brasil), como forma de desmontar as distintas críticas contra a capacidade de criar “novos Brasis” na África. Analisaremos, daqui para frente, as imbricações entre a emergência da “Política do Espírito” e o fomento de uma série de práticas, no intuito de aproximar Brasil e Portugal, não só em um âmbito estritamente cultural, mas também político e institucional.

1.1 A “Política do Espírito” e a ofensiva salazarista na luta pela hegemonia⁶ cultural

A política do espírito (...) não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto, ao prestígio exterior da nação. Ela é também necessária ao prestígio interior da nação. Um povo que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, torna-se inútil e mal humorado (...) Mas que se faça uma política do Espírito, Inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma ideia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O espírito, afinal, também é matéria, a matéria-prima da alma dos povos (...) (FERRO, 1936: 273-276).

Essa concepção da política cultural, apontada por António Ferro, do espírito como matéria-prima a ser moldada segundo a defesa de um “ressurgimento”, tão cara aos fascismos, é própria da pretensão totalizante, que a política cultural do salazarismo assume nessa conjuntura. Tal política busca instituir, em um âmbito estritamente estético⁷, uma concepção harmônica das relações sociais que supostamente dissolve o conflito de classe.

⁶Apropriar-nos-emos do conceito de hegemonia de Gramsci ao longo deste trabalho. A hegemonia não se reduz à ideologia, mas a inclui, já que pode assumir formas políticas, econômicas e culturais. Ela pode ser entendida como um “espectro inteiro de estratégias, práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga” (EAGLETON, 1997: 107). Portanto, conquistar a hegemonia significa instituir uma direção política, ideológica ou cultural a partir das diversas instituições da sociedade civil. Desta forma, a hegemonia é entendida por Gramsci como uma das dimensões da dominação de um grupo social (e das frações do mesmo) sobre outros grupos e classes, supremacia que se manifesta de duas maneiras em Gramsci: como “domínio” e como “direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 2001: 62).

⁷A estetização da política como um dos fenômenos do fascismo objetivava, para João Bernardo (através de uma clara influência da noção inicialmente criada por Walter Benjamin), em um âmbito estético, extinguir o conflito de classes (BERNARDO, 2004: 734). Portanto, o fascismo não foi uma estética por opção, mas por necessidade (BERNARDO, 2004: 735). A política estetizada é necessariamente instituída através do ritual, por isto a necessidade da política fascista se desenvolver sobre a forma de cerimônias, festivais, de paradas e desfiles.

Para realizar tal pretensão, o Estado Novo português projeta em seus discursos ao longo dos anos 30 e 40 um *ethos* português, condizente com essa perspectiva da harmonia social. Difunde no período um discurso agressivo e combativo, apesar das suas fissuras e nuances internas⁸, que produz e institui uma memória histórica, de tipo nacional, que pretende ser ontológica e científica frente a qualquer memória desviante (ROSAS, 2001: 1033).

Para Fernando Rosas o salazarismo unia um

(...) peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da guerra civil da Espanha e do triunfal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na Europa, ainda que esta segunda componente se possa sentir (...) menos ao nível da dogmática dos conteúdos, mas sobretudo no tocante à definição dos alvos dos instrumentos, dos métodos e da iconografia que acompanharam o seu enunciado e inculcação (ROSAS, 2001: 1034).

Essa pretensão totalizante do projeto cultural do Estado Novo será materializada a partir da atração e adesão de agentes e também da montagem de um dispositivo cultural que exerce o papel fundamental de organização da propaganda nacional e da cultura (RAMOS DO Ó, 1999: 74). Esse dispositivo cultural buscou criar um processo de “regeneração nacional”, a fim de reconduzir os portugueses à sua “ordem natural”, combatendo toda e qualquer “degenerescência do espírito”, a partir da “reeducação”, fazendo-os encontrar com a sua “essência natural” (ROSAS, 2001: 1034).

O Secretariado de Propaganda Nacional e a "Política do Espírito", idealizada por António Ferro, foram em grande parte produtos desse esforço em agrupar e concentrar a propaganda política e cultural, para criar um sistema de representações monolítico, que buscasse orientar toda teoria e prática do período, não podendo existir nada fora dele (RAMOS DO Ó, 1999: 19)⁹. Segundo RAMOS DO Ó (1999), os anos de 1933-1949 foram o auge da tentativa do salazarismo de edificar no seio do campo cultural um sistema normativo, e, portanto, institucional, que angariasse instituições e agentes produtores de bens simbólicos que colocassem as classificações e divisões do mundo social, próprias dos valores do regime, no topo da hierarquia do campo cultural.

Assim, é na encenação coletiva que o fascismo encontra o meio de transfigurar o discurso (BERNARDO, 2004: 739).

⁸Para entender algumas disfunções da “Política do Espírito” do Estado Novo na conjuntura das décadas de 30 e 40, ver: RAMOS DO Ó (1999) e ADINOLFI (2007).

⁹As funções do regulamento, interno e externo, que regiam o Secretariado de Propaganda Nacional são claras com relação a prática ativa de instrumentalização do campo cultural em relação ao regime. Suas funções se direcionavam, explicitamente em seu regulamento, no controle sistemático da produção cultural que se produzia dentro ou fora de Portugal, ver: RAMOS DO Ó (1999).

Para GUIMARÃES (2009), a “Política do Espírito” assentava-se fundamentalmente em três pilares: 1) o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda que objetivava engrandecer o regime; 2) a busca pela conciliação entre a velha tradição e os valores lusitanos com a modernidade, que é identificada com a instauração do Estado Novo português; 3) a institucionalização de uma cultura nacional e popular baseada nos ideais fabricados pelo regime (GUIMARÃES, 2009:152). Aprofundando esta definição, a “Política do Espírito” deve também ser entendida, segundo Fernando Catroga, como:

(...) o primeiro tentame, entre nós, de levar por diante uma política cultural totalizadora, em que tudo o que era da ordem do significante (paisagens, monumentos, folclore, festas cívicas, produções artísticas propriamente ditas) passou a ser mediado por uma ideia diretora que pretendia unificar as suas significações, em ordem a coadjuvar as ações tendentes a conciliar as contradições, em ternas e a fazer aceitar o Estado Novo como o artífice de uma autêntica aleluia nacional (CATROGA, 1996: 580).

Como também reitera o seu principal arauto, António Ferro, ao explicitar a sua concepção de uma produção cultural que fosse politizada e defensora dos valores do regime:

Política do Espírito não é apenas (...) fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhando os artistas e os pensadores, fazendo-os viver numa atmosfera que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe fundamentalmente e estruturalmente à política da matéria. Política do Espírito (...) é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que seja o espírito (...) Defender a política do espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo (FERRO *apud* QUADROS, 1963: 126).

Satanismo significa, portanto, qualquer atitude dissonante em relação às verdades eternas do regime. Como aponta Salazar, em consonância com Ferro: “Para elevar, robustecer, engrandecer as nações é preciso alimentar na alma coletiva as grandes certezas e contrapor às tendências de dissoluções (...)” (SALAZAR *apud* FERRO, 1950).

O decálogo estado-novista (escrito por António Ferro) é a expressão máxima, no ímo do campo cultural, dessa concepção nacionalista combativa ao anti-nacional. No décimo mandamento dos decálogos, há a seguinte referência: “Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria”¹⁰ (S/A, 1933). A portugalidade, a qual o regime buscava defender, pelo combate

¹⁰Não só neste decálogo podemos visualizar a reiteração da perspectiva autoritária-corporativista por parte do discurso oficial estado novista, como fica claro nos outros “mandamentos”: 1. O ESTADO NOVO representa o

sistemático ao “degenerado” e “satânico”, era descrita/narrada no discurso da *intelligentsia* salazarista por uma série de mitos que foram fundamentais na pulsão nacional.

Para Fernando Rosas, o discurso sobre a portugalidade se fundamentou em sete mitos principais: 1) mito palingenético: o mito da renascença frente ao caos e à decadência dos regimes republicanos e liberais, “Ideia comum a toda direita antiliberal portuguesa, reforçada e reelaborada a partir da reação ao Ultimatum” (ROSAS, 2001: 1034); 2) o mito central da essência ontológica do regime: compreende o Estado Novo como a institucionalização do destino histórico português, o reencontro do Estado com a nação (ROSAS, 2001: 1034); 3) o mito imperial: se constitui como o mais importante e recorrente dentre os discursos do salazarismo sobre a portugalidade. Foi herdado da tradição republicana e monárquica, na sua dupla dimensão da vocação histórica providencial de colonizar e evangelizar (ROSAS, 2001: 1034). Em um segundo aspecto, já sobre a hegemonia do Estado Novo, “o desígnio mítico da raça encontra-se no ideal reencontrado do império: o império como entidade ontológica e natural-organicista concretizadora desta vocação” (ROSAS, 2001: 1035). Este mito irá se desdobrar na concepção de uma nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável (ROSAS, 2001: 1035); 4) o mito da ruralidade: mito da vocação agrária, entendendo a ruralidade como o berço das virtudes da pátria (ROSAS, 2001: 1035); 5) mito da pobreza honrada: a concepção do português como pobre, mas honrado (ROSAS, 2001: 1035); 6) mito da ordem corporativa: a ideia de que a ordem natural das coisas é espontaneamente hierárquica e harmônica (se colocada em “ordem”). Desdobra-se em uma visão infantilizadora do povo português, que deve ser guiado por um Estado fraternal

acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a VANGUARDA moral, social política; 2. O ESTADO NOVO é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todas as suas energias criadoras; 3. O ESTADO NOVO não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, todas as classes à suprema harmonia do interesse Nacional; 4. O ESTADO NOVO repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem liberdade, Liberdade sem Autoridade e substitui-as por esta: Autoridade e liberdades; 5. No ESTADO NOVO o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (famílias), profissionais (corporações), territoriais (municípios) e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o ESTADO NOVO, não há direitos abstractos do Homem, há direitos concretos dos homens; 6. "Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o não é". O Parlamentarismo subordinava o Governo à tirania da assembleia política, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O ESTADO NOVO garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Governo; 7. Dentro do ESTADO NOVO, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc; 8. Todos os portugueses, têm direito a uma vida livre e digna - mas deve ser atendida, antes de mais nada, em conjunto, o direito de Portugal à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta - e contém - o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos: não devemos sacrificar-nos todos por alguns; 9. O ESTADO NOVO quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo; 10) Os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação - isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos - pode e deve ser usada a fôrça, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria." (S/A, 1933).

(ROSAS, 2001: 1036); 7) mito da essência católica da identidade nacional: baseia-se na defesa dos valores “eternos” do catolicismo (a família, a ordem, etc.) como próprios do português (ROSAS, 2001: 1037).

Tais mitos são uma das formas do regime manter a coesão interna, a partir da estipulação de fronteiras sociais (e também territoriais), que buscam fornecer um quadro de referências do que é o homem português. Por isso, há a necessidade do “enquadramento de uma memória” (POLLAK, 1989: 7-15) que reproduza e alimente os mitos do regime. A memória enquadrada se alimenta do material fornecido pela história, pelo passado interpretado.

Essa simbiose entre história, memória e nação, tem o seu ápice nas grandes comemorações de 1940, com as festividades do duplo centenário da fundação e da restauração. É nesse momento que o Estado Novo irá alcançar, a partir de uma série de festividades e congressos, o grau máximo de estetização da política, que usa o discurso oriundo da história. A “prova histórica” servirá para legitimar o presente a partir dos grandes feitos do passado, de forma a estabelecer uma continuidade entre o passado glorioso, medieval e ultramarino e o regime de Salazar, alimentando a ideia de que o regime seria “o futuro do nosso melhor passado” (CATROGA, 1996: 585).

O mito imperial (como já reiterado) será um dos elementos centrais nessas produções culturais, que buscavam invocar esse passado glorioso para a regeneração do presente. O Estado Novo buscará nesse mito uma das suas grandes verdades eternas e indiscutíveis, mesmo porque o salazarismo emergirá a partir de uma série de complicações externas com relação ao seu império. Nasce daí a necessidade de protegê-lo e também de usá-lo como um dos elementos da pulsão nacional.

Se fôssemos perscrutar a evolução do nacionalismo português, como fez Nibert Elias (1997) no seu estudo dos alemães, diríamos que o império é o tema mais recorrente e central nas práticas e discussões do Portugal contemporâneo, e em particular no salazarismo. Este fato é amplamente reiterado pela historiografia. Para Douglas Wheeler:

Muitos portugueses acreditavam num “Portugal Maior”, num Portugal colonial. Para além de preencher uma tradição histórica, o colonialismo tinha uma missão de salvaguardar o regime no poder e de unir portugueses de credos políticos díspares. As colônias eram o cimento que unia patriotas de ideologias diferentes (...) (WHEELER, 1986: 78)

Também afirma Luis Reis Torgal:

[...]Surgia, assim, um Estado nacionalista assente na ideia de império, neste caso um império colonial já existente, que se considerava necessário conservar, pois era tido como um elemento de identificação da nacionalidade lusitana, civilizadora, ocidental, cristã. O militarismo, próprio do tempo, como em todos os fascismos com a defesa da pátria e com uma militância anticomunista, tem como componente a ideia de Império forjado pela tradição histórica, cujos símbolos de referência são a bandeira de D. João, a cruz de Aviz ou a Cruz de Cristo (TORRALBA, 1999: 72)

A afirmação dessa mitologia imperial esteve bastante presente nas práticas e discursos do Estado Novo Português. O regime de Salazar terá como um dos sentidos de sua existência a proteção do Império, considerada, ao lado do corporativismo, a “quinta-essência” do regime (PINTO, 2007: 27), como demonstra Marcelo Caetano:

A África é algo mais que uma terra a ser explorada... A África é para nós, uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado (CAETANO *apud* ANDERSON, 1966: 85).

Salazar reitera também, ao pensar o império como parte do destino histórico português, como próprio da sua “vocação”:

Na nossa ordem política, a primeira realidade é a existência independente da Nação Portuguesa, com o direito de possuir fora continente europeu, acrescentado à sua herança peninsular, por um imperativo categórico da História, pela sua ação ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia de esforços civilizadores das raças, o patrimônio marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência (SALAZAR, 1955: 42).

É por essa centralidade do império na hegemonização do regime que se faz necessário dimensionar a ofensiva no âmbito jurídico-político, econômico e ideológico, que será instaurada para proteção do império no período da institucionalização do Estado Novo.

No aspecto jurídico-político, o ato colonial de 1930 inaugura essa nova fase da política colonial do Estado Novo. Este adquire legitimidade institucional a partir da constituição de 1933, que define o Império português, integrando os domínios ultramarinos como colônias solidárias e constituintes da metrópole (CATROGA, 1996: 580), dando a esta um caráter vocacional e civilizacional, como evidencia o artigo 33.º da constituição de 1933:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua colonização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente (S.A. (1933) *apud* CATROGA 1996: 580)

O salazarismo buscou, a partir dessas medidas, uma maior centralização político-administrativa de suas colônias, materializando essa pretensão por meio de um novo quadro jurídico-institucional, com a eliminação da figura dos altos comissários, substituídos pelos governadores gerais com autonomia e poderes bastante reduzidos (ROSAS, 1986: 91). A partir dessa nova institucionalidade, a política imperial liberal dá lugar a outra de caráter mais centralizador (CASTELO, 1999: 46). O Estado Novo consubstanciou, através dessa pretensão, todo um aparelho estatal a serviço do domínio e modernização do império. Esta já vinha sendo idealizada e buscada a lentos passos desde o fim do século XIX¹¹.

Concomitante a essa ofensiva política e jurídica, há, no plano econômico, uma maior centralização financeira da política colonial no governo metropolitano e no ministério das colônias. Ocorre a nacionalização da exploração colonial e o reforço da política do pacto colonial, o que ameniza a preocupação do regime com o equilíbrio entre os interesses econômicos da burguesia metropolitana e os da burguesia colonial (ROSAS, 1995: 21-2). Tais interesses quase sempre servem às elites metropolitanas em desfavor dos colonos, que são um setor demasiado frágil para servir de contrapeso (VALENTIM, 2000: 217).

A nacionalização dos mercados coloniais foi propiciada pelo abrandamento das pressões externas, em razão da crise de 1929, fazendo com que o regime revogasse o sistema de "porta aberta", instituído pelos vencedores da 1ª Guerra mundial, substituindo-o pelo regime do pacto colonial (ROSAS, 1986: 90). Essa pretensão consubstanciou-se a partir do fim da autonomia financeira das colônias, menos liberal e mais protecionista (ROSAS, 1986: 109).

Em suma, o Acto Colonial significa uma verdadeira transformação da política imperial em um âmbito econômico e político. Fernando Rosas sintetiza o significado e importância deste da seguinte maneira:

O ato colonial define, assim, o quadro jurídico-institucional geral de uma nova política para os territórios sob dominação portuguesa. Dentro da opção colonial global do Estado português, abre-se uma fase "imperial", nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna e traduzida numa diferente orientação geral para o aproveitamento das colônias (...) Sem subestimar a importância política e econômica do pós-guerra para a política colonial portuguesa, continua a parecer-nos adequado assinalar o marco do Acto Colonial como um momento privilegiado de mudança de rumo na colonização portuguesa no século XX. Não só política, ideológica, institucional e administrativamente esse é um decisivo ponto de alteração da estratégia colonial vigente, como economicamente aí se iniciam

¹¹Para uma maior compreensão desta busca por modernizar almejada por certos setores da *intelligentsia* portuguesa desde o fim do século XIX (através de intelectuais como Nortom de Matos e outros), ver: VALENTIM (2000); ADELINO (1991).

(...) os processos de integração/especialização dos mercados metropolitanos e colonial, que conhecem grande desenvolvimento quantitativo e qualitativo durante a guerra e no pós-guerra (ROSAS, 1998: 285).

Esse reforço a nível econômico e político não visava a fazer uma transformação radical nas colônias, pois perpetuou e manteve (a despeito das dissensões em torno do papel das colônias para Portugal) um sistema colonial extremamente arcaico, com uma estrutura largamente pré-industrial, que se sustentava a partir do uso, em ampla escala, de trabalho forçado e por um domínio militar/policial com alto grau de violência (ANDERSON, 1966: 14). Perry Anderson chama o sistema colonial português de ultracolonialismo, por este ser simultaneamente a modalidade de colonialismo mais primitiva e mais extremista, cuja chave é o uso em grande escala de trabalho forçado e apresenta características gêmeas de extremismo e arcaísmo, que revelam a natureza específica do seu colonialismo (ANDERSON, 1966: 59).

Em razão dessa estrutura centralizadora e coercitiva, foi necessário criar uma base de consenso para que as práticas do colonialismo português, o trabalho forçado e o domínio policial/militar fossem transfiguradas a partir do discurso de um Império supostamente orgânico, harmônico e plurirracial, apesar de todas as contradições entre práticas e discursos. No entendimento de Fernando Rosas, o Império era compreendido pelo salazarismo da seguinte maneira:

Império como entidade natural/organicista: um corpo com as suas várias funções, e uma cabeça (a metrópole) uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe; a Metrópole, cabeça e chefe do “império” que o guia, protege e ajuda e dele há-de receber as contrapartidas que lhe são devidas. Mas o “império”, também, como ser ontológico, como realidade transtemporal inerente à “essência” orgânica da Nação, como “imperativo da raça” redescoberto através do reencontro que o Estado Novo operava na Nação consigo própria, isto é, com seu passado heróico de nautas, santos e cavaleiros (...) (ROSAS, 1995: 115)

O Estado Novo nos anos trinta desencadeou uma ampla campanha com o objetivo de criar e difundir uma mentalidade imperial que estivesse presente no conjunto do povo português (VALENTIM, 2000: 189). Segundo Omar Ribeiro Thomaz:

(...) o período áureo da ideia de Império em Portugal foi o das primeiras décadas do salazarismo. Entre o Ato Colonial de 1930, a institucionalização do Estado Novo em 1933 e os anos subsequentes à Exposição do Mundo Português em 1940, encontraremos uma série de manifestações culturais que procuraram fazer de Portugal um grande império colonial. Congressos, literatura e exposições tinham como objetivo provar a existência de um “saber colonial” português, e ao mesmo tempo, fazer com que um conjunto

de representações cruzasse muros da academia na criação de uma mentalidade que transformasse todos os portugueses (THOMAZ, 2002: 21).

Esse saber colonial, apontado pelo autor, é um dos grandes centros de atração de um amplo espectro da *intelligentsia* portuguesa que tinha sua ação vinculada a uma série de instituições produtoras e reprodutoras deste mesmo saber (THOMAZ, 2002: 84). O Ministro das colônias, Francisco José Vieira de Carvalho, em um discurso na abertura da conferência da Alta Cultura Colonial em 1936, deixa muito claro a centralidade dos intelectuais na difusão do projeto imperialista português:

Sem a colaboração íntima, fecunda, dos homens de pensamento e dos homens de ação, sem a projeção da ideia sobre a realidade concreta, Portugal nunca teria sequer iniciado a sua ação colonial, apoteose de um povo heroico, orgulho desta nação nimbada de glória, cujo fruto magnífico são os mundos que deu ao mundo. Foi uma conjugação da ciência com a ação, do pensamento com a combatividade que tornou possível toda a nossa esplendorosa obra colonial (Francisco José Vieira de Carvalho *apud* THOMAZ, 1996: 88).

Colonizar para os portugueses nesse período significou, segundo Omar Ribeiro Thomaz, a partir de uma clara influência de Edward Said¹², não só dominar recursos materiais “mas também dominar discursivamente, pensar, falar sobre os indivíduos e territórios subjugados e com isto afirmar o poder colonial” (THOMAZ, 2002: 84). Portanto, este saber se orientava à criação de um verdadeiro sistema hegemônico, que direcionasse as elites metropolitanas e coloniais.

Para consubstanciar essa ofensiva, o regime divulgara um *ethos* português, fundado na vocação imperial, que legitimara uma visão evangelizadora e civilizacional sobre as colônias e os nativos. Os nativos são retratados por duas grandes correntes sociais hegemônicas no Estado Novo. Para Valentim:

Uma delas tributaria ainda das teses do “darwinismo social”, parte do postulado da inferioridade da raça negra, a qual insusceptível da civilização estaria condenada a viver sob a tutela da raça branca – sem o que voltaria ao estado natural de selvageria. É esta a teoria dominante até meados da década de quarenta: estava-se na época de afirmação dos valores da “raça” (...) repudiava-se a mestiçagem e falava-se muito de “colonização étnica”, ou seja, do povoamento das colônias africanas por uma população branca

¹²Para SAID (2007), os impérios, além da ofensiva propriamente bélica e de um domínio burocrático-militar, também estruturaram uma ofensiva simbólica que cria uma espécie de saber colonial, um saber voltado para a legitimação da ação imperial. Pensa a durabilidade da dominação colonial através dos conceitos de hegemonia e sociedade civil, ambos apropriados do universo categorial gramsciano (SAID, 2007: 34).

numerosa, de ambos os sexos de modo a evitar as misturas raciais. A segunda corrente é mais etnocêntrica do que propriamente racista: proclama-se a superioridade, não da raça branca, mas da civilização ocidental, imbuída de valores cristãos de validade universal, o que os povos podem acender, quando devidamente educados – cabendo a Portugal essa tarefa missionária marginal até o conflito de 1939-1945, esta doutrina assume depois força de teoria oficial, em resposta às tendências descolonizadoras no contexto das nações (VALENTIM, 2000: 243).

O salazarismo reproduziu esta concepção de portugalidade (que legitima uma suposta hierarquia entre metrópole e colônias, e inferioriza os nativos através de um discurso civilizador/evangelizador) em diversos meios, espaços e instituições. Esta concepção é amplamente divulgada a partir dos seus dois principais órgãos de propaganda: o Secretariado de Propaganda Nacional e o Ministério das Colônias. Essa ideia de império, pluricontinental e plurirracial, será a principal base para a hegemonia cultural do salazarismo e, portanto, para os consensos interno e externo.

No plano interno esse mito, foi usado como um cimento para atenuar as inúmeras divergências internas, mitigando-as a partir dessa idealização. Os intelectuais do regime instituíram uma visão de mundo que reproduzia uma imagem do Estado Novo como "regeneração" frente ao passado "negro", liberal e republicano, justificando este discurso a partir do uso instrumentalizado da história, usando o passado medieval e ultramarino como sua principal pulsão nacional (PINTO, 2007: 27). Em um âmbito externo, o regime difundiu, a partir dessa mitologia, a imagem de um Império unido e coeso. Seu intuito era assim se defender contra as pretensões imperialistas de nações como Alemanha, EUA e França, que desde o fim do século XIX questionavam, além da capacidade colonizadora portuguesa, em razão dos seus baixos recursos e do seu pequeno território, a própria pretensão de Portugal como nação (HOBSBAWM, 1990: 31).

O regime materializou essa mitologia a partir da montagem de um dispositivo cultural, que através de campanhas, decretos, leis, propagandas e rituais, buscava levar os portugueses à redescoberta do mito de sua grandeza por meio de atos concretos. Alguns exemplos do uso de tal dispositivo são: A Sociedade de Geografia de Lisboa; o Congresso Colonial de 1940; a reforma da Agência Geral das Colônias (1932); a fundação da revista O Mundo Português (1934); a publicação da Carta Orgânica do Império Colonial Português (1934); a reforma da administração ultramarina e do próprio Ministério das Colônias; a primeira exposição colonial portuguesa (Porto, 1934); as Conferências da Alta Cultura

(1936); o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colônias, fundação do Arquivo Histórico Colonial e restauração do Conselho do Império Colonial¹³.

Além dessas instituições, o dispositivo cultural montado em 30 e 40 buscava, para reforço ideológico do papel do Império, romper com a dicotomia entre ex-metrópole e ex-colônia. Dessa maneira, o nacionalismo lusitano, de caráter transterritorial, se alimentou da imagem do Brasil como "filho pródigo". Portanto, para compreender melhor o lugar do Brasil no nacionalismo lusitano, é preciso historiar as relações culturais entre Brasil e Portugal, desde o pós-independência até os seus desdobramentos no salazarismo.

1.2. Um breve retrospecto das relações culturais luso-brasileiras: do pós-independência à formação da "Política do Atlântico" no salazarismo

O Brasil é a eucaristia sagrada dos Lusíadas. Fizemo-lo à nossa imagem e semelhança, com torrentes de vida, o nosso sangue, com um hino de aurora – a nossa fé, com estrela de dor –, as nossas lágrimas (...) O Brasil não chegou a ser colônia. Foi logo nação, foi logo pátria: a nossa Pátria portuguesa, com novos heróis e descobridores, com novos santos e novos Orfeus, novas enxadas e novas líras (...) As nossas pátrias desligaram-se para melhor se casarem. Desuniram os corpos para estreitarem as almas (Carlos Malheiro Dias *apud* TORGAL, 1996: 226)

As relações luso-brasileiras foram arquitetadas no pós-independência por complexas e ambíguas relações, sustentadas, em essência, no mito da origem, que conferia a Portugal o status de "ser criador de nacionalidade" (RAMOS; SERPA; PAULO, 2001: 13). Pretensão que se desdobrou em uma série de tensões, que estarão presentes como uma das bases da reconstrução das relações luso-brasileiras no pós-independência.

No Império existiu um discurso, por parte da intelectualidade brasileira, que glorificou a participação do legado lusitano na construção cultural e político-administrativa do Brasil. O Almanaque de Lembranças luso-brasileiro foi um dos lócus, representativos no império, de uma perspectiva que positivou a presença do português no Brasil, projetando uma identidade nacional luso-brasileira. Para Alexandre Cartilho Magno (português que publicou um texto na revista citada), "O brasileiro no pequeno e antigo Portugal e o português no moderno e imenso Brasil respiram o ar da mesma pátria e se sentem em família" (Alexandre Cartilho Magno *apud* FREITAS, 2005: 123).

Segundo o estudo de Eliana de Freitas Dutra (2005), a lusitanidade no império constituiu-se como uma prerrogativa para "civilizar" o Brasil. Parte da intelectualidade

¹³Para uma análise aprofundada destas instituições criadas com o objetivo de difundir a cultura colonial, ver: CATROGA (1996); THOMAZ (1996; 2002).

privilegiou a reprodução de um discurso que deu ênfase à ideia de continuidade entre Brasil e Portugal, visibilizada em uma vida histórica comum (a presença dos emigrados portugueses) e em um passado compartilhado. Todos os aspectos negativos do processo formativo brasileiro são esquecidos (o domínio colonial, a exploração, a violência do escravismo em virtude da expansão comercial) em prol de um presente que se constrói através do projeto civilizador europeu, possibilitado pela matriz lusitana (FREITAS, 2005: 122).

A despeito dessa lusofilia por parte da intelectualidade brasileira houve também um forte anti-lusitanismo, que será um dos grandes obstáculos para a concretização das aproximações entre Brasil e Portugal, a gerar múltiplos confrontos materiais e/ou simbólicos, que se arrastaram ao longo do século XIX, até o início do XX¹⁴. O jacobinismo, emergido no fim do século XIX ao início do XX, foi o maior representante desse anti-lusitanismo. Através de seus órgãos representativos, “O Jacobino” e “A Bomba” – centralizados no Rio de Janeiro por esta ser na época a cidade com a mais densa imigração de portugueses¹⁵ –, condenavam a colonização e a presença dos portugueses na vida política, econômica e social do Brasil.

Com um discurso ofensivo, acusavam os portugueses de todos os males que afligiam a sociedade brasileira, transformando-os em verdadeiros bodes expiatórios de uma sociedade urbana extremamente desigual (TRICHES, 2007: 5). A presença desse anti-lusitanismo, fundamentalmente nos anos iniciais da República, propiciou um xenofobismo que gerou um verdadeiro repúdio aos portugueses, e, por vezes, perseguições, como os mata-galegos (MOTA, 2010: 61).

As relações luso-brasileiras, no século XIX até o início do século XX, foram demarcadas tanto pela lusofilia, no seio do campo cultural, quanto pelo anti-lusitanismo, em certas práticas cotidianas e também por parte da intelectualidade do período. Essas duas grandes linhas no Brasil se digladiaram simbolicamente pelo papel do português no País. Para Tania Maria Tavares e Lucia Maria Bastos:

De Varnhagem a Azevedo e de Ramos a Malheiro Dias, são duas linhas que se destacam: de um lado, a busca de uma brasilidade por meio da rejeição cada vez mais generalizada e intensa da herança portuguesa por setores da elite (...) do outro, a constante presença do elemento português no cenário nacional, que se soube desdobrar, a partir de fins do século passado em um

¹⁴Este anti-lusitanismo permanece através do estereótipo do português: o comerciante rico, explorador e usurário, como também do imigrante burro de carga (SOUZA, 2005: 143). Tal anti-lusitanismo permeia tanto as elites e meios intelectuais (Manoel Bonfim e os jacobinos de forma geral) como nas classes subalternas (as piadas de português), ver: ROWLAND, 2001; SOUZA, 2005; TRICHES, 2009; LESSA, 2002.

¹⁵No fim do século XIX há um aumento exponencial de emigrados portugueses para o Brasil, em decorrência da crise social e econômica do Portugal do fim do século. Sobre este momento da imigração, ver: LOBO (2001).

espírito associativo, como estratégia para a reafirmação dos valores lusitanos (...) (FERREIRA; NEVES, 2000: 232).

Embora a perspectiva anti-lusitana fosse a hegemônica, nas primeiras décadas do século XX é possível observar transformações moleculares no campo cultural (no Brasil e em Portugal), que revelam a formulação de uma série de práticas em torno do fortalecimento das relações luso-brasileiras. O projeto político-cultural da revista *Atlântida* (1915-1920) é emblemático para a compreensão do reatamento dessas relações.

Nas mãos de Joao de Barros e Joao do Rio, a revista *Atlântida* idealizou um projeto político-cultural que criasse um bloco de poder entre Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda com hegemonia sobre o Atlântico Sul, a funcionar como um contrapeso ao domínio germânico e saxônico (CASTRO, 2011: 79). Para construir essa “grande Lusitânia” era preciso que Portugal e Brasil reconhecessem o Atlântico (o *mare nostrum*) como o espaço que os ligava em torno de uma comunidade unida pela lusitanidade e latinidade (CASTRO, 2011: 78).

Apesar do fim da revista *Atlântida* em 1920, é a partir dessa década que as relações luso-brasileiras se intensificam no campo cultural e também começam a ganhar um maior espaço no campo político. É nesse período, e fundamentalmente a partir de 1922, que as relações luso-brasileiras ganham um sentido institucional, através da participação portuguesa no centenário da proclamação da República, da presença de portugueses na Semana de Arte Moderna, da travessia aérea do Atlântico Sul, pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em homenagem à independência do Brasil e pela visita do Presidente da República portuguesa Antônio Jose de Almeida. Todos estes atos e eventos aconteceram em 1922 (MAGALHÃES, 2000: 269).

Tais celebrações criaram um clima positivo que, concomitante ao crescente aumento das relações culturais de ambos os lados do Atlântico, possibilita uma mudança substantiva nestas mesmas relações. As revistas *Seara Nova*, *História*, *Águia*, *Nação portuguesa*, a criação da cadeira de Estudos brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1916, são exemplos claros da materialização de espaços e eventos, que buscam a afirmação de uma comunidade espiritual luso-brasileira, nas primeiras décadas do século XX.

Na revista *Seara Nova* esse ressurgimento das relações luso-brasileiras é retratado com bastante otimismo. Em um artigo na citada revista, Augusto Casimiro retrata a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral como um novo capítulo das relações entre Brasil e Portugal:

Gago Coutinho e Sacadura Cabral são marinheiros. Pertencem ao número daqueles que em Portugal representam ainda os fortes e nobres ascendentes das épocas heroicas... E vão unir na curva audaciosa dum largo voô, Portugal ao Brasil. Bem hajam! Deus os leve e nos dê a alegria de se saborear seu triunfo! Que graças a a eles Portugal não é apenas truculento egoísmo, baixeza solerte ignorância da Pátria, negação do heroísmo (AUGUSTO CASIMIRO *apud* CASTRO, 2009: 489).

A *intelligentsia* presente na revista Seara Nova via esses eventos, surgidos no afã de aproximar Brasil e Portugal, como atos gloriosos dos novos lusíadas, sendo o filho emancipado (o Brasil) o maior feito português (CASTRO, 2009: 497). Para CASTRO (2009) essas aproximações nos anos 20, apesar de resultarem em poucos ganhos institucionais efetivos para as relações luso-brasileiras, criaram um terreno propício, no campo cultural, para Salazar e Vargas nos anos 30 e 40 fomentarem uma série de práticas direcionadas à consagração dessas relações (CASTRO 2009: 502).

Nos anos iniciais do salazarismo, a discussão sobre a presença de Portugal no Brasil ganha contornos muito mais fortes (GUIMARÃES, 2009: 126), porque havia todo um quadro de busca pela defesa e afirmação de um discurso, construído pela *intelligentsia* portuguesa, em defesa do colonialismo português, que usava uma certa imagem do Brasil como fonte legitimadora.

Tanto o Brasil como Portugal não viam mais sentido na sustentação da dicotomia ex-metrópole e ex-colônia, e buscam, ao longo dos anos 30 e 40, arquitetar uma série de relações fundamentadas em uma suposta comunidade espiritual ligada pela língua e história comuns. Entretanto, essas relações não foram sempre harmoniosas, devido à existência, em torno delas, de um jogo político que se direcionava fundamentalmente à afirmação das identidades nacionais; e, conseqüentemente, à busca pelo domínio e naturalização de um *ethos* lusitano que fazia uso, em ambas as partes, do passado colonial brasileiro como alimento de suas narrativas.

O Estado Novo português valia-se do passado brasileiro para tê-lo como exemplo empírico da capacidade colonizadora de Portugal, que o habilitava para lançar a luz da civilização na África (RAMOS, 2001: 363). Tal ideia reproduzia-se a partir da concepção de Portugal como criador de nacionalidades, tomada como emblema da positividade da política colonial (SERPA, 2000: 71). O regime materializava essa presença a partir de uma “Política do Atlântico”, organizando congressos, instituições, livros e revistas, afirmando a presença lusa no Brasil pela tradição histórica.

Segundo Carmem G. Bourget Schiavon (2007), as relações culturais luso-brasileiras, além de ganharem um caráter institucional no período, são muito mais impulsionadas pelo lado português do que pelo brasileiro (SCHIAVON, 2007: 116). Apesar do interesse brasileiro em afirmar Portugal no íntimo de sua tradição político-cultural, é do lado português que uma série de práticas institucionais é criada, na intenção de congregar Portugal e Brasil. Para SCHIAVON (2007):

(...) com a institucionalização do Estado Novo no Brasil, inaugurou-se um novo período nas relações luso-brasileiras, afinal, os traços ideológicos comuns, associados às ligações histórico-culturais e ao expressivo número de portugueses residentes no Brasil, aproximaram os dois países e permitiram uma intensificação nas relações entre os dois países. Todavia, cabe mencionar que este processo de aproximação foi capitaneado por Portugal. Esta liderança fica clara na medida em que se considera que os mais importantes passos nesta direção, como a vinda da Embaixada especial, chefiada pelo escritor Júlio Dantas – do trabalho desta resultou o acordo cultural luso-brasileiro –, a criação da Revista Atlântico, o encaminhamento da missão comercial ao Brasil, entre outros fatores, foram iniciativas diretas do governo português (SCHIAVON, 2007: 286-287).

Portugal chamava para si (a partir de sua nova política imperial) a liderança da “civilização lusíada”, composta por todos aqueles sob sua influência política e/ou cultural (SCHIAVON, 2007: 14). Reabilitar a importância do português na construção política, administrativa e cultural do Brasil foi, portanto, um elemento central nas narrativas que buscaram forjar a identidade nacional em Portugal. O nacionalismo lusitano, desde o fim do século XIX, foi difundido e massificado através de uma grande vaga em defesa do império, gerada pelas tensões pós-ultimatum, cujas narrativas têm no Brasil um de seus alimentos.

Em razão dessa centralidade é que o nacionalismo lusitano nasce como transterritorial, pois precisa realizar a difícil tarefa de incluir suas colônias no âmago do corpo político do império. No século XX, o pan-lusitanismo vem à tona como forma de dar forma a uma noção de comunidade nacional que superasse o conceito de raça e se fundasse no conceito de etnia colocada transterritorialmente. Para Maria Bernadete Flores o fenômeno pan-nacionalista, fundado nos nacionalismos étnicos, linguísticos ou culturais:

(...) serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, econômicos, destronando a velha ordem de impérios coloniais. Falava-se em turquificação do Império Otomano, russificação das terras tzaristas; surgia o pan-germanismo falava-se em pan-americanismo, em pan-eslavismo (FLORES, 2007: 314)

O pan-lusitanismo nasce do afã de criar um bloco de poder que se vincularia a uma identidade étnica transterritorial, nos territórios sob domínio político (os territórios na África e Ásia), assim como naqueles sob influência “espiritual” (Brasil). Segundo Flores, os interesses de Portugal e também do Brasil nesse discurso podem ser sintetizados da seguinte maneira:

(...) no lado português do Atlântico, o nacionalismo lusitano, o colonialismo em ultra-mar, a imigração para o Brasil, o imperialismo europeu e as disputas por mercados, a recrudescência racial no século XX explicavam os arranjos para criar uma identidade étnica transnacional, do lado brasileiro a invenção da identidade nacional luso-brasileira fornecia os vetores para a lusitanização (...) Ao definir a história, a língua, as instituições e a cultura de origem portuguesa como signos da Nação empreendeu práticas e justificativas (...) para amalgamar as diferenças étnico-culturais (FLORES, 2007: 344-345).

A existência imaginária de uma comunidade lusófona foi fundamental para Portugal, pois a partir dela valorizou-se a posição portuguesa no quadro internacional, frente às constantes ameaças ao seu império colonial. Neste discurso, o Brasil é a maior prova da existência dessa comunidade, pois faz parte dela enquanto membro espiritual. No salazarismo, a política pan-etnicista atravessou os muros da academia, e do campo cultural de forma geral, para se tornar uma das bases oficiais das narrativas e práticas institucionais fomentadas pela “Política do Espírito”.

A política de identidade lusa, entre Portugal e suas colônias e ex-colônias, foi uma das grandes ofensivas do regime e consubstanciou o que seus próprios realizadores (António Ferro, Júlio Cayolla, Lourival Fontes, Rebelo Gonçalves, etc) chamaram de “Política do Atlântico”. Um amplo quadro da *intelligentsia*, de ambos os lados do atlântico, reverberou os argumentos pan-lusitanistas, com o intuito de fortalecer os laços desta comunidade lusíada, do qual o Brasil fazia parte.

Do lado português, o jornalista Augusto Costa é exemplar no seu nacionalismo pan-lusitano. Em 1937, quando aborda a questão do Império, na revista Nação Portuguesa, apelando para o apoio dos intelectuais à ideia de Quinto Império, enfatiza a necessidade fundamental de uma obra de cultura e de direção das massas por um escol consciente e ordenado. Para tanto, lançou os “Dez Imperativos do Quinto Império”. O império, em um dos seus imperativos ia muito além das fronteiras políticas. Diz Costa:

O império português é constituído, no seu aspecto territorial, pela metrópole, pelas ilhas adjacentes e por todas as suas possessões na África, na

Ásia e na Oceania, espiritualmente pelos 100 milhões de indivíduos de cultura e língua portuguesa, espalhados pelas cinco partes do mundo”. Para assegurar a continuidade o império Portugal deveria afirmar cada vez mais as relações com os seus domínios políticos e buscando no Brasil o depositário e continuador da civilização portuguesa (COSTA, 1937: 192).

Para o autor, as produções culturais que contribuíssem para o dissenso entre Portugal e suas colônias e ex-colônias deveriam ser consideradas degeneradas e combatidas, enquanto as produções que contribuíssem “para o fortalecimento do nosso caráter e para a grandeza do império” (CASTRO, 1937: 193) deveriam ser glorificadas. Para o Brasil ser, “espiritualmente”, parte do Império, era necessário combater, a partir da escrita, qualquer degenerescência ao espírito luso.

Do lado brasileiro, uma extensa lista de nomes poderia coadunar com essa perspectiva. Gilberto Freyre talvez seja aquele, mesmo no período inicial de sua trajetória¹⁶, que mais esteve de acordo com a positividade do elemento português na formação histórica do Brasil. Foi ele quem elevou esse pressuposto a uma maior complexidade, sendo Casa Grande & Senzala (1933) expressão máxima dessa pretensão.

Sete anos depois desta obra, Freyre, em uma conferência em 1940, no Real Gabinete de Leitura do Recife, em homenagem ao duplo centenário da fundação e restauração, afirma o objetivo central de suas construções:

(...) venho contribuindo modesta mas conscienciosamente (...) para a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa na América; para a reabilitação da cultura luso-brasileira, ameaçada hoje (...) por agentes culturais de imperialismo etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça (...) e como cultura que desdenham como rasteiramente inferior à sua (...) (FREYRE, 1942:)

Freyre evidencia claramente neste trecho como os seus escritos são, até o período, fruto do esforço de revivificar a contribuição do português na formação social brasileira. Tal estudo, segundo ele, poderia contribuir para o confronto às diversas “ameaças” à cultura nacional, tão arraigada à mestiçagem de matriz lusa. Para Freyre, a ética do colonizador português (não sem deficiências e contradições) define uma tendência social na colonização lusitana: a plasticidade e a compreensão étnica do heterogêneo (FREYRE, 1942: 25). Ainda

¹⁶Freyre neste momento não era tão conhecido como nos anos 50, quando a sua concepção luso-tropical do mundo português servia como a principal base ideológica do regime. Entretanto, a sua obra será lida no campo cultural por uma série de intelectuais, e pode ser considerada, ainda no período, uma das maiores racionalizações da concepção transnacional de lusitanidade esboçada desde os primórdios do nacionalismo lusitano. Para compreender melhor sobre a trajetória institucional de Freyre, ver: PINTO (2009); CASTELO (1999).

segundo o autor, o elemento lusitano legou, para a formação social brasileira, a continuação de uma experiência *sui generis* de democratização étnica, que se processa desde os primórdios da colonização (FREYRE, 1942: 79).

Em “O mundo que o português criou” (publicado em 1942), Freyre (2010) analisa o mundo lusitano, dentro do qual o império português representa, para além de uma dimensão meramente econômica e política, também “uma realidade psicossocial” (FREYRE, 2010: 17). Por existir uma realidade lusíada (Freyre ainda não fala em realidade luso-tropical), que tem em sua particularidade uma série de contribuições para o mundo (a democracia étnica, por exemplo), era preciso defender-se contra formas de imperialismos culturais, sendo o Brasil “a parte mais viva e mais destacada do mundo que o português criou” (FREYRE, 2010: 24). Segundo Freyre, em uma visão amenizadora do processo colonizador português:

(...) O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro de colonização que conquistasse e subjugasse o bárbaro para os dominar e os explorando do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor (FREYRE, 2010: 25).

Em outro momento, em tom laudatório, Freyre expressa o seu otimismo em relação às práticas fomentadas por Vargas, no que concerne à centralidade da matriz lusitana na formação social brasileira: “O presidente Getúlio Vargas mostrou recentemente compreender a necessidade de defesa daquele tronco, não tanto racial, quanto cultural, da nossa sociedade e da própria organização política do Brasil: o tronco português” (FREYRE, 2010: 24).

Também trata, de forma elogiosa, nesse mesmo conjunto de conferências (FREYRE, 2010), a ação de uma série de intelectuais “luso-brasileiros” (Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Carlos Malheiro Dias, entre diversos outros citados), e as instituições em torno da defesa do patrimônio cultural lusíada (o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, o Real Gabinete Português de Leitura e outras instituições). Para ele, a partir do estudo rigoroso da história social e cultural daqueles países sob influência lusíada – fundamentalmente da mestiçagem –, projetar-se-ia uma maior aproximação entre os povos lusitanos (FREYRE, 2010: 61).

A colônia portuguesa no Brasil foi também um dos espaços de difusão da propaganda salazarista pan-lusitana. Para Heloisa Paulo (2000), no salazarismo o emigrante representava o guardião dos valores do regime e é tratado nos discursos oficiais como um

herói (PAULO, 2000: 106). O emigrante, ao se translocar para o Brasil, não perde sua identidade, pois Brasil e Portugal são, nesse discurso, uma só pátria (PAULO, 2000: 94).

O discurso da identidade comum pan-lusitanista tem uma forte representatividade no seio dos grupos de emigrados portugueses no Brasil. É também difundido por órgãos como: o Real Gabinete Português de Leitura; a Sociedade luso-africana do Rio de Janeiro; o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; os periódicos Pátria Portuguesa, Diário Português, Voz de Portugal; entre outros, que também eram, em geral, pró-salazarismo¹⁷.

Em um âmbito mais informal, houve também aproximações dissonantes ao salazarismo, no âmbito da colônia portuguesa no Brasil, que se vinculavam tanto à oposição republicana emigrada para o Brasil, como em trocas culturais oriundas de uma produção cultural subversiva (fundamentalmente literária)¹⁸. Em suma, percebemos nessas narrativas claramente lusófilas, como em Augusto da Costa, Gilberto Freyre (e em outros não citados), e também na propaganda oficial do regime ao emigrado português no Brasil, a verbalização de uma espécie transterritorial de nacionalismo, no qual o Brasil (através de sua participação espiritual) é peça chave.

Embora a política de aproximação cultural fosse de suma importância para a intensificação das relações entre o Estado Novo português e brasileiro, estas não se reduziam somente a um reforço ideológico do império, ou seja, à pretensão de criar uma identidade lusa entre colônias e ex-colônias, pois, ancorado na “Política do Espírito”, também havia um interesse mais pragmático.

Essa dimensão da “Política do Atlântico” se fundava na defesa de questões como a imigração e na sonhada busca pela lusitanização do Atlântico Sul, a partir da união comercial entre Lisboa, Rio de Janeiro e Angola, transformando o Atlântico, com base na reivindicação do “direito histórico” lusitano sobre este (RAMOS, 2001: 362), no *mare nostrum* português. O protocolo adicional ao tratado de comércio e navegação em 1933, e a missão comercial de Portugal ao Brasil em 1938 são exemplos claros da busca do lado português de afirmar relações fundadas por interesses econômicos (SCHIAVON, 2007: 144).

Em suma, essas aproximações, impulsionadas por questões materiais e simbólicas, evidenciam os múltiplos interesses do salazarismo sobre o Brasil, interesses que eram ligados, fundamentalmente, a uma busca por alçar-se como arauto da civilização, tendo o passado e a

¹⁷Para compreender mais profundamente sobre a questão da emigração portuguesa para o Brasil no salazarismo, ver: PAULO (2000); LOBO (2001); TRICHES (2011).

¹⁸Sobre estas visões dissonantes dos emigrados portugueses, e a relação destas com trocas subversivas na colônia portuguesa no Brasil em órgãos como o Boletim do Centro Republicano Afonso Costa, ver o último capítulo de PAULO (2000). Sobre as trocas de literatura subversiva, ver: ANDRADE (2009).

língua como carro chefe de suas glórias. Entretanto, essa presença de Portugal no ‘Brasil mental’, nem sempre encontrava consenso entre a intelectualidade brasileira.

A memória histórica hegemônica no período, no Brasil, na busca pela autonomia nacional, buscou individualidades como elementos fundantes da identidade nacional: língua, raça, território e religião (SERPA, 2003: 261) tornam-se pressupostos para efetivar essa autonomia do espírito, criando, a partir dessa busca, dissensos com a pretensão da suposta ‘unidade espiritual’ luso-brasileira. Para Portugal, a afirmação da autonomia brasileira tirava a continuidade de seu passado glorioso no presente.

Ser colonizador e negar-se colonizado engendram diversas formas de lidar com o passado, confrontando-o com os nacionalismos e criando as identidades nacionais a partir desses enfrentamentos. Pelo lado da ex-metrópole busca-se continuidade/permanência do legado, enquanto a ex-colônia busca o afastamento.

É tendo como base esse conflito entre continuidade e permanência do legado, que o regime salazarista, a partir dos seus intelectuais, avaliou o "filho pródigo", desmentindo a escrita deste quando houvesse "desvios", e endossando-a e glorificando-a quando identificasse consenso com a memória histórica que o salazarismo queria legitimar, ou seja, a memória do Brasil enquanto "filho-que-deu-certo". É na imagem do "filho pródigo", autenticada a partir de processos escriturísticos do esquecimento e da rememoração, que os intelectuais orgânicos do regime alimentarão a mitologia imperial, tão necessária como base de consenso social.

Essa imagem foi representada ao longo dos anos 30 e 40 através de políticas que visavam a, explicitamente, estreitar os laços entre Brasil e Portugal, dando aos intelectuais o papel de difundir o discurso de uma lusitanidade essencialista, que rompia as barreiras do espaço/tempo para assim poder agregar, através de uma cultura comum, até mesmo aqueles politicamente separados.

O regime salazarista, para fomentar essa imagem comum entre Brasil e Portugal, criou uma série de espaços e eventos com o objetivo de aproximar os dois países, sendo os principais: o acordo ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, em 1935; a criação da Sala do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1937; a participação do Brasil como "nação irmã" nas comemorações centenárias, a partir de sua presença na Exposição do Mundo Português e no Congresso Luso-Brasileiro de História, de 1940; a transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros e a criação da Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, a criação da "Revista Atlântico", como órgão do Sistema Nacional de Informação e do Departamento de Imprensa e Propaganda, todos em

1941; a inauguração da Seção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional em 14 de abril de 1942; e por fim, a criação da Revista Brasília como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra em 1942, a partir do apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional.

Esses eventos e espaços podem ser considerados tanto como lugares, a partir da propagação da imagem do “filho pródigo”, para afirmação dos mitos do regime, e, portanto, de direcionamento e homogeneização cultural (pela afirmação de um *ethos* português fundado na imagem do império), como também de direcionamento do olhar estrangeiro para a perspectiva de um império coeso e unificado. Nesse sentido, podemos pensar esses espaços como lugares de reprodução/afirmação de uma memória institucional, fundada no mito do V Império e na “Política do Espírito”.

Destacam-se como fundamentais, nesse contexto, a Sala do Brasil, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Duplo Centenário e o Acordo Cultural, uma vez que é nos desdobramentos de sua formação (como veremos logo à frente) que se formula uma política editorial institucional, que resultará na emergência da revista Brasília, e de inúmeras outras produções, como a Revista Atlântico, e na publicação de diversos livros.

1.3. A política editorial luso-brasileira no salazarismo: do duplo centenário (1940) à revista Atlântico (1942)

Brasil e Portugal devem reunir-se, cada vez mais, não através de seu cosmopolitismo, das expressões banais da sua vida moderna, mas através do que sendo próprio a cada povo se torna comum na raça comum. Só assim conseguiremos criar aquela unidade que há de formar no Mundo uma nova Pátria espiritual, que respeitará a independência do Brasil e de Portugal, que há de passar sobre as nossas duas Nações, pátria que se chamara Brasil-Portugal ou Portugal-Brasil, pátria que fará o milagre de transformar o Oceano Atlântico, em terra firme que terá colônias no céu, cuja bandeira, há de tremular em todas as ilhas luminosas do Cruzeiro Sul esse arquipélago de estrelas (Antônio Ferro *apud* BETTENCOURT, 1960: 60).

Entre o duplo centenário e a emergência da revista Brasília em 1942, existiu um crescimento exponencial das relações luso-brasileiras em termos institucionais. É a partir desse fausto que a Revista Brasília vem à tona. Para melhor compreendê-la (e à difusão do pan-lusitanismo nos seus escritos) é preciso entendê-la nos desdobramentos de dois eventos marcantes para a o fortalecimento das relações luso-brasileiras: o duplo centenário de 1940 e o acordo cultural de 1941. Ambos trazem uma nova feição às trocas culturais entre Brasil e

Portugal, e fazem emergir, através desse turbilhão de práticas (mais retórico do que prático), uma série de produções, no seio do campo cultural, que são diretamente vinculadas a instituições de ambos os regimes (e em particular o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Secretariado de Propaganda Nacional /Sistema Nacional de Informação).

Para Omar Ribeiro Thomaz, o duplo centenário foi o espaço¹⁹ por excelência de consagração da comunidade lusitana, através da reprodução, em narrativas verbais e não-verbais, de um saber colonial defensor do império (THOMAZ, 2002: 273). Foi nas comemorações do duplo centenário que a defesa da comunidade lusitana ganhou de fato força simbólica e uma maior publicidade, com a exaltação, ao mesmo tempo, aos anos do nascimento, do renascimento e apoteótico do ressurgimento (ACCIAIOULI, 1998: 114).

Esse evento é considerado por alguns historiadores como o ponto culminante da consolidação e estabilização do Estado Novo inaugurado em 1933-1934 (ROSAS, 1990a: 36). Existia, portanto, uma estratégia simbólica em torno dele, já que, Portugal, ao iniciar as comemorações, buscou apresentar-se como uma “ilha de paz no mundo em guerra” (ROSAS, 1990a: 37), discurso que é reiterado em diversas narrativas do período²⁰, e também nas produções resultantes do evento.

Na Exposição do Mundo Português, esteve presente o discurso da “capacidade realizadora do português”, através da glorificação da vocação colonial portuguesa, a partir dos feitos históricos da comunidade lusitana no longo da história (ACCIAIOULI, 1998: 124). Para Maria Isabel João:

Analisada numa perspectiva global, a iconografia destes centenários procurava transmitir uma ideia da superioridade dos portugueses e da sua cultura. Os heróis e as cenas evocadas ilustravam vitórias que tinham colocado os seus protagonistas principais numa situação privilegiada e de domínio sobre o mundo (...) os símbolos mais utilizados (...) nestas representações foram as armas nacionais e a cruz de cristo (...) ao contrário do que o discurso apologético procurou fazer e crer, a perspectiva da imagem e da mundividência que lhes estava subjacente nunca foi ecumênica ou universalista. O lugar do outro nesta iconografia era, em geral, secundário, decorativo ou ilustrativo da projeção dos portugueses no mundo (JOÃO, 2002: 498).

¹⁹Poderíamos citar para além do Duplo Centenário as exposições internacionais e as comemorações nacionais como espaços da defesa e difusão do *habitus* nacional português. A exposição de Lisboa em 1936 em comemoração ao ano X da revolução nacional, as exposições em Paris, Nova Iorque e S. Francisco são exemplares deste intuito. Para compreender melhor estes eventos, ver: ACCIAIOULI (1998); JOÃO (2002).

²⁰A mídia em geral foi unânime com relação à perspectiva de um Portugal livre da guerra, e que se mantinha neutra, por um suposto ethos pacifista e cristão Para melhor entendimento, ver: LEHMKUHL, 2011.

O Brasil figurava, nessa perspectiva, como o monumento indestrutível da civilização lusíada, o exemplo máximo de suas realizações (ACCIAIOULI, 1998: 185). A inserção do Brasil nessa construção foi fruto de uma série de tensões e conflitos. Segundo Thomaz Omar Ribeiro:

A incorporação deste país de raiz lusa no espaço da exposição foi possível na medida em que esta realidade política autônoma em relação ao império colonial não apenas fazia parte do seu passado por ter interiorizado a sua “lusitanidade” no seu projeto nacional, a complexa realidade brasileira conferia legitimidade aos projetos futuros do império (...) No interior da obra portuguesa no mundo, entre as colônias e o Portugal metropolitano, o Brasil aparece como a suprema criação do gênio (THOMAZ, 2002: 270).

Grande parte da estética constituída no pavilhão do Brasil – como um dos momentos da exposição do Mundo Português de 1940 – esteve direcionada a construir uma imagem que apagasse qualquer dissenso em torno da positividade da participação político-administrativa de Portugal na construção de suas colônias (LEHMKUHL, 2011: 66). Diversos intelectuais e obras são consagrados durante esse evento. Como ocorrerá no Acordo Cultural de 1941, forma-se toda uma produção em torno da publicização dos feitos da comunidade lusitana; e, por extensão, do Brasil enquanto membro espiritual desta²¹.

O Acordo Cultural de 1941, assinado por Lourival Fontes e António Ferro (enquanto, respectivamente, representantes do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Secretariado de Propaganda Nacional), foi também um dos grandes marcos dessa política luso-brasileira em tempos de guerra.

O primeiro artigo estipulava a criação de uma seção brasileira no Secretariado de Propaganda Nacional e uma seção portuguesa no Departamento de Imprensa e Propaganda (com um delegado do respectivo país em cada seção), com o objetivo de “assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países” (S/A *apud* BETTENCOURT, 1960: 73).

²¹Na revista Brasília os livros publicados sobre o duplo centenário pela editora das comissões dos centenários em Portugal e no Brasil são exaustivamente exaltados, a saber: A língua portuguesa no Brasil, de Raimundo Jacques; Comissão dos centenários de Portugal; Tácito português, de D. Francisco Manuel de Mello; Vida e morte Dittos e feytos de El-Rei Dom João IV. Rio de Janeiro. Comissão brasileira dos centenários português, 1940; Eugenio de Castro. Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa 1530-1532: estudos críticos. Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses; Joaquim Ribeiro. O folclore da restauração. Publicação da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses; Osvaldo Orico. A sombra dos Jerônimo; Veiga de Carvalho. Nótulas camonianas.

O segundo artigo definia os objetivos específicos de cada seção: o intercâmbio e publicação da produção de intelectuais das duas margens do atlântico e o envio para o Brasil e Portugal de conferencistas que mantinham vivo o contato entre ambas as nações (S/A *apud* BETTENCOURT, 1960: 74). Para os idealizadores desse projeto, em particular António Ferro, o Acordo Cultural, e as produções dele resultantes, elevariam as relações luso-brasileiras outro patamar, superando a retórica vazia de até então.

Esta superação estaria embasada no reconhecimento ativo, por parte da sociedade civil de ambos os países, da concretude das relações Atlânticas. Essas relações foram em grande parte impulsionadas, no período, pelo ideário da nação lusíada, agregador de um bloco de nações “atlânticas”, cujos contornos não eram geográficos, mas espirituais (SERRANO, 2009: 16). Para Ferro – em consonância com o discurso hegemônico do período, reiterado na análise da imagem do Brasil criado no duplo centenário de 1940 – existiria uma comunidade transnacional lusíada que agregava Brasil e Portugal, que ele denominou de “Estados Unidos da Saudade”.

Em um discurso realizado em 1941 (data da assinatura do acordo) no Real Gabinete de Leitura, define os Estados Unidos da Saudade como a terra comum onde vivemos (...) em um permanente abraço” (Antônio Ferro *apud* BETTENCOURT: 56). Alguns meses depois, Ferro amplia seu argumento definindo (em um discurso em 3 de maio de 1941 na Emissora Nacional) como Brasil e Portugal se integram como nação una:

Existem duas noções de pátria: a pátria lar que se contém nos limites de suas fronteiras naturais ou artificiais, e a pátria flutuante da raça, difícil, por vezes, de localizar porque se estende por vários mares e continentes. Brasil e Portugal são pátrias inconfundíveis: Pátrias irmãs sem dúvida, com aquele ar de família que não se engana, com profundas afinidades, o mesmo subsolo espiritual, mas cada uma com seu feitio, com suas particularidades. Mas onde se poderia situar a Pátria da Raça comum, a Pátria das duas Pátrias, Resposta fácil. A pátria das nossas Pátrias brasileiros e portugueses é o Atlântico, maravilhoso pomar que, o Infante e os seus continuadores semearam de caravelas, cujo mais belo fruto foi o Brasil, palavra sumarenta e luminosa, canto de pássaro ou de fonte (António Ferro *apud* BETTENCOURT: 59).

Em 1941, na Academia Brasileira de Letras, o mesmo Ferro reitera seu argumento, vinculando a utopia dos “Estados Unidos da Saudade” com as práticas institucionais entre Brasil e Portugal, colocando o Acordo Cultural em lugar de destaque:

Portugal, saudade do Brasil... Brasil, saudade de Portugal (...) Preferível, portanto, que juntemos duma vez para sempre essas duas saudades e que proclamemos dentro de nós a soberania que não ameaça as fronteiras de ninguém! – os “Estados Unidos da Saudade” do Brasil e Portugal! E é este o sentido espiritual, místico, do Acordo recentemente assinado por Lourival Fontes e por mim. Não se trata efetivamente dum acordo comercial, político, ou até meramente cultural, mas do acordo profundo, subjetivo, dessas duas saudades que prologando-se uma na outra, podem engrandecer-nos em face de nós próprios (Antônio Ferro *apud* BETTENCOURT: 64).

O acordo (e conseqüentemente a produção cultural dele resultante) esteve, por conseguinte, imerso na perspectiva pan-lusitanista, criando uma base de apoio institucional no Brasil. Para seu maior arauto, António Ferro, esse projeto não seria realizado somente a partir do incentivo às produções que positivavam e afirmavam a existência de tal comunidade, mas também a partir do controle às dissonâncias. Segundo Ferro:

(...) para se chegar (...) a esta perfeita comunidade de interesses, é preciso evitar, a todo custo, a publicação ou reprodução de quaisquer notícias ou artigos que possam dividir-nos, que nos tornem desconfiados, ainda que acidentalmente sobre as intenções que nos animam (...) Cada jornalista português ou brasileiro deve instituir dessa forma uma censura interior, cautelosa, que bem depressa se tornará instintiva (ANTONIO FERRO *apud* BETTENCOURT, 1960: 55)

Em suma, o acordo cultural de 1941 não foi apenas uma espécie de agente catalisador das relações políticas, mas, sobretudo, das relações intelectuais e editoriais luso-brasileiras (SERRANO, 2009: 281). Do Acordo gerou-se uma série de produções em torno do afã de reiterar essa pátria espiritual. Com a criação da Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, formulou-se uma política editorial, em volta da defesa dos valores dessa suposta comunidade lusíada, que incentivou a emergência de diversas produções culturais. Giselia de Amorin Serrano, em sua pesquisa sobre a política editorial do Acordo (2009), elenca as seguintes obras (livros e periódicos) editadas ou reeditadas:

Revista Atlântico, Ouro Preto – uma cidade antiga do Brasil (...), coleção de documentos dos Arquivos portugueses que importam ao Brasil, Antologia da moderna poesia brasileira do Brasil (Jose Osório de Oliveira), História Breve da Música no Brasil (Gastão de Bettencourt), A terra de Vera Cruz na era de quinhentos (Eduardo Dias), Estados Unidos da Saudade (Antônio Ferro) (...) a promoção de números especiais das revistas: Rio, Rio Magazine, Ilustração Brasileira e Cruzeiro. A seção dava também subsídio à revista Brasília da

Faculdade de Letras e o Centro de estudos brasileiros do Porto que edita a revista Vera Cruz (SERRANO, 2009: 77).

Entre as produções citadas, duas se destacam: as revistas *Atlântico* e *Brasília*, que, não obstante suas particularidades, agregaram inúmeros intelectuais de ambos os lados do atlântico, na intenção de proteger o projeto pan-lusitanista, presença marcante nas narrativas das duas publicações.

Na revista *Atlântico*, António Ferro, José Osório de Oliveira, entre outros intelectuais do Brasil e de Portugal buscaram reforçar a imagem do Brasil como membro da civilização lusíada. António Ferro sintetizava este objetivo – já visível anteriormente em seus discursos nos anos da assinatura do Acordo Cultural –, ao responder o porquê do título da revista, na introdução do seu primeiro volume:

Por que chamamos *Atlântico* à nossa revista, porque somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficiente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossa as aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntámos a palavra Brasil à palavra Portugal, duas luminosas parcelas, obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: *Atlântico (...)* *Atlântico o lago lusitano (...)* é também a nossa terra comum, o nosso grande traço de união, a estrada real da nossa glória fraterna, a grande distância que, afinal, nos aproxima...Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe o sonoro búzio onde se repercute a voz da Raça, o Mare Nostrum, o *Atlântico*, Pátria maior, Pátria infinita (ANTÓNIO FERRO, Revista *Atlântico*, 1942, *apud* QUADROS: 183).

Em outro momento da revista, novamente Ferro acentua a mesma noção de identidade nacional luso-brasileira:

Todos nós portugueses vivemos assim esperando a ocasião de ir ao Brasil. Não significa isso que desejamos trocar a nossa terra por outra; mas que lá para nós, também é Portugal. O Portugal vivo está na orla marítima, uma faixa de terra banhada pelo *Atlântico* não é apenas um tema, é um fato” (Antônio Ferro *apud* FLORES, 2007: 308)

Essa perspectiva de comunidade lusitana transnacional não é só encontrada em Ferro, mas também está presente no discurso de outro defensor intransigente da luso-brasilidade: o literato José Osório de Oliveira, que reitera no primeiro número da revista:

Para nós, existe uma cultura lusíada – mundo supra-nacional formado por Portugal, pela grande nação sulamericana e pelas nações em potência, a que a ação portuguesa, do século de Quinhentos para cá, deu origem (José Osório de Oliveira. Revista Atlântico, n.1, 1942, *apud* SERRANO, 2009: 15).

Em sua análise da revista Atlântico, SILVA (2011) a compreende como um dos maiores lócus representativos de uma noção transterritorial de nacionalismo português – em continuidade à produção do duplo centenário de 1940 e do Acordo Cultural de 1941 – que antecederam o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Como afirma também SERRANO (2007):

O Brasil apresentava-se, na Atlântico, como membro dessa civilização Lusíada, formada pelo espírito português como algo de inerente à alma nacional portuguesa e que estaria também associada à formação da identidade nacional brasileira. Era assim que o Mundo Lusíada aparecia também pela revista, como continente aberto ao Brasil, que ele se encaixaria pela ordem histórica a que se destinou seu suposto descobrimento (SERRANO, 2009: 182-183).

Se por um lado a Revista Brasília emerge dessas condições mais globais, impulsionadas por uma política imperial que cria uma série de eventos, com o intuito de aproximar-se do Brasil (como tentamos demonstrar até aqui), por outro lado existe uma realidade específica, que vai além da política editorial do Acordo Cultural. Nesse aspecto, a Brasília, diferentemente da Atlântico, é também impulsionada pelo desdobramento de certas instituições, para além do apoio direto dos órgãos em torno da assinatura do Acordo. É preciso, portanto, aumentar a escala de análise sobre a Brasília para visibilizar sua singularidade, através das instituições que a fazem surgir.

Por essa via, é preciso compreendê-la no seio da Universidade de Coimbra, desvelando, no interior desta, o processo que transformara a Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros, do qual a revista é publicação. Além desse processo, analisaremos, no próximo capítulo, o pan-lusitanismo expresso em diversos autores que escreveram para a Brasília, evidenciando que o projeto de lusitanização do Atlântico sul esteve densamente presente em suas páginas.

CAPÍTULO II - NAÇÃO LUSÍADA: O PAN-LUSITANISMO NA REVISTA BRASÍLIA (1942-1949)

“Luso-portugueses e luso-brasileiros são... povos com um fundo comum que nenhuma oposição acentuada divide. Considerações que nenhuma ordem pode negar aos brasileiros o carácter de Lusitanos da América. Essa perfeita semelhança reflete num nome: Camões. Lá, como cá, Camões é o guia, o lábaro da Raça, porque Camões é mais do que Portugal: a síntese das mais fundas secretas modalidades da alma lusitanas; um desses nomes que, na genealogia espiritual das pátrias, são como que um resumo, o índice, das suas sucessivas estratificações; a expressão mítica da consciência nacional e do subconsciente colectivo: um Dante, um Cervantes, um Shakespeare, um Molière, um Goethe. O Brasil é novo de mais para ter no seu breve passado um desses nomes luzeiros, um nome síntese, unanimemente protector. O nome literário, o nome racial, o sacro nome que o Brasil mais alto pronuncia, é por isso, ainda este: Camões (...) Somos, portanto, filialmente, fraternalmente, dois povos camonianos, e não haverá meio de o contradizer sem evitar” (DIAS, 1942: 533-544).

A ideia de uma comunidade luso-brasileira foi exaustivamente afirmada nas narrativas da Brasília por uma série de intelectuais portugueses e brasileiros. Estas relações são naturalizadas e tratadas como uma “realidade” indiscutível. Isso fica claro na epígrafe acima transcrita de Carlos Malheiro Dias, onde o papel dos portugueses no Brasil é tratado como um fato *a priori*. O Brasil, segundo Dias, por ser “novo demais” para ter grandes nomes, deveria aceitar Camões como representante máximo da “raça” lusitana, constituída tanto por “luso-portugueses” e “luso-brasileiros”.

Entretanto, para abordarmos as nuances da concepção de pátria comum luso-brasileira, é preciso antes aprofundar a discussão em torno do projeto de lusitanização do Atlântico sul verbalizado repetidamente na revista Brasília²². Evidenciaremos, inicialmente, o projeto político institucional da Brasília através dos seus discursos inaugurais. Compreenderemos a partir destes a concepção de mundo no qual os intelectuais da Brasília, integrados ao Instituto de Estudos Brasileiros de Coimbra, vinculam-se, e, em particular, sua proximidade com os pressupostos da “Política do Atlântico”.

²²Segundo Pinto de Carvalho, ao explicar o sentido do vocábulo que dá nome a revista, o termo Brasília nasce para denominar a terra “descoberta”. Para este: “(...) o termo Brasília figura desde 1520 no Globo de SCHONER, no qual a América é designada com a legenda América uel Brasília siue papagalli terra - 'América ou Brasil ou terra dos papagaios'... Interessa-nos, sim registrar a forma latina do vocábulo, inteiramente de acordo com o gênio da língua do Lácio. É provável que antes de 1520 essa forma haja sido empregada por algum escritor, pelo que apontamos a data de 1520 sob muita reserva” (CARVALHO, 1943: 389).

Por conseguinte, demonstraremos, por meio das diversas seções da Brasília, a dinâmica que dá vida a essa revista, através de uma trajetória que nasce com a Sala do Brasil e que vai até a formação do Instituto de Estudos Brasileiros de Coimbra. Este processo é narrado no interior da própria revista, a partir de uma concepção heroicizante de seus realizadores. Por fim, evidenciaremos como estes intelectuais explicitam, em suas produções, diversos projetos para o futuro da “Política do Atlântico” a partir de um ponto de vista mais pragmático. Em síntese, buscaremos entender nessa parte como tal produção intelectual (em consonância com a Revista Atlântico) defendeu até as últimas consequências uma concepção de comunidade lusíada da qual Brasil e Portugal e suas colônias supostamente faziam parte.

2.1. A luso-brasilidade em revista: o projeto político-institucional da Revista Brasília

“Vivido oceano os separam/Mas embora tal suceda/ Entre os seus dois corações/ Não cabe um papel de seda” (Eugénio de Salo. Portugal-Brasil, 1942: 539).

“O Atlântico não será mais senão acidente geográfico somenos, se as almas portuguesas e brasileiras estiverem unidas pelo conhecimento mútuo, que só ele traz, por justificado, o amor definido” (Afrânio Peixoto *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 759).

“Em reciprocidade de atitudes, o mar Atlântico será para nós todos, Brasileiros e Portugueses, não matéria de uma infinita distância que separe, mas espiritual estrada que une as duas nações da mesma grande missão civilizadora” (Carneiro Pacheco *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 762).

A retórica luso-brasileira (ou “atlântica”) explícita nas epígrafes citadas acima não é ocasional, mas regra ao longo das narrativas da revista Brasília, que pretendeu ser a porta voz da “luso-brasilidade”. É por tal pretensão que a mesma pode ser considerada, ao lado da revista Atlântico, um dos espaços privilegiados da expansão, no seio do campo cultural, do ideário pan-lusitanista. Contudo, essa revista detém especificidades que a distanciam, em sua emergência, da Atlântico, uma vez que seu núcleo institucional foi centrado na Universidade de Coimbra, para além dos rearranjos do Acordo Cultural de 1941.

A revista Brasília foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Seu primeiro volume surge em 1942 tendo como objetivo primordial o fortalecimento das relações luso-brasileiras. A publicação do primeiro e do segundo volume (1942-1943) contaram com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional. A partir do terceiro volume a mesma foi fomentada

pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das relações exteriores do Brasil, órgão que é elogiado em diversos momentos da revista.

De forma geral, as preocupações específicas desses intelectuais de Coimbra referem-se, nos quatro primeiros volumes (1942, 1943, 1946 e 1949), à questão da Língua, da Literatura e da História, mas não se reduzem a isso. A *Brasília* foi, fundamentalmente, uma revista institucional, com estreitas vinculações com o salazarismo (como veremos a frente)²³, e voltada para um público acadêmico. Apresenta ao leitor em suas diversas seções, no que concerne à análise da produção acadêmica brasileira, dois lugares de produção de textos: um ocupa-se da publicação de artigos sobre Brasil e Portugal e o outro destina-se à crítica sobre a produção intelectual brasileira e também portuguesa. Diversos campos do conhecimento são analisados por uma grande variedade de intelectuais ligados direta ou indiretamente à Universidade de Coimbra e, em particular, à Faculdade de Letras.

Além da divulgação da produção intelectual brasileira, a publicação também narrou os diversos atos institucionais em torno da “comunidade lusíada”, difundindo nas seções: “A vida do Instituto de Estudos Brasileiros”, “Conferências”, “Crônicas”, “Antologias”, as diversas ações, discursos e produções em torno do fortalecimento de instituições, formais e informais, em prol das relações luso-brasileiras. Providência Costa (diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no momento) sintetiza essas duas tarefas, nas páginas iniciais do primeiro volume da *Brasília*:

“*Brasília* é o órgão do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e tem por fim estreitar as relações culturais entre Portugal e o Brasil, quer divulgando no império português nomes ilustres do país irmão, quer contribuindo para melhor conhecimento do mundo brasileiro e dos seus valores e para esclarecimento de problemas históricos, literários ou científicos referentes ao Brasil e às suas pluriseculares relações com Portugal. Com a publicação desta Revista, cumpre o I. E. B árdua tarefa, mas realiza ao mesmo tempo nobre e grata aspiração, e, confiando a sua direção à prova da competência de um dos seus mais ilustres professores quis a Faculdade de Letras não só significar o alto apreço em que tem as relações luso-brasileiras, mas, ainda, como lhe competia, assegurar à Revista o mais elevado nível científico e literário. O primeiro volume de *Brasília* é de pura homenagem ao Brasil (...) Possa *Brasília* contribuir para que os dois povos se sintam cada vez mais orgulhosos de seu passado comum glorioso, vivam cada vez mais

²³Nos anexos 7, 8, 9 10 evidenciamos um quadro de autores onde é possível visualizar as relações institucionais entre os intelectuais que publicavam na *Brasília* e o regime. Entre aqueles que publicam nesta encontramos: professores e alunos universitários (a grande maioria de Coimbra), bibliotecários, e, como é bastante recorrente, funcionários do governo (Agentes gerais da colônia, ministros, militares, etc).

conscientemente a realidade magnífica da mesma língua e da mesma raça; comunguem com intensidade crescente os mesmos altos ideais cristãos e atlânticos” (COSTA, 1942: 3-4)

Percebemos neste discurso que a “missão” da revista *Brasília*, no interior dos “ideais cristãos e atlânticos”, está de acordo com os fundamentos da “Política do Espírito” salazarista, pois nesta está implícita uma noção de produção e difusão cultural associada a uma perspectiva instrumentalizada pelo nacionalismo lusitano. Em outro discurso inaugural do primeiro número da *Brasília*, o Cardeal Patriarca Manoel Cerejeira também deixa claro o lugar do Brasil enquanto pertencente à “comunidade lusíada”, expressando-se da seguinte forma:

“Ouvi dizer, na Academia de Letras do Rio-de-Janeiro, a um ilustre brasileiro, que o nascimento do Brasil (o qual teve como padrinho para a grande obra da civilização, a Portugal) constituíra o undécimo canto dos “Lusíadas”, se Camões o tivesse conhecido. Eu acrescento, porém, que esse canto seria apenas o prefácio da epopeia do Brasil que andam escrevendo os brasileiros (...). Ao contemplar como o Brasil toma consciência de si próprio, fiel a sua formação histórica e aberto às mais audaciosas conquistas do progresso – eu desde já saúdo nele o herói dessa América (...)” (CEREJEIRA, 1942: 1).

Ainda dentre os textos inaugurais do primeiro volume da *Brasília*, que apresentam o seu projeto político-institucional, temos uma breve referência do Ministro da Educação Mario Figueredo. Este reitera que a civilização brasileira e portuguesa “não podem ser divergentes, só podem ser paralelas” (FIGUEIREDO, 1942: 2). Mais à frente, aponta que “Cada um se projecta para o futuro através do outro e ambos se reveem e buscam fontes de energia no mesmo passado, compreende-se que cada uma veja o outro nos próprios olhos (...)” (FIGUEIREDO, 1942: 2). Essa prática do olhar, ou do direcionamento do mesmo, é própria do projeto da *Brasília*. Não é qualquer olhar, mas sim um olhar especializado. Propor uma pedagogia do bem olhar, segundo os pressupostos do iluminismo, significa atribuir a autoridade àquele que detém a competência para fazê-lo, no caso o português (SERPA, 2010: 102).

O português, em razão da atribuição familiar explícita no discurso do Brasil enquanto “filho pródigo”, teria sobre o Brasil uma vantagem histórica, visto que, segundo esse discurso, Portugal tem mais experiência. Para tais intelectuais, o Brasil, por ser uma nação ainda jovem, precisaria, para perpetuar o legado civilizatório lusitano, do olhar atento do pai. Essa pretensão hierárquica da relação cultural entre Brasil e Portugal demonstra a

impossibilidade, segundo grande parte dos portugueses e de um número significativo de brasileiros, de completa separação, em um âmbito cultural, entre ex-metrópole e ex-colônia. Negar a contribuição positiva do elemento português na matriz político-cultural brasileira significa ir contra a “verdade”, a-histórica e naturalizada, que detém o estatuto de uma “*doxa* intelectual”, ou seja, uma verdade inquestionável, auto-evidente.

Essa representação do Brasil enquanto “irmão mais novo”, “povo jovem”, “filho pródigo” foi presente desde o início do século XX, a partir de uma série de produções culturais. Nestas havia uma certa imagem que enquadrava o português em uma concepção de superioridade daquele com mais tempo de existência, hierarquizando as relações entre as intelectualidades de ambos países, tal como as relações familiares, entre pai e filho, irmão mais velho e irmão mais novo. Dessa forma, há uma relação de tutela, de autoridade daquele com mais experiência. Para Elio Serpa, ao analisar via periódicos (a revista *Águia*, *História*, *Seara Nova*, *Nação Portuguesa*, *Lusitânia*, entre outras) as relações luso-brasileiras, sobre essa perspectiva hierarquizada:

“A ideia de pátria-mãe está assentada no pressuposto daquele que dá origem, que descobre a outra, que a coloca no mundo e lhe lega um instrumento básico para suas relações: a língua. Portanto, as relações entre Brasil e Portugal dão-se sempre através de um discurso de poder no qual a língua comum e a escrita são para Portugal um instrumento de superioridade e de conquista (...)” (SERPA, 2000: 77).

O Brasil seria sempre o exemplo da capacidade portuguesa no mundo, pois, como apontado, na relação materno-familiar o olhar sempre se voltaria para o cuidado do outro, atropelando a autonomia completa (SERPA, 2010: 107). O irmão mais novo ou filho pródigo (Brasil) aprenderia a olhar como e com o pai (Portugal). O olhar desviante era visto como uma afronta à verdade já constituída, fruto de “satanismo” e “degenerescência”. A defesa da tradição histórica esteve sempre em primeiro lugar na Brasília. Os portugueses, segundo o discurso dominante da revista, católicos, trabalhadores e “despidos” de preconceito de raça legaram aos brasileiros um *ethos* que é próprio da comunidade lusitana “cristã e civilizadora” (CAYOLLA, 1942: 23).

Tal concepção não é estranha à mentalidade imperial difundida no período. Como reiteramos no capítulo I, Portugal aparecia no saber colonial produzido no período como a liderança das nações lusíadas, sobre seu domínio espiritual (Brasil) e/ou político (Moçambique e Angola). Essa realidade supostamente “transtemporal” e “a-histórica” deveria ser protegida, afim de que a comunidade histórica formada por esse “ser lusitano” fosse

preservada. Essa concepção de nacionalidade atlântica, defendida por uma série de intelectuais no Brasil e Portugal (José Osório de Oliveira, António Ferro, Rebelo Gonçalves, João de Barros, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, etc.), tem uma forte associação com a ideia de “comunidade imaginária”.

Anderson (2008) define “comunidade imaginária” como a comunhão de valores partilhados, baseados em certos atributos que são comuns por um determinado grupo que detém uma unidade (mais discursiva do que real) da língua, tradições e uma história. Os critérios objetivos que definem a nacionalidade luso-brasileira serão largamente discutidos em uma série de instituições e produções culturais nos anos 30 e 40. Como reitera Serrano (2009), a publicação de obras em torno da construção de uma memória comum luso-brasileira foi uma estratégia rotineira do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Secretariado de Propaganda Nacional mesmo antes da assinatura Acordo Cultural, ou mesmo da emergência da revista *Atlântico e Brasília* (como evidenciamos na terceira parte do capítulo I).

O patrimônio cultural luso-brasileiro deveria ser protegido, através de um passado reinterpretado, no qual as “figuras notáveis” e os mitos da nação fossem cultuados dentro de um parâmetro comum. A defesa da identidade nacional atlântica voltava-se, assim, para a construção de um bloco homogêneo entre as nações sob a influência cultural e política lusitana, que inclui o Brasil. Nos textos da *Brasília* encontramos em diversos momentos, e não só nos discursos inaugurais citados, a exaltação à campanha de formação da intimidade luso-brasileira. Essa intimidade, segundo Ramos (2001), voltou-se, no quadro dos nacionalismos modernos baseados ainda em parâmetros raciais, para a invenção da etnia luso-brasileira.

Para Maria Bernadete Ramos a rememoração contínua dos eventos consagrados pela política do *Atlântico Sul* trazia um duplo efeito: “(...) o fato em sua realização física-temporal-espacial, e o fato em sua condição simbólica, revitalizado no e pelo discurso de aproximação luso-brasileira” (RAMOS, 2001: 383). A “campanha de lusitanização do *Atlântico Sul*” foi internalizada nos escritos da *Brasília*, como demonstraremos nos dois próximos subcapítulos, seja pela glorificação dos diversos eventos em torno da construção da intimidade luso-brasileira (a própria *Brasília* nasce dessa intimidade, via Instituto de Estudos Brasileiros de Coimbra), seja na discussão de projetos políticos e culturais em torno da construção, em termos mais pragmáticos, da “Política do *Atlântico*”.

2.2. Do Instituto de Alta Cultura (1935) à revista Brasília (1942): as instituições da luso-brasilidade nas páginas da Brasília

“Muitas tem sido as tentativas de reunir nas mesmas páginas a cooperação espiritual luso-brasileira. Nenhuma, porém, alcançou expressão tão completa, tão lúcida, tão perfeita como a de Brasília” (João Neves da Fontoura, 1946: 1).

Um das questões marcantes na leitura da Revista Brasília é o constante registro dos atos institucionais em torno do engrandecimento da comunidade lusíada. Tanto eventos recentes (o Duplo Centenário, o Acordo Cultural, a Embaixada Especial de Portugal no Brasil, etc.), como os mais distantes (o Instituto Luso-brasileiro para Alta Cultura, a inauguração da Sala do Brasil, o Instituto de Estudo Brasileiros, etc.) são constantemente evidenciados ao longo das análises desses intelectuais. A vinculação entre o passado e o presente dessas relações é amplamente demarcada no intuito de dar uma continuidade histórica entre essas nações.

O Instituto Luso-brasileiro de Alta Cultura fundado em 1935 foi uma das instituições tidas ao longo da revista Brasília como um dos espaços fundamentais para a construção da luso-brasilidade²⁴. Segundo Heloisa Paulo (2000), o Instituto foi fomentado por emigrantes portugueses – com o apoio direto do embaixador lusitano Martinho Nobre de Melo (que tem uma grande participação em diversos eventos centrais para a “Política do Atlântico” nos anos 40, e também na própria revista Brasília) – que viam tal espaço como um dos lugares de reforço de sua suposta “luso-brasilidade”. Como evidencia o Boletim da Federação das Associações Portuguesas do Brasil:

“(…) o Instituto de Alta Cultura Luso-Brasileira, sob o patrocínio dos dois governos de Portugal e do Brasil (...) agremiaria instituições universitárias e acadêmicas de ambos os países, proporcionando uma troca de visitas, que representariam verdadeiras embaixadas, as quais dariam ensejos para que os homens mais eminentes das duas pátrias, seus estadistas, acadêmicos, professores, cientistas, homens de letras, travassem relações pessoais e pudessem influir para a dissipação de tantos equívocos, de tantos mal entendidos, de tantas injustiças que frequentemente denunciam um recíproco e injustificável desconhecimento entre os dois povos irmãos” (Boletim da Federação das Associações Portuguesas do Brasil *apud* PAULO, 2000: 240).

²⁴É relevante mencionar que também existiam na outra margem do Atlântico instituições que buscavam o intercâmbio luso-brasileiro, como o Liceu Literário Português e o Instituto de Estudos portugueses do Liceu Literário Português de Leitura dirigido por Afrânio Peixoto e financiado pela Fundação Jose Gomes Lopes (difusora da cultura portuguesa no Brasil). Estas instituições são também fomentadas, em parte, por emigrantes portugueses. Para mais detalhes, ver Paulo (2000).

Afrânio Peixoto, no discurso da inauguração do Instituto Luso-brasileiro de Alta Cultura (que é citado por completo no primeiro volume), louva os valores lusitanos que essa instituição propaga (PEIXOTO, 1942: 538). Tal instituto deveria difundir que o Brasil “é a terra que Portugal deu a invenção”, dando o “próprio sangue, a mesma alma” para a sua realização (PEIXOTO, 1942: 537). Por esse reconhecimento da grandeza do passado é que os brasileiros podem ter certeza de um futuro ao lado das maiores nações do mundo (PEIXOTO, 1942: 537).

Este pertencimento de Brasil à Portugal é defendido de forma enérgica por Afrânio Peixoto em seu discurso:

“Brasil e brasileiros são terra e a gente, a que Portugal deu a invenção, a descoberta, a catequese, a fé cristã, a colonização, as bandeiras penetradoras, a imensa posse territorial, o aproveitamento econômico, o gasto da liberdade, o culto da língua, o amor das artes, e de mais, e deu tudo, o próprio sangue, a mesma alma, separados pelo Oceano, mas não divididos, porque são comuns, se somos os mesmos” (PEIXOTO, 1942: 538).

Para Afrânio era preciso dar continuidade a esse sentimento, arraigado ao “caráter nacional” luso-brasileiro, através de instituições que dessem sentido a esta luso-brasilidade difusa (PEIXOTO, 1942: 538). Afrânio Peixoto finaliza seu discurso ressaltando as potencialidades que o Instituto carregava, expressando da seguinte forma seus anseios com relação ao Instituto:

“Que este Instituto, que ora aqui se inaugura, seja mais um liame de alma pela cultura, represente simbolicamente todos os brasileiros que não podem atravessar o Oceano, repetindo a aventura da descoberta e da colonização, e represente mais ainda a saudade dos “portugueses” de lá, outros como eu, que não alcançam a ventura que me cabe nesta hora, tão augusta, para mim, que me bastaria à ambição com que encher a vida: entrar de novo, à minha casa; inclinar-me devotadamente à lareira; lembrar-me comovidamente de todos que se foram, e que me recorda a memória com orgulho; e estender as mãos e o peito ao encontro dos vossos, em que sinto viver o gesto e bater o coração, de minha gente...” (PEIXOTO, 1942: 538-539).

A transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros também foi um outro momento importante dessa “vida luso-brasileira”. Este processo é interpretado por esses mesmos intelectuais como um dos marcos fundadores de uma nova política cultural luso-brasileira para além da retórica. A Sala do Brasil foi um espaço acadêmico, surgido em

meados dos anos 20 a partir do apoio do professor Mendes dos Remédios (que também irá levantar a Sala Americana, Sala Germanista e a Sala Românica), sugerindo que os livros brasileiros da biblioteca geral de Coimbra fossem enviados a essa mesma sala (GUIMARÃES, 2009: 143). Tais salas foram espaços de estudo e divulgação de determinada nação em instituições de ensino superior, subsidiadas pelo *Institut International de Coopération Intellectuelle*, órgão vinculado à Sociedade das Nações (GUIMARÃES, 2009: 143).

Os recursos para manutenção e estruturação da Sala do Brasil foram oriundos do mecenato de Teixeira de Abreu (1865-1935) até meados dos anos 30. Após essa época, a situação da sala ficou precária em relação às salas de outros países. As salas representativas da Itália, Espanha, França e Alemanha detinham um acervo muito mais amplo e conservado. As duas últimas, inclusive, se transformaram em institutos na década 30 (GUIMARÃES, 2009: 146).

É somente com a iniciativa do embaixador brasileiro em Portugal, Araújo Jorge, que as coleções de livros foram transformadas em uma biblioteca rica e proveitosa. Jorge também influenciou, segundo a documentação do Itamaraty analisada por Guimarães (2009: 148), para que o Serviço de Cooperação Intelectual fizesse a manutenção da sala. Com o IV centenário da Universidade de Coimbra em 1937 surge a oportunidade de colocar a Sala do Brasil à altura das já existentes. Em sete de setembro a mesma é (re)inaugurada a partir da presença de uma série de figuras importantes do regime salazarista, como Carneiro de Pacheco (ministro da Educação do período) e o Cardeal Manoel Cerejeira (GUIMARÃES, 2009: 149).

Na seção “A vida do Instituto de Estudos Brasileiros” a redação da revista mostra o ressurgimento da Sala do Brasil como um ato impulsionado por estudantes com a ajuda de Eugenio de Castro, até então diretor da Sala (A Vida do Instituto de Estudo Brasileiros, 1942: 751). O diretor se refere em um discurso, na ocasião da (re)abertura da Sala do Brasil – citado pela redação da Brasília na seção já referida – àqueles que contribuíram e aos problemas que a (re)inaguração vinha confrontando até então:

“Fundada pela benemérita iniciativa do meu falecido colega e amigo Doutor Mendes dos Remédios, e generosamente dotada pelo também meu falecido colega e amigo Doutor Teixeira de Abreu, esta sala foi apenas, durante alguns anos, um silencioso e inútil depósito de estantes vazias, devendo agora confessar que cheguei a perder a esperança de as ver cheias, tão repetido foi o malogro das minhas tentativas para converter numa biblioteca

proveitosa o que era unicamente uma fria exposição de móveis” (Eugenio de Castro *apud* A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 751).

Para GUIMARÃES (2009) e LOBO (2001) a (re)inauguração da Sala do Brasil, em sete de Setembro de 1937, representa um dos grandes marcos do ressurgimento das relações luso-brasileiras. Lucia Maria de Paschoal Guimarães sintetiza os sentidos em torno da (re)inauguração da sala para Brasil e Portugal da seguinte maneira:

“Mais do que o caráter acadêmico científico-literário, a (re)abertura da “Sala do Brasil” constituía um investimento simbólico e refletia um jogo de estratégias políticas. Para o quadro de isolamento intelectual que o Brasil se encontrava a “Sala” significava a possibilidade de se expor ao Velho Mundo e de demonstrar os avanços alcançados por um país jovem e culto. Perfil que, sem dúvida, correspondia às expectativas do Estado Novo salazarista, cuja capacidade colonizadora vinha sendo contestada por outras potências imperialistas. Assim, para as autoridades do Palácio de Belém, preocupadas em preservar à antiga Colônia sul americana também representava uma vitrine, através da qual se enxergavam testemunhos concretos da competência civilizadora do povo português” (GUIMARÃES, 2009: 150).

A Sala do Brasil foi, portanto, uma das primeiras instituições a mobilizar concretamente de ambos os lados do Atlântico esforços em prol desta suposta comunidade luso-brasileira. Para a redação da revista Brasília, na seção “A vida do Instituto de Estudos Brasileiros”, essa foi fundamental para a formação da mesma e para, em um quadro mais amplo, “aumentar e dirigir a ação cultural brasileira exercida entre nós” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 749).

O Instituto de Estudos Brasileiros foi um alargamento da ação da Sala do Brasil perante um momento histórico de maior intercâmbio luso-brasileiro (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 749). Estes citam a doação da maior parte dos livros que constituíram o recheio bibliográfico do pavilhão do Brasil durante a Exposição do Mundo Português como o momento inaugural desse mesmo espaço (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 749).

Um total de 5000 volumes são entregues à Sala do Brasil em 1940, ato que Osvaldo Orico (representante do embaixador brasileiro Araújo Jorge) considera como a “mensagem preciosa do nosso culto, da nossa lealdade, da nossa veneração à gente portuguesa” (Osvaldo Orico *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 750). Na ocasião da entrega dos livros, diversos outros intelectuais como Providencia Costa e Rebelo Gonçalves se posicionam de forma intransigente frente ao “amor às tradições lusitanas” e o

louvor à “cultura e o pensamento brasileiro” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 750).

Rebello Gonçalves, em um discurso em dez de Dezembro de 1940, citado por completo no primeiro volume, expressa sua felicidade com as realizações da Sala do Brasil nos seus três anos e considera essa entrega de livros como o culminar dos esforços de tantos intelectuais pela “comunhão luso-brasileira” (GONÇALVES, 1942: 503). A amizade luso-brasileira expressa nesse ato representa, para Rebello Gonçalves, a “oblação à velha ‘alma mater’ conimbricense, de que tantos brasileiros espiritualmente descendem” (GONÇALVES, 1942: 504).

O reconhecimento dessa “verdade” enche os portugueses de orgulho, já que os brasileiros foram, por gerações, formados por essa “fonte primeva de cultura” (GONÇALVES, 1942: 504). O autor também afirma que tal biblioteca seria o lugar em Coimbra onde um “português amigo do Brasil” poderia saciar suas saudades da terra brasileira (GONÇALVES, 1942: 506).

Desta forma, o Instituto de Estudos Brasileiros, dando continuidade ao projeto e à perspectiva da Sala do Brasil, é considerado por esses intelectuais como uma resposta ao sentimento comum dos representantes de ambos os lados do Atlântico (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 750). Emerge em três de fevereiro de 1941, a partir da propositura de Providencia da Costa em transformar a Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros, contando com a presença de diversos intelectuais. O instituto teria como função a divulgação da cultura brasileira, através da publicação de um “órgão de informação e de cultura” (a revista Brasília), do enriquecimento de seu acervo bibliográfico, e também (como a redação cita):

“Promoverá conferências de professores, eruditos, homens de ciência e de letras, de Portugal ou do Brasil, sobre os mais variados aspectos da vida, da história, da literatura e da cultura brasileira; fará publicações de várias naturezas e amplitudes; esforçar-se-á pelo desenvolvimento cada vez maior de intercâmbio cultural luso-brasileiro, promovendo a vinda de professores do Brasil e Portugal e a ida de professores portugueses ao Brasil (...) estabelecendo correspondência e permuta de publicações com as universidades e institutos brasileiros (...) e apoiará qualquer iniciativa tendente a fortalecer as relações culturais entre os dois países” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 750).

A concepção de pátria comum nos discursos fundadores do Instituto de Estudos Brasileiros, explícita na fala de Osvaldo Orico, Araújo Jorge e Rebello Gonçalves, citados

nessa seção, evidenciam uma visão unidimensional na relação entre ex-metrópole e ex-colônia, pois tal ufanismo lusitanista não representa, na realidade, a opinião de um número significativo de brasileiros.

Esse discurso oculta também a presença da aproximação do Brasil com outras nações no momento, como é o caso emblemático dos Estados Unidos. Como evidencia Tota (2000), os vetores da americanização já vinham se infiltrando lentamente no seio da sociedade brasileira desde os anos 40. A agência *American Office for the Coordination of Inter American Affairs* (OCIIA), entre outras instituições, incentivou diretamente a americanização. Além de tudo, diversos intelectuais projetaram os EUA como um modelo a ser seguido pelo Brasil, como é o caso de Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, etc.

Ainda sobre os discursos supracitados, houve também diversos elogios aos governos de Vargas e Salazar por impulsionarem o crescimento das relações entre Brasil e Portugal em termos institucionais. Entretanto, essa perspectiva tende a ignorar os dissensos entre Vargas e Salazar, em momentos importantes, como é o caso do fracasso do Congresso Luso-brasileiro de História. Como demonstram Paschoal (2009) e Blotta (2009), esse congresso falha em sua propositura em grande parte devido à tentativa de controle sistemático do governo brasileiro, impedindo a participação de alguns intelectuais historicamente ativos em instituições “lusobrasileiras”, como é o caso de Afrânio Peixoto.

Esse discurso reducionista da unidade também aparecerá em outros lugares na Brasília e, em particular, naqueles que narram os momentos marcantes da intimidade lusobrasileira. O Acordo Cultural de 1941 e a criação da Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional são dois marcos amplamente citados e positivados ao longo das narrativas da revista Brasília. A assinatura do Acordo Cultural em 1941 e a inauguração da Seção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, em 14 de Abril de 1942, são retratados como a afirmação da comunidade lusobrasileira. Tais instituições confirmariam esse mesmo intento, devendo se complementar. Para a redação:

“Entre a Seção Brasileira do SPN e o I. E. B. tem havido não apenas relações de pura cortesia ou de mera cordialidade oficial, mas relações de verdadeira fraternidade fundadas na convicção de que ambos organismos trabalham por um ideal comum e de que os seus programas respectivos, longe de se prejudicarem um ao outro ou de superfluamente se repetirem, beneficentemente se completam e harmonizam” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 737-738).

E ainda afirmam, logo à frente, que:

“Pelo sentimento unânime dos seus componentes, o I.E.B. regozija-se com esta fraternidade espiritual. E mais ainda: estima que as suas relações com a Secção Brasileira do S.P.N, além de consistirem no mais amistoso entendimento, estejam revestindo a forma, sempre benéfica, da convivência direta e íntima” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 738).

Os redatores também citam a visita em 1942 de Tavares de Almeida (presidente da Seção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional) e de outros, vinculados ao esforço destas instituições “que cumprem valiosos serviços em prol da “Política do Atlântico” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 738). A revista explicita que a Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional também envia o editor da revista (Rebello Gonçalves) para conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa – conferências que foram publicadas tanto no primeiro número da revista Brasília como na Atlântico (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 738).

Certas produções culturais também merecem a atenção especial dos intelectuais da Brasília. A revista Atlântico também é representada ao longo da revista Brasília como um desdobramento dessa política cultural luso-brasileira. F. da Costa Marques, na seção “Crítica”, de 1943, cobre o I volume da revista Atlântico de diversos elogios. Comenta que a busca por unidade espiritual, que António Ferro e Lourival Fontes projetam nos discursos inauguradores da revista Atlântico, direcionam-se na defesa do patrimônio lusitano, que “não é português nem brasileiro, porque pertence a ambos os povos” (MARQUES, 1943: 905). Defesa esta que não se reduz somente ao passado, visto que é “unidade espiritual em marcha para o futuro” (MARQUES, 1943: 905).

Em outro momento, na seção “Crônicas”, ainda no volume em questão, o mesmo autor explicita a importância da Atlântico na divulgação da propaganda em ambos os países (MARQUES, 1943: 697). Esta estava sendo aplicada de forma “inteligente”, “honrada” e “honesto”, tanto do Brasil para Portugal, como de Portugal para o Brasil, atingindo “as camadas sociais que são o cérebro e o coração dos dois países. Logo, propaganda de intelectuais e de pensadores, de homens de letra e artistas” (MARQUES, 1943: 697).

Costa Marques elogia também os representantes do Departamento de Imprensa e Propaganda e Secretariado de Propaganda Nacional que contribuíam para revelar o “Portugal novo aos brasileiros” e o “novo Brasil aos portugueses”, por mostrarem, através do apoio institucional a essa, os caminhos do porvir (MARQUES, 1943: 698). No III volume (1946), o

escritor, na seção “Crítica”, ressalta que a revista Atlântico continuava com a mesma capacidade de representação da vida mental luso-brasileira, exaltando o seu VI volume, como esse deixa claro:

“Publicou-se recentemente, como o costumado esplendor gráfico, o número seis desta revista. As características que no volume II de Brasília lhe apontámos e sobre as quais fizemos algumas considerações mantêm-se, não com a mesma intensidade, que é sempre de se esperar seja variável e diferentemente dirigida, mas com a mesma capacidade de representação da vida mental luso-brasileira. Da vida mental que flui de um e outro lado do Atlântico lusitano e que, se num único numero não pode manifestar-se em todo os seus aspectos reveladores, adquire todavia em qualquer deles um sentido de apreensão da realidade cultural decorrente, que não é pequeno motivo de louvor” (MARQUES, 1943: 954).

Para esses autores, analisados aqui, a revista Atlântico e a Brasília cumprem, em suas particularidades, a defesa da lusitanidade, sendo, portanto, as revistas oficiais da “pátria luso-brasileira”. Segundo a redação da Brasília:

“E que assim é, aí estão a prová-lo as revistas oficiais da Secção Brasileira e do Instituto, a Atlântico e a Brasília: uma revista de Portugal para o Brasil e do Brasil para Portugal, em que dois países mutuamente se dão a conhecer as suas culturas, letras e artes; outra revista portuguesa sobre o Brasil, com que uma escola superior alarga o âmbito da sua atividade científica; ambas, porém, irmanadas pelo mesmo amor da “comunidade lusíada” e por convergentes desígnios de aproximação cada vez maior entre as duas pátrias irmãs” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 739).

A criação da embaixada histórica, na ocasião da assinatura do Acordo Cultural de 1941, é outro momento importante bastante citado. A crônica de Joaquim Leitão (no primeiro volume), intitulada “Embaixada Histórica”, é um dos escritos elogiosos dessa realização na sua relação com um quadro mais amplo de fortalecimento da “Política do Atlântico”. Nesse texto o autor buscou reconstruir as relações luso-brasileiras, perspectivando-as em um *continuum* que reproduz uma perspectiva fatalista e harmoniosa destas. Vincula-a a diversos eventos que o escritor narra como os primórdios da “intimidade luso-brasileira”.

O Brasil, para Joaquim Leitão, deve a sua “formação moral” (cristã) à influência “rácica” do português, que possibilitou uma grande unidade política e linguística no Brasil, criando, a partir desse legado, um vínculo imortal entre os dois “povos atlânticos” (LEITÃO, 1942: 685). A despeito dos percalços das relações históricas luso-brasileiras, essas

perpetuaram-se fora da institucionalidade por alguns intelectuais que combateram o anti-lusitanismo, mas para o autor é somente com Salazar que há uma mudança significativa das mesmas. Segundo Joaquim Leitão:

“Os homens de letras de aquém e de além-Atlântico tinham feito tudo quanto lhes cabia. Em meio século de pertinaz política de afectuoso entendimento intelectual, política de elevada compreensão, nós tínhamos limado os atritos, substituído por excelentes relações mantidas com recíprocos dignidade o mau humor das gerações passadas. Formado por nó o ambiente, a política de aproximação agora esperava o Político. Como tantos outros problemas nacionais, este andava dependente do Estadista. Ao fim e ao cabo de muitas tormentas, Portugal achou a milagrosa solução: Salazar!” (LEITÃO, 1942: 650).

Além do próprio Salazar, Joaquim Leitão evidencia a ação de Júlio Dantas como um dos grandes realizadores dessa política. Este é glorificado por sua contribuição desde a sua assinatura do Acordo Ortográfico de 1931, nas suas distintas contribuições durante o duplo centenário e, fundamentalmente, na liderança da embaixada especial do Brasil na ocasião da assinatura do Acordo Cultural de 1941. Vincula, portanto, a ação do escritor às mais importantes realizações da comunidade luso-brasileira.

A Embaixada Especial de Portugal no Brasil é tratada pelo autor como o momento ápice dessas aproximações. Cita o discurso de Dantas na Emissora Nacional em 1941 ao regressar para Portugal no Serpa Pinto (a embarcação), para enfatizar a certeza dessa realidade atlântica:

“As palavras que ouvimos durante a nossa permanência no Rio, das mais representativas entidades oficiais, tornam legítima a esperança de que nas relações luso-brasileiras, aliás tradicionalmente amistosas e cordiais, se inaugurará uma era de compreensão mais íntima, de mais fecunda cooperação e de mais perfeita solidariedade moral e política, e de que os dois povos de língua portuguesa, fiéis aos mesmos ideais de paz jurídica e de fraternidade humana, caminharão quanto possível unidos perante o efeito e o respeito das grandes nações do mundo” (Júlio Dantas *apud* LEITÃO, 1942: 690).

Para Joaquim Leitão a Embaixada Especial significou tanto uma oportunidade para Portugal agradecer ao Brasil pela sua contribuição no Duplo Centenário, como para conhecer melhor Getúlio Vargas, considerado como um “nobre espírito” e protetor do “patrimônio moral comum às duas pátrias, expresso nos valores da tradição, das crenças, da

língua e da história” (LEITÃO, 1942: 676-677). Em um discurso no banquete de despedida, em 12 de Agosto 1941, na presença de Júlio Dantas, o chanceler brasileiro (que não tem seu nome citado pelo autor da crônica) elogia a embaixada portuguesa com as seguintes palavras:

“A embaixada de V. Ex. esteve em contacto com o que o Brasil possui de mais orgânico na sua vida política, intelectual e artística; com representantes de todos os campos da nossa cultura e da sociedade do país. Sabe, pois, V. Ex. quanto o Brasil continua de olhos postos em Portugal; quanto a nossa civilização se enriquece pelo incessante esforço dos portugueses que aqui moram; quanto sentimos que o Atlântico Sul é realmente aquele “lago lusitano” que o heroísmo da Raça soube criar para a eterna nação imortal; e quanto é sincera em nós esta “consciência de Portugal” (...)” (Chanceler Brasileiro *apud* Vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 690).

Dantas, nesse mesmo banquete, em alguns discursos trocados com o Ministro Osvaldo Aranha, engrandece o governo Vargas pela manutenção das tradições lusitanas que são um escudo contra as diversas ofensivas a manutenção da paz, em um período de caos institucional na Europa (Júlio Dantas *apud* LEITÃO, 1942: 697). Reitera, portanto, o discurso pan-lusitanista, ao colocar Portugal e Brasil, por meio de sua matriz “cristã” e “humana”, como a “salvação” do ocidente perante uma Europa “doente”.

Além desses eventos mais formais, a revista Brasília também divulgou a “lusobrasilidade” em eventos cotidianos e rotineiros de menor escala na já citada seção “A vida do Instituto de Estudos Brasileiros”. São evidenciadas no II volume (1943) as conferências realizadas no I. E. B²⁵ de José Osório de Oliveira, em cinco de Maio de 1942, e a visita e conferência de António Ferro, intitulada “Portugal e Brasil, Estados Unidos da Saudade²⁶” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros *apud* 1943: 741). A doação de livros pela Academia Brasileira de Letras, Instituto Nacional do livro e pela Cooperação Intelectual das Relações Exteriores são também referendadas. Tal doação possibilita, segundo a redação, a modernização da biblioteca do mesmo instituto, a partir da mediação do conservador do Instituto de Estudos Brasileiros Francisco Morais (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 741).

No volume III (1946) a revista cita a participação na defesa da causa “lusobrasileira” do ex-aluno Albino Peixoto Júnior, no seio do próprio Instituto (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1946: 867). Refere-se também, nesse volume, ao amparo oferecido

²⁵As palestras e falas realizadas no I. E. B são, em geral, publicadas na seção “Conferências” da Brasília.

²⁶Essa conferência, entre outras apresentadas no período, irá se transformar em um livro com o mesmo nome (FERRO, 1949).

pela Cooperação Intelectual do Itamaraty, a partir da mediação de Graça Aranha, possibilitando a publicação da Brasília e de outras atividades no Instituto de Estudos Brasileiros (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1946: 855).

Exalta e homenageia, nessa mesma seção, os políticos que possibilitaram a continuidade da Brasília em um período de caos²⁷, citando Osório Dutra, Neves da Fontoura e Ribeiro Couto e o já referido Graça Aranha. Nesse mesmo volume, há também novas conferências no Instituto de Estudos Brasileiros, nos anos de 43-44, realizadas por Júlio Cayola (Agente Geral das Colônias), intitulada “Unidade espiritual luso-brasileira”; a conferência de Pierre Deffontaines nomeada “Geografia humana”; a conferência de Francisco de Queiroz, “O conde da Barca e o Brasil”; e, por fim, a conferência de Costa de Rodrigues Marco, “Alguma coisa de Coimbra e do Brasil” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1946: 865).

Já no IV volume (1949) a redação cita a doação de móveis e livros pelo Instituto Nacional do livro (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1949: 486), e também exalta a nomeação de um novo embaixador em Portugal, Samuel de Souza Gracie (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros: 483). Nesta novamente a Divisão de Cooperação é elogiada, como reitera a redação:

“Sublinhamos, já com mais profundo reconhecimento, nos tomos anteriores desta revista, a alta benemerência de que somos devedores, através da Divisão de Cooperação Intelectual do Itamarati, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que assim tem profundo galhardear o novo esforço em prol do estreitamento das relações culturais luso-brasileiras. Uma revista como Brasília, cujas despesas de publicação, como é obvio, são muito elevadas, dificilmente poderia manter-se sem o generoso concurso da verba que lhe foi concedida. Na hora de utilitarismo feroz em que vivemos e em que pelo mundo fora se veem conculcados pela indiferença ou pelo desdém os mais sagrados interesses do espírito e da civilização, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assegurando à nossa Revista o apoio material de que ela carece para o prosseguimento da missão que se impôs, patenteia o

²⁷Os autores se referem da seguinte maneira às dificuldades encontradas: “(...) as condições atuais de organização de comunicação de atenção exclusiva e outros problemas que não os da inteligência e da cultura, momentaneamente secundarizada pela tremenda catastrophe que assola o mundo vieram repercutir-se também na vida do Instituto. E assim, não for a boa vontade e zelo de altos espíritos, o amor indefeso que lhe é peculiar pelas obras das relações culturais luso-brasileiras, e o Instituto conimbrigense não teria prorrogado o subsídio com que a Divisão de Cooperação Intelectual do Itamarati vem premiado seu labor” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1946: 865). Em outro momento neste mesmo volume a redação da Brasília explica os motivos do atraso de dois anos de publicação que deveria vir à tona em 1944, explicitando que: “A publicação deste volume sofreu um atraso de mais de dois anos em virtude do impedimento do diretor de Brasília em várias missões oficiais. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores” (Revista Brasília, 1946: 2).

elevado sentido que continua a presidir à sua ação política e cultural (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1949: 483-484).

Se por um lado se busca legitimar as instituições em consonância com a Brasília, evidenciando a luso-brasilidade propagada por essas, por outro, também é rotineiro na revista o uso do discurso externo para legitimar as instituições que estão em torno da própria Brasília, como a Universidade de Coimbra, a Faculdade de Letras ou o Instituto de Estudos Brasileiros. Esta estratégia usa a distância do “outro” como referencial para legitimar as suas próprias concepções e práticas.

No volume II a redação cita os elogios que o professor Fritz Krüger (alemão doutor *honoris* pela Universidade de Coimbra em culturas românicas) faz, em uma carta para Rebelo Gonçalves, ao volume I da revista Brasília que foi a ele enviada. Comenta que a publicação é fruto de um “brilhante empreendimento” (Fritz Krüger *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 738), afirmando que:

“Ao acusar a recepção do volume I de “Brasília”, volume que há algum tempo nos chegou às mãos, desejo transmitir os meus mais sinceros agradecimentos. Outrossim desejo aproveitar a ocasião para expressar as minhas efusivas felicitações por tão brilhante empreendimento. Bem se pode afirmar, realmente, que a obra é monumental, não só monumental, mas mesmo única” (Fritz Krüger *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 738).

Não é somente em intelectuais de universidades estrangeiras que os mesmos buscam legitimação. No mesmo volume, esses evidenciam uma série de referências da imprensa diária ao I volume da Brasília. Isso evidencia, segundo esses intelectuais, a visibilidade que a “Política do Atlântico” (representada pela Brasília) tem em órgãos da imprensa em jornais como “Diário de Lisboa”, “O diário da manhã”, e a “República” (A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 739). Citam o comentário elogioso de Joaquim Manso, jornalista do “Diário de Lisboa”, para com a Brasília e a produção cultural em geral da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra como um todo. Para Joaquim Manso:

“A Faculdade de Letras de Coimbra fundou há tempos o “Instituto de Estudos Brasileiros”, que, com sentido nobre do momento, se abalança agora à publicação de uma revista intitulada “Brasília”, de que é diretor o Dr. Rebelo Gonçalves (...) O volume I tem 850 páginas, colaborado por escritores que honram as letras nacionais. É um trabalho que abona a mentalidade portuguesa, mostrando-nos como a boa semente da língua, do

pensamento da arte e da literatura é cheia de fecundidade e de nobreza, quando cai num solo rico e soberbo (...). Aproveitamos a oportunidade para saudar e louvar a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pela irradiação crescente do seu magistério, que não cinge às aulas, mas se alarga ao país e ao estrangeiro” (Joaquim Manso *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 739).

Mais à frente, Joaquim Manso afirma que a Brasília constitui-se como um veículo para defesa da pátria comum luso-brasileira, reiterando que:

“Como o Brasil e Portugal são braços do mesmo abraço, cavaleiros do mesmo sonho, marinheiros do mesmo mar e vergôntes altas da mesma raça, nós vemos, no exemplo de “Brasília”, um luminoso estímulo para que os elos se apertem entre os dois povos, de modo que a língua comum seja uma confissão de eterna fraternidade, no sentido da perfeição e do amor” (Joaquim Manso *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1943: 740).

Em suma, percebemos nesse amplo espectro de discursos, reordenados nessas seções, uma defesa a uma série de instituições que propagam o projeto de criar um verdadeiro espaço de diálogo institucional, no seio do campo cultural e político, entre as intelectualidades do Brasil e de Portugal.

Tal diálogo detinha, como eixo central, a defesa dos valores da lusitanidade transterritorial, que os brasileiros deveriam interiorizar como um *ethos* constitutivo de sua formação social arraigada (segundo esse discurso, a cultura portuguesa). A intelectualidade coimbrã, como veremos logo a frente, não só reitera o discurso em questão (como já vimos), mas também teorizou e se debruçou sobre a questão da luso-brasilidade, a partir de reflexões que tentam pensar o passado e o futuro da “Política do Atlântico”.

2.3. A “Política do Atlântico” e o projeto pan-lusitanista no discurso da intelectualidade Coimbrã

“Atravessamos uma época sísmica, destruidora, em que a ideia de pátria puramente limitada às suas fronteiras territoriais não é bastante forte para defender essas próprias fronteiras. Acima, portanto da noção de pátria, ainda que transitoriamente, existe viva como nunca, a noção de raça pátria maior, super nação. Povos da mesma origem, da mesma religião, da mesma língua marcham unidos, lado a lado, sem rasgarem as suas bandeiras, mas inclinando-as apenas depois de mais erguidas, diante do sagrado estandarte de sua alma comum. Assim está acontecendo com a grande família anglo-saxônica, com a raça germânica (...). Por que não haveremos por nossa vez,

de nos juntarmos, de nos abraçarmos? Temos também uma civilização a defender, não a civilização de Satanás do ódio, mas a civilização de cristo, a civilizadora do amor! As armas soladas do Atlântico! Contra o materialismo que avassalou o mundo, contra a prosa que enche de tinta negra as almas dos homens de declaremos (...) não a esta ou aquela nação, mas a toda a nossa época, a guerra santa da poesia” (António Ferro Discurso em 1941 na academia Brasileira de Letras, BETTENCOURT, 1960: 64)

“Brasil e Portugal (...) mais que duas nações são dois braços do mesmo corpo, suas mãos que continuam a segurar a cruz sobre o Atlântico; as asas que poderão salvar-nos deste novo dilúvio universal; as duas asas triunfais da raça” (António Ferro 14 de set 1941 no Jornal do Comercio “O sentido do Convenio Cultural luso-brasileiro”, *apud* BETTENCOURT, 1960: 81).

“Perante os ódios, as rivalidades, as paixões que dividem o Mundo, nós, povos cristãos da Península e da América do Sul, devemos continuar unidos e ganhar definitivamente a consciência da nossa força. É que possuímos a mesma alma: o Atlântico. A mesma espada: a Cruz. O mesmo general: Deus!” (António Ferro em 41 na Emissora Nacional *apud* BETTENCOURT, 1960: 54).

A defesa do *ethos* lusitano (ou “Atlântico”) se concretizou no discurso da intelectualidade portuguesa (e, em nosso caso, na de Coimbra), nessa conjuntura de guerra mundial, na crítica ao modelo liberal, totalitário e, supostamente, comunista de sociedade e Estado (no capítulo III veremos mais profundamente a crítica a esses modelos no âmbito da discussão historiográfica). A preservação da “civilização Atlântica”, segundo o discurso de António Ferro citado acima, tornava-se um imperativo necessário para a defesa da civilização ocidental, considerada aqui pelo seu universalismo cristão.

Portanto, o pan-lusitanismo não é uma mera retórica para esses intelectuais, mas uma forma de agregar politicamente, em tempos de guerra, blocos de poder legitimados por uma tradição político-cultural comum. O estudo das relações luso-brasileiras e de suas múltiplas imbricações é um assunto que deve ser tratado, para esses intelectuais, com a distância da análise científica. Tal ato de conhecimento é visível na crônica “Uma visita cultural ao Brasil” de Luiz da Cunha Gonçalves:

“Ir ao Brasil, conhecer o Brasil, é aspiração de todo português que não receia viajar. Uma secular tradição de aventura, de trabalho fecundo (...) mas nos espíritos cultos o Brasil exerce outro atrativo: é o país para onde transportou e se está desenvolvendo a civilização europeia, especialmente a civilização portuguesa; de sorte que interessa estudar e verificar de que maneira, nesse país novo, um povo mesclado de emigrantes europeus, de indígenas (...) bem

como de africanos, assimilou e cultivava, adapta, modifica e aperfeiçoa ou deforma, as importações de diversos climas, as ciências, as artes, as leis, as formas políticas e doutrinas religiosas” (GONÇALVES, 1949: 425).

A mesma perspectiva é reiterada em um artigo de João de Barros logo no início do primeiro volume:

“Através da grandeza cívica e mental do Brasil conquistamos, de facto, uma visão mais exacta do que somos e do que devemos ser (...) O Brasil floriu e medrou para além dos alicerces da civilização que em seu fecundo solo implantamos, e soube criar a sua própria e original civilização. Portugal e Brasil surgem hoje, aos olhos do observador menos atento, como duas energias diversas e livres, embora associadas intimamente na defesa comum da mesma língua das mesmas tradições históricas e de profundas e constantes e exigências do mesmo patriotismo atlântico” (BARROS, 1942: 5).

Há uma presença recorrente de uma noção de pertencimento espiritual do Brasil perante Portugal não só nos discursos supracitados, mas em toda Brasília. A auto consciência do processo formativo brasileiro se desdobra no discurso desses intelectuais portugueses no reconhecimento ativo da dominância lusitana na matriz político-cultural do Brasil. Ao longo da Brasília essa mesma noção de pertencimento do Brasil a uma cultura lusitana é colocada como um fato, *a priori*, indiscutível. Essa ganha o estatuto de uma *doxa* intelectual. Em um artigo bastante elogioso a Portugal, Mendes Correia refere-se ao Brasil, apesar de suas particularidades, como “prolongamento americano de Portugal” (MENDES, 1942: 282) e reitera positivamente o processo colonizador português:

“Entre todos os factores sobressai a acção do elemento lusitano, não apenas no que respeita ao sangue, às características raciais, mas ao conjunto amplo da língua, da história, das tradições, dos costumes, das tendências, das aspirações. A influência assimiladora que todas estas condições exerceram, exercem, e exercerão no território brasileiro sobre elementos étnicos diversos do português é um facto averiguado, evidente incontroverso. Nenhum brasileiro responsável enjeitará jamais o poema de camões. Nenhum contestará que as raízes espirituais da sua pátria atravessam o Atlântico e mergulham fundo na terra abençoada de Portugal” (MENDES, 1942: 283).

Essa perspectiva historicista com relação à construção histórico-política do Brasil para legitimar a ideia do filho-que-deu-certo é recorrente ao longo da Brasília²⁸. Todavia, não abordaremos as nuances dessa postura no momento, guardando tal reflexão para o próximo capítulo. O que precisamos entender é como nos discursos, artigos e crônicas, esses intelectuais almejavam projetos institucionais em torno das relações luso-brasileiras, objetivadas por um pragmatismo que superasse a retórica de até então.

Augusto de Castro, na crônica “Cultura luso-brasileira”, diz que era preciso mais do que o amor pelo Brasil: “é preciso compreendê-lo” (CASTRO, 1942: 631). A obra política de aproximação deveria, por essa via, “libertar-se da fase lírica e retórica” para assim formar entre ambos países um “bloco cultural” com uma reciprocidade de trocas (CASTRO, 1942: 631). Para concretização deste era preciso um intercâmbio entre Universidades, escolas, academias e livros, sendo a língua portuguesa o elo fundamental para tal pretensão. Para Augusto de Castro:

“Só através desta obra de conhecimento se poderá realizar a unidade de inteligência e de sentimento, expressão do “entendimento” que está destinado a ser a forma universal do nosso nacionalismo e da grande obra de expansão intercontinental que o futuro nos reserva” (CASTRO, 1942: 632).

Essa expansão “intercontinental” só poderia ser concretizada, inicialmente, pelo trabalho cultural, de compreensão entre os intelectuais, para assim em um momento posterior se transformar em obra diplomática e política (CASTRO, 1942: 632). Em suma, para Augusto Castro os intelectuais seriam o elo fundamental para a concretização dessa “intimidade luso-brasileira”.

Nuno Simões, em sua crônica “A política do Atlântico”, também posicionou-se positivamente perante essa política cultural luso-brasileira. Glorifica as práticas institucionais entre os governos e intelectualidades do Brasil e de Portugal na defesa do espaço comum entre ambos os países: o Atlântico Sul (SIMÕES, 1942: 701). Contudo, para esse autor, tal aproximação deveria ser alargada não somente para “o comércio espiritual”, mas também para que os “agentes materiais” de ambos os Estados se aproximassem no afã de criarem acordos de interesse comum (SIMÕES, 1942: 702). Por isso, tal aproximação não poderia ser reduzida aos “sentimentos fraternos” mas à “perfeita compreensão de interesses recíprocos, ao serviço

²⁸E como já apontamos anteriormente, também no Brasil, em nomes como Afrânio Peixoto, Pedro Calmon e o próprio Gilberto Freyre, entre outros.

dos quais será necessário por todos os instrumentos da modernidade, a par com todos os direitos e imposições da história” (SIMÕES, 1942: 703).

Além dessas crônicas de menor extensão, Júlio Cayolla, em uma conferência no Instituto de Estudos Brasileiros em 22 de Janeiro de 1943, intitulada “Unidade espiritual luso-brasileira”, debruça-se sobre a questão da luso-brasilidade de forma mais densa, mas seguindo o pragmatismo das crônicas citadas anteriormente. Esta conferência é resultado de um boletim²⁹ gerado durante a sua viagem ao Brasil a trabalho como Agente Geral das Colônias na ocasião do Acordo Cultural de 1941³⁰.

Júlio Cayolla inicia sua conferência elogiando a presença de Gonçalves Cerejeira (Cardeal Patriarca de Lisboa), Rebelo Gonçalves (diretor da Revista Brasília), e ressaltando que o seu discurso serviria “a causa da aproximação luso-brasílica em que estamos empenhados” assegurando a causa da política Atlântica em nome de Salazar (CAYOLLA, 1946: 544). Explicita que é preciso que brasileiros e portugueses aceitem a lusitanidade “bi-localizada” nas duas pátrias do Atlântico (CAYOLLA, 1946: 544). O eco evangelizador dessa lusitanidade, no Velho e Novo Mundo, permite que haja “luzes clarificadoras” em meio ao horizonte catastrófico e sombrio do momento (CAYOLLA, 1946: 544). Afirma ainda que a ideia do Brasil como “desdobramento histórico de Portugal” encontra-se como um sentimento geral dos brasileiros, e fundamentalmente das suas elites (CAYOLLA, 1946: 545).

Para dar legitimidade ao seu argumento, Cayolla evidencia as várias notas de pesquisa que fez durante sua viagem ao Brasil, que evidenciam, segundo esse, o reconhecimento ativo do amor à lusitanidade expresso tanto por brasileiros como por emigrantes portugueses (CAYOLLA, 1946: 545). Considera a ação dos governos do Brasil e Portugal, do Secretariado de Propaganda Nacional e Departamento de Imprensa e Propaganda, da Agência Geral das Colônias como fundamentais para fomentar a “Política do Atlântico” na sua íntima relação com os pressupostos da “Política do Espírito” (CAYOLLA, 1946: 546). Faz um apelo, no final da primeira parte do texto, aos estudantes de Coimbra para que sirvam:

²⁹Cayolla transformou este boletim, posteriormente, em um livro nomeado “Brasil: Terra Lusíada” (CAYOLLA, 1942). Na realidade, essa conferência é uma síntese do primeiro (“A política do espírito na Política do Atlântico”) e último capítulo (“Sob o signo da Política do Atlântico”), retirando as análises quantitativas da realidade

³⁰Refere-se, no livro, da seguinte maneira à sua missão naquele momento: “(...) fazer a propaganda do Império Colonial Português, isso é, mostrar a brasileiros e portugueses residentes em terras de Santa Cruz quão salutar tem sido nos domínios ultramarinos a tarefa da Revolução Nacional; expor a obra cultural da Agência Geral das Colônias; adquirir informações económicas no sentido do estreitamento, neste sector, das relações entre o Império e a Nação e ainda colher ensinamento que fosse útil transmitir e transplantar para os nossos domínios ultramarinos” (CAYOLLA, 1942: 12).

“(…) a causa da “intimidade luso-brasileira”, pois dela depende a reorganização pacífica do Mundo, a perpetuidade e a defesa da civilização cristã que os Portugueses de outrora souberam, como nenhum outro povo, projectar para a África, para o Oriente e para o Novo Mundo, criando no Brasil um outro Portugal, com características lusitanas inconfundíveis que ainda hoje palpitam na vida dos seus mais altos expoentes das letras, nas artes, das ciências e da política” (CAYOLLA, 1946: 546).

Para tornar mais visível este pertencimento do “filho pródigo” a Portugal, Cayolla evidencia a singularidade do processo colonizador português no Brasil mesmo em relação à ação lusitana no Oriente. Para o autor, no Brasil transportaram-se os métodos já coroados de êxito nas ilhas atlânticas e no continente africano (CAYOLLA, 1946: 546). O fenômeno formativo do brasileiro, ou luso-brasileiro, é narrado por Cayolla a partir dos estudos de Freyre e, em particular, na ideia de um processo “cristão de colonização” sendo o mesmo extremamente criador e não destrutivo em relação às outras formas de colonização (CAYOLLA, 1946: 547).

Apropria-se também do historiador Pedro Calmon ao afirmar como no processo de construção das feitorias, entre os anos de 1500 e 1600, possibilitou a perpetuação, a longo prazo, do gênio lusitano (CAYOLLA, 1946: 548). Ainda fundamentado em Calmon, afirma que a política do Atlântico tem suas origens com D. João IV, com o qual se inicia o projeto de unidade luso-brasileira que só é formalmente sistematizado no governo de Salazar (CAYOLLA, 1946: 550).

Para Cayolla, a “Política do Atlântico” (em conjunto ao Bloco Peninsular) torna-se um elemento imprescindível para a vida imperial atual, uma vez que assume a posição apostolizadora da civilização cristã em todo Império português (Europa, África, Ásia e América). A aliança luso-brasileira está, portanto, “acima dos tratados, porque está na alma dos dois povos e vive na inteligência dos seus maiores expoentes” (CAYOLLA, 1946: 551).

Depois de cobrir a “Política do Atlântico” de uma série de elogios (nessa primeira parte do texto), Cayollabusca demonstrar, através de seu testemunho, “que nenhuma individualidade com responsabilidades políticas, ou de cultura, deixa de proclamar o primado lusíada na formação e conservação de força criadora do Brasil³¹” (CAYOLLA, 1946: 551). O

³¹Argumento que o mesmo tenta reiterar na crônica “Unidade cultural lusíada” na revista Brasília. Nessa, Júlio Cayolla refere-se ao “mundo culto brasileiro” como uma janela para compreensão do grau de respeito que os brasileiros têm da “ancestralidade portuguesa” (CAYOLLA, 1943: 686). Não são explosões momentâneas de paixão a essa pátria *mater*, mas resultado do estudo desapaixonado da história (CAYOLLA, 1943: 687). E afirma o papel da Agência Geral das Colônias perante essa aproximação luso-brasílica: “A harmonia cultural luso-

“abraço solene” no ano dos Centenários em 1940, o Acordo Cultural de 1941, representam, entre tantos eventos e ações, os resultados materiais da política do Atlântico em ação (CAYOLLA, 1946: 552). Afirma que a Sala do Brasil e a Exposição Histórica da Ocupação de 1937 (organizada por ele próprio) foi um dos primeiros passos dados por instituições lusitanas para a construção da intimidade luso-brasileira “hoje, graças a Deus, em pleno desenvolvimento” (CAYOLLA, 1946: 553).

De acordo com Cayolla, esse ímpeto, que é causado pelo sentimento comum “lusio-brasileiro”, não pode ser somente um cenário de “espetáculo”, mas deve ser materializado em práticas úteis para “a intimidade de Portugal com o Brasil” (CAYOLLA, 1946: 556). Para que tal realização material se concretize, faz-se necessário que “os dois povos da Lusitanidade” se conheçam cada vez mais, através do estudo da História, considerada por ele como “biografia das nações” (CAYOLLA, 1946: 556). Cayolla se refere a uma “História autêntica”, e não “deformada por doências preocupações políticas” (CAYOLLA, 1946: 557).

Cita o historiador Antônio Sardinha para afirmar que o problema central para um historiador luso-brasileiro está na compreensão do processo de como um pequeno povo de pescadores foi capaz de construir o mundo moderno (CAYOLLA, 1946: 557). O desdobramento desse processo criou o Brasil e o batizou como uma “grande nacionalidade cujos prodígios do engenho dos seus filhos só nos podem encher de vaidade: a vaidade do pai que se revê no filho e o acompanha, carinhosamente, inteligentemente nos seus trabalhos” (CAYOLLA, 1946: 557).

A preservação desse legado histórico (da centralidade da lusitanidade na história do ocidente) só poderia ser concretizada com uma “Política do Espírito” que esteja imbricada a uma “Política do Atlântico”. Segundo Cayolla:

“Não sei de melhores alicerces para construir o magno edifício da “Política do Atlântico” que não sejam a política do espírito. Tudo na vida é transitório, só o espiritual vence o tempo, com os seus desgastes e o espaço com as suas lonjuras. É pelo espiritual que a unidade luso-brasílica se consolidará, provando-se, com os estudos históricos, que ela está dentro da continuidade tradicional lusíada, projetando-se ousadamente e seguramente, para o futuro” (CAYOLLA, 1946: 557-558).

brasílica, com que desta maneira a Agência Geral das Colônias procura colaborar eficazmente para o fortalecimento da “Política do Atlântico” pela expressão das verdades históricas provantes da realidade lusa no Brasil de ontem serve também (...) para demonstrar que a unidade lusíada, hoje tão viva e tão sinceramente manifestada nas duas margens do Atlântico, mergulha as suas raízes numa comum origem rática e vai projectar-se no futuro abraçando a terra toda pela universal missão civilizadora da lusitanidade que esplende, luminosamente, através do tempo e do espaço” (CAYOLLA, 1943: 686).

O estudo das origens lusitanas tem, portanto, um fim próprio de guiar, através da afirmação das tradições comuns, a “Política do Atlântico” para um futuro comum entre ambas as nações. Finaliza sua conferência explicitando que o pós-guerra representara uma “tendência regressiva para a desordem”. Por isso, faz-se necessário que as forças do “espírito da lusitanidade”, que salvaram a civilização ocidental nos quinhentos “contra o orientalismo bárbaro e infiel”, unam-se através de uma política firme contra as diversas intempéries da civilização ocidental (CAYOLLA, 1946: 558).

A despeito dessa visão hegemônica mais simplista, há também alguns intelectuais que pensaram as nuances das relações luso-brasileiras não em termos de uma total correspondência e dependência entre ambos. Augusto da Costa, em uma crônica denominada “Perspectivas luso-brasileiras”, discorda de um intercâmbio cultural que se fundamenta em uma espécie de “colonização cultural” (COSTA, 1943: 687). Para ele, era preciso fazer um intercâmbio que preservasse a “personalidade historicamente afirmada” de uma nação e, ao mesmo tempo, que esse fosse uma troca ativa e não passiva (COSTA, 1943: 688). Se tal argumento é válido em um âmbito universal, é mais válido ainda no caso de Espanha e Brasil, perante Portugal, pois essas nações fazem parte de uma comunidade comum que deve ser mantida e defendida a todo custo (COSTA, 1943: 687). Para Costa:

“(…) ao passo que a comunidade luso-espanhola se realiza na unidade da civilização, a comunidade luso-brasileira baseia-se na unidade da língua, isto é, dentro do próprio sangue de cada um dos povos que constituem. E assim se Portugal quere à Espanha como irmã com quem vive paredes meias, quere ao Brasil a filho dilecto, que em terras distantes, trabalhando embora por si e para si mesmo, continua, enriquece, enobrece o nome e o patrimônio familiares” (COSTA, 1943: 688).

O Brasil, a despeito de ser “realidade americana”, não renega sua ascendência à matriz portuguesa, o que é análogo, segundo Augusto Costa, ao fato de Angola e Moçambique estarem situados em continente africano, no plano territorial, mas fazendo parte do plano espiritual e político do império português (COSTA, 1943: 689). Por isso, a civilização lusitana não é meramente portuguesa, “mas luso-brasileira” (COSTA, 1943: 689). A luta contra o pan-americanismo faz-se, portanto, necessária para a sobrevivência do “bloco luso-brasileiro”, da “civilização do Atlântico” (COSTA, 1943: 690).

Apropria-se de Gilberto Freyre com o intuito de demonstrar que a matriz original do Brasil, em suas diversas especificidades, é a portuguesa, esta que se desdobrou em uma

formação social baseada na mestiçagem. Por isso, qualquer dependência a um bloco cultural estranho à sua cultura significa “colonialismo cultural” (COSTA, 1943: 691). Ainda fundamentado em Freyre, argumenta que no momento ainda convém a colonização cultural aos povos americanos, para que as suas elites assimilem o que há de melhor na tradição hispânica e não a anglo-saxã, para assim construïrem gradativamente sua individualidade (COSTA, 1943: 691).

O americanismo só poderia existir, portanto, como uma conciliação entre “influências maternas” que lhe deram origem com as suas criações própria. Para Costa:

“Por isso os povos de língua espanhola não podem prescindir dos valores culturais espanhóis, como o Brasil não pode prescindir dos valores culturais portugueses. E nisso não há prejuízo, mas só benefício, para o continente americano, pois por um lado se avigora a personalidade dos povos que nele habitam, e, por outro, pelo culto da tradição, evita-se que os valores morais se afundem no *mare magnum* dos valores materiais, que nos povos novos atingem por vezes ímpetos e força de torrente...” (COSTA, 1943: 692-693).

E complementa afirmando, mais à frente, que tal pertencimento espiritual não poderia ser usado como desculpa para pretensões de domínio político, como reitera:

“Prejuízo só haveria se os povos peninsulares pretendessem servir-se dos valores da civilização como instrumentos de hegemonia política, se, a coberto de intercâmbio cultural, pretendessem recolonizar politicamente povos de há muito independentes. Seria, de facto, mau que assim acontecesse, até porque seria contrariar a própria natureza dos povos peninsulares, cujo imperialismo consiste não em explorar economicamente terras velhas, mas, pelo contrário, em criar, espiritual e politicamente, nações novas” (COSTA, 1943: 693).

Para Costa, foi a intervenção de elementos alienígenas, do liberalismo anglo-saxônico e da democracia francesa, que fez com que a América espanhola se desintegrasse. No Brasil não ocorreu tal processo, pois o “espírito português” o impediu. Por isso se fazia necessário que tanto Brasil e Portugal como Espanha e as nacionalidades hispânicas se juntassem no intuito de protegerem-se contra os diversos imperialismos. É esse o “conteúdo da política do Atlântico” (COSTA, 1943: 695).

Apesar de Augusto da Costa concretizar uma maior profundidade às reflexões em torno da “Política do Atlântico”, o autor ainda perpetua a *doxa* intelectual tão presente nesses discursos supostamente neutros e imparciais. Esse arbitrário cultural dominante institui

uma singularidade no colonialismo português e da formação social lusitana como um todo, como uma forma de racionalizar as práticas coloniais de Portugal, legitimadas por uma hierarquia civilizatória “naturalizante”, e, portanto, a-histórica, entre Metrópole e suas colônias políticas e/ou espirituais.

Nesse aspecto, há uma correspondência na produção dos discursos dos intelectuais em questão, com a *doxa* originária, pois não há espaço para contradições naquilo que concerne a tal ortodoxia, já que toda heterodoxia é silenciada a ponto de supostamente não existir ou de não merecer ser mencionada. É essa postura “auto-evidente” que revela a interiorização dos valores e mitos do salazarismo nos escritos desses intelectuais. Entretanto, para dar uma maior densidade a esta análise, é preciso compreender para além dos textos explicitamente “politizados”, analisados até o momento, questionando também como o ideário pan-lusitanista é incorporado na revista Brasília através das discussões no campo intelectual e, em particular, no campo historiográfico.

CAPÍTULO III - A HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA BRASÍLIA (1942-1949).

“O Brasil foi a maior expressão do génio da raça portuguesa. O nosso sangue regou e rega o seu solo, produzindo milagres de progresso, de heroísmo lendário. Amar o Brasil é amar o Portugal, moço, rejuvenescido, caloroso, de prados verdejantes, searas loiras, senos encrespadas e lagos adormecidos. Dali, Brasil, na outra margem do Atlântico, chegavam até nós haustos de portuguesismos. Eram filhos desses heróis que não temeram a vastidão das águas e foram de Portugal até lá, em barcos do sonho. Com tão profundas raízes, em nossa terra, não admira que o Brasil seja hoje uma expressão vigorosa inconfundível da Lusitanidade” (CORREIA, 1946: 862).

A história do português colonizador (“descobridor”, bandeirante ou emigrante) que entrega seu “sangue” em prol da construção do Brasil é um lugar comum nas produções intelectuais que foram produzidas através da política pan-lusitanista, como fica explícito na epígrafe citada acima. Não só na revista *Brasília* mas também na revista *Atlântico* e nas diversas publicações afirmadas pela “Política do Atlântico”, encontramos a reiteração de uma história mitológica que busca afirmar o papel do português na construção do Brasil enquanto uma nação moderna.

Ocultado sob as vestes de taxinomias do campo historiográfico, o discurso do legado aparece repetidamente nessas narrativas. Aliás, dentro dessa produção aparece também a defesa do imperialismo, autoritarismo e corporativismo e, portanto, de um “ser lusitano”, idealizado pelo regime por meio de uma política cultural institucional. Isso não é arbitrário, pois o Estado Novo português buscou atrair para si uma série de intelectuais em torno de um projeto nacional.

O campo historiográfico não escapou dessa tentativa de controle da produção intelectual por parte do regime. Essa produção buscou definir os caracteres nacionais, e, portanto, o lugar do império no seio da nacionalidade, tema que é lugar comum dos movimentos nacionalistas em Portugal desde o fim do século XIX. No entanto, para uma análise aprofundada da *Brasília* é preciso, a despeito das determinações já citadas, perscrutar a sua própria dinâmica interna.

Apropriar-nos-emos da sociologia praxiológica de Pierre Bourdieu para compreendermos melhor a produção e reprodução dessas ideologias para além de um reducionismo mecânico. Como evidencia BOURDIEU (2003a), os intelectuais, detentores de

capital simbólico e cultural, responsáveis pelas produções ideológicas em conflito pelo monopólio da produção simbólica legítima (BOURDIEU, 2003a: 12), não respondem somente aos desígnios de grupos e classes, mas também aos seus próprios interesses e também ao “campo específico de produção” ao qual se vinculam (BOURDIEU, 2003a: 13). Para Bourdieu é “na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença” (BOURDIEU, 2003a: 15).

Consideraremos os produtores culturais da Revista Brasília integrados a um campo intelectual, ou seja, um espaço estruturado de relações sociais, no qual se é possível apreender uma série de homologias entre suas produções em campos particulares (historiografia, literatura, filologia, etc.) com o campo político, sempre tendo em conta sua autonomia relativa. É nos diversos *campos de produção*, com sua autonomia relativa em relação ao Estado na sua esfera política, que ocorrerão os diversos conflitos pelo domínio da *violência simbólica* legítima. A *violência simbólica* consiste na imposição de um poder arbitrário como legítimo (BOURDIEU; PASSERON, 2011: 26).

A seleção/omissão dos arbitrários culturais concretiza-se em uma luta, verdadeiramente simbólica, na qual a classe dominante tende sempre a se impor, sendo esta fundamental por realizar (a partir dos produtores culturais) o processo de desistoricização e naturalização de determinado arbítrio (o inconsciente cultural, ou histórico, produzido através da “amnésia da gênese”), colocando-o no topo da hierarquia dos arbítrios – como por exemplo o mito da vocação colonizadora como uma “essência” do português, ou a ideia de nação atemporal, tão própria dos nacionalismos do período.

Para Bourdieu, há, portanto, uma tendência na correspondência entre reprodução cultural e a reprodução social, isto é, os arbítrios culturais dominantes tendem a constituir-se “como um dos mecanismos, mais ou menos, determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes” (BOURDIEU; PASSERON, 2011: 30). A transubstanciação das relações de força em autoridade legítima, através da desistoricização e naturalização é, conseqüentemente, um aspecto fundamental da dominação social.

A partir dessas reflexões desenvolvidas por Bourdieu, entendemos que os intelectuais da Revista Brasília, ao se debruçarem sobre a questão do legado português, não somente reproduzem interesses dos grupos dominantes (o Estado salazarista, através da “Política do Espírito”), mas também respondem a interesses internos de cada intelectual, como ao seu campo de produção (no caso, o campo historiográfico). Nesse aspecto, percebemos tais criadores de bens simbólicos no interior de relações sociais mais amplas,

vistos tanto por sua posição no interior do campo intelectual, seja em sua ortodoxia ou heterodoxia, seja por seu volume de capital simbólico e cultural, que está sempre em concorrência pelos agentes consagrados por instituições que são, segundo Bourdieu, fundamentadas em Erwin Panofsky, a verdadeira “força criadora de *habitus*” (BOURDIEU, 1968: 144).

Em nosso caso específico, a Universidade de Coimbra, através de seus intelectuais, reproduzira uma concepção de mundo arraigada ao colonialismo, corporativismo e autoritarismo. A produção desses “arbítrios culturais” irá se direcionar na imposição de uma divisão do mundo social, reiterada por uma autoridade científica via Universidade de Coimbra, para assim afirmarem seus valores particulares (de seu grupo e classe) como universais. Estamos falando, assim, de um regime ditatorial com uma robusta sociedade política e uma difusa sociedade civil, e de uma instituição que esteve ativamente de acordo com os valores do regime (como veremos mais à frente).

Dessa forma, referimo-nos a uma ordem social relativamente “estável” na qual a *doxa* intelectual (o conjunto de pressupostos que são tidos como auto-evidentes, tanto pela ortodoxia como pela heterodoxia) que o arbitrário dominante difunde é dificilmente questionada, em razão do caráter “natural” e “universal” de que esses intelectuais a travestem. Tal postura “auto-evidente” é rotineira nessas narrativas, pois qualquer discordância é tratada no interior dos campos com uma avaliação completamente negativa, sem “cientificidade”.

No salazarismo, como já apontamos no capítulo I, houve algumas “verdades eternas” sobre o ser lusitano que foram frequentemente racionalizadas no âmbito acadêmico. Com relação ao campo escolástico da Universidade de Coimbra, no período estudado, encontramos a defesa intransigente do “novo homem” que o salazarismo pretendia criar, através de um trabalho que buscasse moldar o espírito dos portugueses segundo a ideia de um “ressurgimento”. Esta concepção é inculcada por meio de um verdadeiro trabalho de enquadramento imposto indiretamente pelo Estado, através daquilo que Bourdieu denominou como “formas simbólicas de pensamento” e “contextos sociais de compreensão comum”, que constituem, por sua vez, um consenso “sobre o conjunto de evidências partilhadas, capazes de conformar o senso comum” (BOURDIEU, 2001: 213). As crenças baseadas nesta prática estarão densamente presentes nas produções culturais de Coimbra e, portanto na Revista Brasília.

Para compreender a interiorização desses valores na Brasília, selecionamos alguns artigos, conferências, crônicas, documentos e críticas que remetem-se a discussões no campo historiográfico. Esta escolha se direciona pela própria especificidade da historiografia

enquanto um dos espaços privilegiados de afirmação da identidade nacional, por meio da consagração de períodos históricos e heróis. Em razão desse conflito pelos símbolos constituidores do “ser lusitano” é que se formulara, no interior das análises desse campo, uma verdadeira guerra de escritas pela imposição da definição legítima e natural das divisões do mundo social (e em particular as propriedades, estigmas e emblemas, que fundam uma determinada identidade étnica), que se consubstancia no ato de fazer e desfazer grupos (BOURDIEU, 2003b: 113). Entretanto, antes de adentrarmos na análise da historiografia da Brasília, precisamos compreender melhor as relações entre a historiografia do período e o Estado Novo português.

3.1. A história em tempos de “Política do Espírito”.

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o confronto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever (SALAZAR *apud* CATROGA 241).

A história, dentro ou fora da academia, foi, durante o salazarismo, de suma importância para a construção e afirmação de um *ethos* lusitano imperialista e corporativista. Sua escrita esteve mediada por uma gestão das lembranças que buscou, através de certas instituições, criar condições para que os intelectuais portugueses soubessem o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado, como Salazar deixa explícito na epígrafe supracitada. Há, à vista disso, uma íntima relação da escrita da história com a política durante o salazarismo. Para Jorge Ramos do Ó “as regras da reconstrução histórica e inteligibilidade do passado se apresentavam como solenidade retórica de coisas já unânimes” (RAMOS Ó, 1999: 79).

Parte hegemônica dos intelectuais portugueses criaram, a partir de sua vinculação com a política cultural do Estado Novo português, uma interpretação da história de Portugal, e de suas ex-colônias, de pretensão universal, mas que direcionou-se para a afirmação de suas mitologias nacionais. Esse enquadramento da memória esteve presente ao longo das críticas, artigos e conferências da revista Brasília, partindo da positividade de uma interpretação que glorificava o legado português no mundo e em particular no Brasil, ou na correção hipercrítica de obras que negavam esse legado (como veremos logo à frente).

Tal perspectiva analítica, que torna uma certa interpretação da história como “sagrada”, não é estranha ao que se fazia hegemonicamente no campo historiográfico português do período, ou mesmo fora deste campo. Encontramos na produção historiográfica

dominante uma visão oficial da história que foi reiterada por instituições para além da Universidade de Coimbra, que buscavam afirmar o papel do português na construção do mundo moderno. Não é, dessa maneira, mero acaso o número elevado de análises sobre o passado colonial e ultramarino, pois foram nesses períodos que encontraríamos, segundo esses intelectuais, um “exemplo para o presente”, alimentando a ideia de que o regime salazarista seria “o futuro do nosso melhor passado” (CATROGA, 1996: 585).

Ao se voltarem para esse passado longínquo, intelectuais hegemonicamente católicos e integralistas – como João Ameal, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Rodrigues Cavalheiro, A. Mattoso, entre outros – defendiam um nacionalismo que continha, em sua essência, os supostos “valores eternos da lusitanidade”. Ignorava-se o passado recente e, sobretudo, as revoltas republicanas (revirahistas), comunistas ou anarquistas, que foram massacradas ao longo do processo de institucionalização do salazarismo, ou mesmo as crises sociais no período da economia de guerra nos anos 40, em prol de uma história harmônica de grandes heróis e mitos nacionais. Segundo A. H. Marques:

(...) o que se editou sobre história contemporânea não foi além do panegírico ou da diabete partidária, destituído de qualquer fundamento crítico e insuscetível de contradita pública. Mas mesmo esta história panegírica ou partidária se desvaneceu com o andar dos tempos. Dos períodos do apogeu e declínio do salazarismo não restaram crônicas. Os próprios Anais da Revolução nacional, história oficiosa da situação dirigida por João Ameal, não passaram de uma sucessão de recortes jornalísticos, cobrindo apenas, com alguns desenvolvimentos, o período de 1926 a 1931, e correndo depois a grande velocidade sobre os anos seguintes, até 1945 (MARQUES, 1974: 48).

Um outro motivo do silêncio foi o medo com relação à perseguição política e, por isso, havia, como apontou MARQUES (1974), grande autocensura de uma série de intelectuais³². Dificilmente havia alguma produção fora da órbita de uma interpretação antiliberal, antidemocrática e antissocialista, e, mesmo quando havia, estas direcionavam-se para a análise da história anterior a 1820 (descobrimientos, expansão ultramarina, inquisição e jesuítas, etc.). Por isso, MARQUES (1974) explicita que dessa historiografia salva-se, em alguns poucos casos, as análises do período medieval e pré-seiscentista.

³²O caso da censura ao livro de Sérgio (1979) é emblemático. Nesse livro, não só foram censuradas partes inteiras, como também certos elementos foram modificados para ideias radicalmente opostas, como é o caso da exaltação aos regimes de Salazar e Carmona na conclusão do livro.

Para Vitorino Magalhães Godinho (1975), os dois grandes empreendimentos historiográficos do período, a *Edição Barcelos* e o de *Damião Peres* não serviram de trampolim para um aprofundamento da história, sendo assim, obras que mais “fecham os horizontes” do que trazem uma renovação no campo da pesquisa (GODINHO, 1975: 276). Essa incapacidade de renovação acontece, em grande parte, por conta do isolamento da intelectualidade portuguesa em relação às grandes correntes culturais do período (britânicos, *Annales*, etc.), não dando continuidade ao legado inovador de Oliveira Martins e de Alexandre Herculano (GODINHO, 1975: 276). Em sua tese de doutorado na França, GODINHO (1991) também aponta alguns outros problemas da historiografia portuguesa para a sua inserção no âmbito de uma história problematizadora: a falta de estudos econômicos e sociais, a “exaltação” de heróis e períodos históricos e o isolamento dos acontecimentos de Portugal frente a história geral da Europa (GODINHO, 1991: 8).

Francisco José Calazans Falcon, em uma análise global da historiografia portuguesa, argumenta, de forma análoga à de Godinho, que o isolamento de Portugal foi um dos grandes motivos para a permanência de modelos historiográficos já bastante criticados no período. O processo de renovação foi sempre amputado a partir da perseguição, exílio, ou exclusão daqueles que não aceitavam “a mediocridade dominante” (FALCON, 1988: 92). Para Falcon, ao sintetizar os empecilhos que o Estado Novo português criou para a historiografia na conjuntura:

(...) o período Estado Novista luso impediu sistematicamente que se desenvolvesse em Portugal aquilo que era um dos elementos essenciais às novas tendências – o diálogo com as outras ciências do homem em geral, e sobretudo às ciências sociais. Seu sistema de ensino – e de pesquisa consequentemente – permaneceu impermeável à sociologia, à economia, à antropologia, à psicologia etc. Isolada de novas correntes, a história encasulou-se, ossificou, instrumentalizada, mais que em outra qualquer época, pelo poder autoritário, repetidora de lugares comuns e incapaz de crítica e modernização. Mecanismo de alienação coletiva, com a tarefa de consolidar a ideologia da “nação” como devir coletivo, história debruçou-se mais e mais sobre um passado identificado com os tempos históricos da grei, com as glórias da epopeia das grandes navegações e descobrimentos, com as raízes do destino nacional colonizador (FALCON, 1988: 95).

Das produções intelectuais emergidas dessa conjuntura, a *Revista Portuguesa de História* da Faculdade Letras de Coimbra destaca-se como o espaço mais importante para a discussão dos debates em torno da história medieval e ultramarina, no âmbito de uma perspectiva “documentalista” e “narrativa” própria da influência da escola metódica. Todavia,

em todos os seus volumes, publicados de 1941 até a década de 60, não há um artigo sequer sobre os séculos XIX e XX (MARQUES, 1974: 49). A história produzida pela Academia Portuguesa de História, refundada em 1936 por Alfredo Pimenta, foi também defensora da interpretação oficial do salazarismo. Esta foi um dos principais espaços de releitura da história portuguesa, com o objetivo de cultuar as tradições e as figuras notáveis da pátria segundo uma perspectiva nacionalista ufanista. Tal objetivo é explícito no terceiro e quarto estatutos da instituição:

3º- Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do governo, os processos referentes a problemas históricos sobre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional;

4º- Publicar, em língua portuguesa e estrangeira, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo (S.A *apud* TORGAL, 1996: 251).

Com o decreto nº 21.103, de 1932 (assinado pelo Ministro da Educação Cordeiro Ramos), temos, de forma análoga ao estatuto da Academia Portuguesa de História, uma visão oficial do significado da história para o regime, a saber:

1º- Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro de sua época e dos seus objectivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje;

2º- Todo feito que significa esforço da Nação, desde o início da História da pátria até o presente, deve ser exaltado como bom e digno;

3º- Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através de oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes fatores fundamentais da vida social: a Família como célula oficial; a Fé, como a solidariedade nacional; o Princípio da autoridade como elemento indispensável do progresso geral; a Firmeza do governo, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da hierarquia, condição básica da cooperação dos valores da cultura literária e científica;

4º- Tudo quanto é contrário, tem enfraquecimento de confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objeto de censura (S.A *apud* TORGAL, 1989: 33).

No interior de tal ortodoxia oficial o nome de João Ameal se destaca. Foi considerado por uma série de historiadores como “o historiador oficial do regime”, pois afirmava explicitamente a sua incondicional defesa às instituições salazaristas. Ganha, ao longo dos anos 30-40, grande notoriedade através de uma série de premiações (Prêmio Ramalhão Ortigão, Prêmio Alexandre Herculano) e publicações pelo Secretariado de

Propaganda Nacional (“João de Brito: herói da fé e do Império”, em 1941). Além disso, foi vinculado organicamente à Legião Portuguesa, procurador da Câmara Corporativa, e professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina.

Opõe-se radicalmente, em suas produções historiográficas, ao século XIX e a tudo que emerge da revolução francesa. Analisou, através de sua visão de mundo autoritária e corporativista, a história a partir de “momentos áureos” (período medieval, reconquista, expansão ultramarina, restauração, etc.) e “decadentes” (período “negro” do liberalismo). Essa periodização e o sentido da “história exemplar” de Ameal aparecera quase que na totalidade das produções historiográficas do período.

A defesa dessa ortodoxia, no seio do campo historiográfico, atravessara um amplo espectro de intelectuais da heterogênea direita portuguesa. Além da produção acadêmica, por meio de periódicos e instituições, citada até aqui, podemos encontrar também essa visão deformada da história de Portugal em outras expressões da história fora da academia, e, em particular, no ensino de história e na iconografia histórica das grandes festividades portuguesas nos anos 30 e 40.

Como aponta grande parte da historiografia (TORGAL, 1989; 1996; MATOS, 1990a; 1990b; CALDEIRA, 1995), o ensino de história foi o principal *locus* de reprodução de uma história oficial instrumentalizada pelo salazarismo. Segundo Matos (1990a), desde o início da ditadura militar, em 1926, o ensino de história passou por uma série de reformas³³, que buscavam, de forma geral, instrumentalizar o ensino em prol dos valores de um regime declaradamente autoritário, corporativo, antiliberal, antidemocrático e antissocialista. No entanto, é somente a partir de 1936 que há uma adaptação substantiva do ensino em prol da construção de uma mentalidade nacionalista e corporativa (MATOS, 1990a: 340).

Com o uso do livro único, no quadro de radicalização fascistizante do período da Guerra Civil Espanhola (1936)³⁴, há uma virada no sistema de ensino português, no sentido

³³Matos (1990a) refere-se a pelo menos seis grandes reformas da educação, que incluem mudanças substantivas no ensino de história, a saber: 1) Reforma de Artur Ricardo (1926); 2) Reforma de Cordeiro Ramos (1929); 3) Reforma Gustavo C. Ramos (1930); 4) Reforma de Gustavo Ramos (1931); 5) Reforma Manuel Rodrigues Junior (1934); Reforma de Antônio Carneiro Pacheco (1936).

³⁴Fernando Rosas refere-se aos efeitos da virada fascistizante no período da Guerra Civil Espanhola (1936) da seguinte forma: “A guerra civil de Espanha assinala um período de nítida crispação fascizante, repressiva e até de índole ideologicamente totalizante por parte do Estado Novo. Sob a “ameaça vermelha” a PVDE registra os números mais elevados de prisões políticas de toda a sua história; inaugura-se o sinistro campo de concentração do Tarrafal; impõe-se a “declaração anticomunista” para o acesso à função pública; surgem as organizações milicianas com as suas camisas verdes, a saudação romana e as paradas militares, a Legião Portuguesa e, para a juventude escolar, a Mocidade Portuguesa; o novo Ministério da Educação Nacional de Carneiro Pacheco traça o seu ambicioso plano para a “reconversão das almas”, intensifica-se a aproximação com as instituições políticas e policiais da Alemanha hitleriana e da Itália fascista, secundada, aliás, a nível diplomático e comercial; exacerbam-se o culto do “chefe” que passa a dirigir todas as principais pastas do governo, a “propaganda nacional” e a

da transmissão de uma memória coletiva ultranacionalista, intensificando o conteúdo patriótico dos programas da maior parte das disciplinas, e também fortalecendo controle sobre professores e suas aulas (MATOS, 1990a: 170). Concomitante à institucionalização do uso do livro único, também instaura-se, no período, uma série de decretos-lei que regem os conteúdos do professor em sala de aula, como é o caso exemplar do decreto-lei de 1936 nº 27084 no artº 33º: “O professor (...) imprimirá ao ensino o sentido colonial e corporativista” (S.A *apud* MATOS, 1990b: 344). E no artº 5º: “Tudo quanto (...) tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta e gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objeto de censura” (S.A *apud* MATOS, 1990b: 344).

Desta forma, o ensino de história foi um dos instrumentos na caracterização das mitologias nacionais, incorporando os diversos lugares comuns da história oficial. A glorificação das grandes personalidades históricas – Afonso Henriques, Nun’ Alvares, Cervantes, António Vieira, Infante D. Henrique, D. João IV, Alexandre Herculano, etc. – é central no seio dessas narrativas (MATO, 1990a: 135). Estas figuras históricas são usadas como modelos míticos, exemplos para o presente. Ao analisar o conteúdo dos livros únicos da época, MATOS (1990a) ressalta o papel do herói nessas produções:

O paradigma do heroísmo tradicionalista do Estado Novo é, acima de tudo, o herói-estadista (...) o condutor de homens, aquele que reúne os supremos atributos da personalidade voltada para a ação. Herói superior é aquele que coloca o dever, os valores nacionais acima dos valores particulares, familiares; caso do Infante D. Henrique. Nele se associam as excepcionais qualidades de tenacidade, persistência e fervor místico (...) (MATOS, 1990a: 167).

Como reitera também Luís Reis Torgal sobre os “heróis” em sua análise dos livros didáticos do período:

Assim, seguindo as disposições e programas e as diretrizes de ensino, os “livros únicos” de História do ensino primário e secundário (prática didática legalizada a partir de 1936) e os outros aparelhos ideológicos, de que são exemplo as “histórias do regime”, com as de Joao Ameal e de Caetano Beirão, ergueram no “altar da Pátria” os seus “heróis os “grandes feitos”. Veneram-se as “figuras nacionais”: D. Afonso Henriques, “o fundador da Nacionalidade”, se não também um santo que viu Cristo em Ourique, o infante D. Henrique, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, que concorreram para criar o Império, D. João de Castro, D. Francisco de Almeida e Afonso Albuquerque (...) D. João II é apresentado como o construtor político do Império e como exemplo de autoridade e Salazar será

censura orquestram a imprensa, as artes e o cinema num discurso nacionalista, anticomunista e pró-franquista exaltado” (ROSAS, 1996: IX)

naturalmente “redentor do Estado”, que terminará com a anarquia dos partidos (...) (TORGAL, 1989: 33).

A ideia do herói-estadista, que se sacrifica em favor da construção da nação, foi bastante útil ao salazarismo, pois colocava Salazar ao lado desses grandes heróis, considerando-o por sua “incondicional” entrega ao interesse pelo “bem comum” nacional, acima de tudo (MATOS, 1990a: 169). Os que estão em dissenso ou fora dos valores do “português no mundo” são representados nessas narrativas como “infiel”, “bárbaro”, “selvagem”, “desnacionalizado” (MATOS, 1990a: 172). Os livros didáticos serviram, portanto, para a construção de uma consciência histórica imperialista, nacionalista e corporativista, hipervalorizando a ação do herói individual, canonizado, e afirmando, dentro desse sistema de valores maniqueísta, os períodos de “penumbras e as luzes”, os “demônios e heróis”.

Na iconografia das festas centenárias e comemorações dos anos 30 e 40, o herói é também uma figura central. Comemoram-se intensivamente as glórias dos fundadores e restauradores (Afonso Henriques, D. João IV, etc.) e dos descobridores e conquistadores (Pedro Alvares Cabral, Vasco da Gama etc.)³⁵. O Padrão comemorativo é antiliberal, antissocialista, antidemocrático, e projeta em seus discursos uma leitura “humanizadora” da colonização e do poder “heroico da raça”. A organização dessas iconografias servem-se de uma “lição apaixonada de história”, que afirma o lugar do português no mundo por meio da teatralização.

As Exposições são uma reiteração do *ethos* imperialista e corporativista, o qual o regime buscava veicular. Através da orquestração de Ferro, na parte interna do Secretariado de Propaganda Nacional/Sistema Nacional de Informação, houve uma homogeneização do discurso de tais festividades, a despeito de suas especificidades³⁶. Em particular na Exposição do Mundo Português, encontramos uma visão da história tributária da versão oficial, como afirma Augusto de Castro (organizador desta) no discurso de inauguração, destacando os três objetivos fundamentais da exposição:

(...) em primeiro lugar, a projecção sobre o passado com uma galeria de imagens heroicas da fundação e da existência nacional, da fundação universal, cristã e evangelizadora da raça, da glória marítima colonial, do

³⁵Em JOAO (2002) e ACCIAIUOLI (1998) encontramos uma análise aprofundada da evolução do “comemoracionismo” em Portugal, desde o fim do século XIX até o salazarismo.

³⁶Podemos citar, as seguintes comemorações produzidas no período, dentro desta perspectiva: Exposição de Arte Moderna Portuguesa de Genebra em 35, 36 e em 37; Exposição Internacional de Paris em 37; Exposição Internacional de Nova Iorque em 1939 e, por fim, a Exposição do Mundo Português de 1940.

Império; em segundo lugar, a afirmação das forças morais, políticas e criadoras do presente; em terceiro lugar, um ato de fé no futuro. Esses três objetivos inscrevem-se num só testemunho e apoteose da consciência nacional (...) (Augusto de Castro *apud* PORTELA, 1987: 70).

Ainda sobre a Exposição do Mundo Português (1940), ACCIAIUOLI (1998) afirma que a exposição cumpria o papel de deslocar o campo das realizações estado-novistas para um passado longínquo, encenando o mito, afim de proteger, através da instrumentalização da história, os seus distintos interesses políticos (ACCIAIUOLI, 1998: 221). A teatralização transfigurava, somente em um âmbito discursivo, os diversos problemas de um Portugal em meio à crise política e social dos anos 40, que desagrega os tensos “equilíbrios sociais” entre as diversas frações das classes dominantes e subalternas, construídos ao longo dos anos 30³⁷.

Fora deste enquadramento oficial podemos citar alguns poucos casos de uma historiografia heterodoxa, nos anos da “Política do Espírito”. Com o protagonismo de António Sérgio³⁸, Jaime Cortesão, Veiga Simões encontramos a introdução de novos problemas a partir de um olhar que incorpora elementos da história econômica e social, e também da sociologia (SOUSA, 2012: 10). Dessa forma, não é por mero acaso que estes serão as grandes influências de uma oposição insurgente na década de 40, em meio à crise social, econômica e política do regime, como é o caso do recém-falecido Vitorino de Magalhães Godinho³⁹. Estes intelectuais são um exemplo não só em razão de suas teorias e historiografia, mas também por seu confronto político que levou grande parte de tal heterodoxia ao exílio.

³⁷Segundo Rosas (1990b), com o bloqueio econômico tem início uma grande crise social que afeta um amplo espectro da sociedade portuguesa. Entre os diversos fatores desta, podemos apontar aqui um forte racionamento dos gêneros alimentícios (e de diversos produtos fundamentais), desemprego, desvalorização dos salários, aumento dos preços e prolongamento da jornada de trabalho, ruindo qualquer consenso criado ao longo dos anos 30 (ROSAS, 1990b: 38). A crise social desestrutura o triplo equilíbrio social dos anos 30 – definido por Rosas (1986) pela contenção do avanço do proletariado, pelo equilíbrio entre os interesses das burguesias industriais, agrárias e coloniais e, por fim, pela estabilização da classe média (ROSAS, 1991: 63) – gerando uma crise social que coloca o Estado Novo sob a ameaça constante de diversos grupos opositores: as elites, o operariado e a classe média (ROSAS, 1990a: 34). No quadro das elites há um verdadeiro combate entre projetos econômicos no qual os industrialistas, pela nova conjuntura, levam vantagem (ROSAS, 1990a: 35).

³⁸António Sérgio pode ser considerado o “João Ameal” da oposição e de uma visão heterodoxa da história. Sérgio, em suas diversas críticas à historiografia do Estado Novo, explicita que a história não deve ser uma “lição de moral”, “exemplar”, pois devemos fazer uma história “para além dos túmulos”, que sirva à ação (SÉRGIO, 1974: 3). Defende a incorporação de uma história problematizadora em Portugal, que, em linhas gerais, não veja o “fato” como uma coisa em si, e que supere o “delírio nacionalista dogmático”, para assim ir além da pseudocultura, pensando a construção historiográfica como algo ativo, uma interpretação problematizadora que incorpore elementos de outras disciplinas, e, no caso em particular, a sociologia e economia (SÉRGIO, 1974: 15). Para um aprofundamento na trajetória institucional e produções teóricas de Sérgio, ver: BONIFACIO (1989); SÁ (1979); MAGALHÃES-VILHENA (1964).

³⁹Em Sousa (2012) encontramos um estudo aprofundado das diversas contribuições de Vitorino Magalhães Godinho ao estudo da história em Portugal no âmbito dos estudos econômicos, sociais e culturais.

Com a “Escola de Lisboa”, ainda em construção nos anos 40, temos uma produção que torna a história econômica e social e a sociologia como base de suas produções, criando uma visão mais realista do processo do descobrimento e da história de Portugal, em geral (MENDES, 1996: 285). Apesar da tentativa da “Escola de Lisboa” se firmar em oposição à produção historiográfica do núcleo coimbrão – a partir do legado da tradição crítica anterior em António Sérgio, Veiga Simões e Jaime Cortesão e de novas incorporações, como é o caso do marxismo e dos Annales –, esta ainda ficará periférica até os anos 50-60 (MARQUES, 1974: 55).

Em síntese, podemos afirmar que por um lado a história acadêmica foi predominantemente retrógrada, tanto em um âmbito teórico – por seu enquadramento nos pressupostos da Escola Metódica em seu caráter “documentalista” e supostamente “desapaixonado” de fazer história – como no político – uma defesa velada e, em alguns casos, explícita ao autoritarismo corporativista de Salazar. No caso das histórias fora da academia, no ensino de história e no comemoracionismo glorificador do passado heroico, houve uma clara e explícita instrumentalização da história no intuito de fomentar uma concepção de mundo vinculada ao salazarismo.

Nos dois próximos subcapítulos demonstraremos que os intelectuais da Brasília buscaram afirmar a aproximação entre Brasil e Portugal por meio de uma série de produções no âmbito historiográfico. Tanto na historiografia sobre um passado mais longínquo – por meio da construção de uma imagem mitificada do período Colonial – como naquela que estuda o passado recente – através da proximidade entre as práticas do Estado Novo brasileiro e português – encontraremos a afirmação de uma unidade “Atlântica” entre Brasil e Portugal, transfigurada em discussões do campo historiográfico.

3.2. A imagem da História colonial brasileira na revista Brasília

É tempo de Portugal vir depor no tribunal da História, exibindo as certidões dos seus arquivos e reivindicando para o Brasil a honra de haver sido a primeira colônia da América em que gerou o sentimento da pátria: o que em que mais depressa se desenvolveram as letras e as artes: aquela que maiores sacrifícios teve de mostrar para defender a sua integridade (...) A importância que este austero trabalho de ciência histórica deverá assumir, tanto nas relações entre os dois povos, como na exaltação da consciência nacional brasileira, é de produzir na América a prole cavalheiresca dos heróis da guerra contra a Holanda, o talento político do Barão do Rio Branco e do Marechal Floriano, o gênio de Rui Barbosa, de Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, de Machado de Assis (...) não merece ser suplantado no seu domicílio geográfico por outras raças e deve encontrar a resistência de

uma consciência nacional orgulhosa das suas tradições e das suas origens, para não converter em uma alma híbrida e inconsciente aquela alma idealista ainda desde o embrião no materno seio da raça (Carlos Malheiro Dias *apud* FERREIRA: 7)

Carlos Malheiro Dias, nessa conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1921 sobre o seu livro “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, sintetiza muito bem a busca por grande parte da intelectualidade portuguesa de humanizar o processo colonizador português, fazendo o Brasil reconhecer, por meio dos documentos históricos do período colonial (sua “certidão de nascimento”), o papel preponderante do português na sua história.

Este objetivo verbalizado por Carlos Malheiros Dias pode ser encontrado nas diversas seções da revista Brasília que publicam artigos, documentos, críticas, conferências em torno de discussões no âmbito historiográfico. Na seção “História” – onde se resenham livros e periódicos de história escritos por brasileiros – “Documentos” – considerados como parte da história comum luso-brasileira – ou nas conferências e artigos – realizados também por portugueses, com temáticas em torno da História do Brasil e de suas personalidades – encontramos uma estrutura significativa comum: a defesa intransigente da ação do português na matriz cultural brasileira.

Como não poderia ser diferente, os autores brasileiros selecionados, em artigos, conferências ou nos livros a serem lidos reiteravam a positividade do português na construção do Brasil. Além de tudo, todos estes são, implícita ou explicitamente, nacionalistas e em muitos casos também, antiliberais, antissocialistas e antidemocratas. Por conseguinte, estão mais ou menos em sintonia com a produção historiográfica portuguesa, e, em particular com a escola historiográfica coimbrã (que em seus traços gerais foi analisada no subcapítulo anterior).

Dentre os temas mais recorrentes, estão aqueles que envolvem o período pré-independência do Brasil (1822). A colônia é entendida como a instância mítica onde originou-se a nacionalidade e organizaram-se as instituições culturais tão caras à sua formação social. Em uma carta de Mario Albuquerque publicada no primeiro volume da Brasília – que ao ser invocado a escrever um artigo “doutrinário” para este, alega a impossibilidade, mas escreve alguns apontamentos em homenagem a Rebelo Gonçalves – , o mesmo alega alguns dos motivos para o estudo do Brasil em seus primórdios (História Colonial), para os portugueses e brasileiros:

Para nós, Portugueses, é um dever, uma necessidade, conhecer integralmente o Brasil – na sua ação e no seu espírito, no seu passado e nas suas possibilidades atuais. Se os brasileiros encontram no estudo das coisas portuguesas uma fonte de ideias e de energia espiritual – o conhecimento e o culto das origens foram sempre para os povos, um estímulo patriótico –, nós encontramos no estudo do Brasil certezas e esperanças consoladoras, verdadeiro antídoto para o pessimismo nacional (...) Se a epopeia da Índia é mais sumptuosa, mais estatuária, com grandes gestos, a epopeia do Brasil é mais fecunda, mais duradoura. Em nenhuma parte como aqui revelamos tão nitidamente o nosso sentido construtivo, a nossa extraordinária capacidade de resistência e sofrimento, a nossa tenacidade (Mario de Albuquerque *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros, 1942: 754).

O estudo do Brasil deve voltar-se, portanto, para a compreensão, da “verdade irrefutável”, na qual a história supostamente afirma o Brasil enquanto prova das potencialidades colonizadoras do português. Este suposto *ethos* lusitano não poderia ser negado nas análises, visto que era um imperativo para o “estímulo patriótico” de ambos os lados do Atlântico. Diz ainda que “conhecer devotadamente” o Brasil é por si só um ato nobre de política, “política do pan-lusitanismo” (Mario de Albuquerque *apud* A vida do Instituto de Estudos Brasileiros: 756).

Martinho Nobre de Melo, em uma citação na seção “Antologia” de seu livro “Rumo do Brasil”, reitera também o valor da história do processo de colonização do Brasil para a compreensão da contribuição do português no mundo:

(...) é recuando até aos confins remotos das nossas origens étnicas que enfim visionamos, Portugueses e Brasileiros, o sentido profundo da nossa história nas suas grandes ramificações ráticas (...) na sua fonte mais pura, a nossa primitiva vocação navegadora, a qual, enquanto luso-europeus, nos arrojou à aventura das descobertas e ao domínio do mar, e, quando luso-americanos, nos impeliu para a epopeia similar da penetração das selvas e da conquista do sertão (...) Eis aí a “chave interpretativa” do milagre português. E eis a “chave interpretativa” dessa obra sobre-humana de centenas de gigantes que aportaram um às praias sul-americanas e nelas depuseram os núcleos germinais de uma raça nova que havia de realizar este outro milagre: o Brasil (MELO, 1942: 527-528).

A demonstração da singularidade da colonização portuguesa frente aos outros processos é um tema recorrente em uma grande diversidade de artigos. Tal singularidade “confirma” o mito da nação supostamente “plurirracial” e “harmônica”. José Agostinho, no artigo “Os açorianos e o clima do Brasil”, busca evidenciar a “assombrosa capacidade adaptativa” do português aos diversos climas e circunstâncias do mundo (AGOSTINHO, 1946: 135).

Seu principal indício para tal formulação está no clima das ilhas de Açores, mais de acordo com o clima tropical. Sendo assim, o português é mais adaptado a essas regiões do que os europeus em geral, e por isso foi mais apto para a colonização do Brasil (AGOSTINHO, 1946: 140). Segundo Agostinho, as circunstâncias sob as quais o português sobreviveu a tão diferentes situações ainda são um mistério que deve ser desvendado por uma grande gama de estudiosos, em suas distintas especialidades, para assim “esclarecer a mágica deste povo, que, tão diminuto em número, levou o seu sangue, a sua civilização e a sua língua às mais desvairadas partes do orbe” (AGOSTINHO, 1946: 136).

Essa mística em torno da ação portuguesa no mundo também é afirmada por Ferraz de Carvalho em um artigo intitulado “Angola, pequeno Brasil”. Neste texto, o autor argumenta que a “vocaçã Atlântica” de Portugal, país “abandonado no calcanhar da Europa” (CARVALHO, 1946: 141) deve-se à sua vinculação com o mar e ao seu isolamento frente aos outros países. Sua vocaçã expansionista foi, segundo o autor, devida a essa necessidade do Atlântico em sua história. Em razão desta “capacidade inata” como colonizador, Portugal fez, segundo Carvalho, com que a colonizaçã em Angola seja “um exemplo para o mundo”, destacando a qualidade do expansionismo *sui generis* português (CARVALHO, 1946: 142).

Este processo de colonizaçã detém como sua principal particularidade uma colonizaçã, “cristã”, que “civiliza”, sendo, portanto, análogo ao que se fez no Brasil (CARVALHO, 1946: 143). Para o autor, em Angola estava se formando um “novo Brasil” (o pequeno Brasil), que daqui a alguns anos se equipararia a esse irmão mais velho. Esta suposta vocaçã colonizadora portuguesa, afirmada pelo “sucesso” da colonizaçã portuguesa no Brasil, aparecerá também em grande número de obras de brasileiras que são resenhadas nos volumes da Brasília.

É o que se sucede na crítica de Torquato de Souza Soares ao livro de Afrânio Peixoto, *História do Brasil*, lançado no Porto e Lisboa, em 1940. Antes de adentrar na análise da obra propriamente dita, Souza cobre Afrânio de elogios, considerando-o como “o glorioso arauto da unidade espiritual luso-brasileira, que, com tanta elevaçã, nos soube dar esta certeza indestrutível” (SOUZA, 1942: 807). Afirma que a *História do Brasil* é a “liçã magnífica que transbordar o coração do pai que a recebe” uma vez que confirma que a “nobre missã” que Deus confiou a Portugal foi recompensada com a gratidã do “filho” que se volta ao “pai” com gratidã (SOUZA, 1942: 807).

Ainda registra, segundo sua perspectiva naturalizadora das relações entre ambas as nações, que essa obra afirma o sentido “natural das coisas”, já que o filho, quando mais velho, “atingindo a maioridade”, deve ser “capaz de ensinar o próprio pai, que não sem

“orgulho e radiante alegria”, recebe tal lição (SOUZA, 1942; 807). A análise da obra, é, assim, imersa nesse sentido “familiar” de Portugal (representado pelo crítico) frente ao Brasil (o “filho prodigo” Afrânio Peixoto) em seus primeiros passos (História Colonial).

Souza considera que um dos elementos mais importantes da obra foi que ao evidenciar o processo de formação do Brasil, Afrânio não se esquece de demonstrar como o mesmo só forma-se enquanto um país “grande e forte” a partir do cuidado “materno” que a metrópole tem com sua colônia (SOUZA, 1942: 810). Cita que Afrânio elege as características fundamentais de uma boa colonização: “boa imigração europeia, liberdade dos naturais e identidade moral de todos” (SOUZA, 1942: 808), enquadrando o caso português neste critério, e diz ser em razão da colonização portuguesa que o Brasil se manteve no pós-independência como um país “grande e coeso” (SOUZA, 1942: 809).

Para o crítico, o filho (Brasil) esquece o que custou ao pai para defendê-lo e protegê-lo frente às diversas intempéries que confrontou ao longo do processo (SOUZA, 1942: 809). Registra que Portugal, em sua epopeia no Brasil, não pensava em “lucros ou em recompensas”, mas buscava colonizar e valorizar a terra que “nos enfeitiçou completamente” (SOUZA, 1942: 808). Todo o processo colonizador no Brasil é narrado, segundo Souza em sua leitura de Afrânio, nos marcos dos supostos princípios éticos cristãos. Sendo assim, tal processo é completamente *sui generis*⁴⁰. Destaca o seguinte trecho de Afrânio para reiterar sua visão “familiar” e “natural” de Brasil e Portugal:

Portugal, comparado a qualquer das nações colonizadoras de ontem ou de hoje, foi benemérito; julgado em si, teve a abnegação que só tem, na linguagem humana, um epíteto: foi materno... Como essas criaturas divinas que morrem, ou ficam perpetuamente enfermas, esvaídas de fadiga e fraqueza, por terem a glória de haver criado um filho muito grande... (Afrânio Peixoto *apud* SOUZA, 1942: 810).

Fundamentado em sua leitura de Afrânio, afirma que “nenhuma nação colonizadora fez mais ou melhor com as suas colônias do que Portugal” já que países como Holanda, Inglaterra e Espanha ainda hoje “não assimilaram o indígena, nenhuma deu identidade moral ao aborígene, nenhuma nação conseguiu fazer uma nação tão una e idêntica quanto à mãe Pátria, como Portugal” (SOUZA, 1942: 819). É por este livro supostamente exaltar o papel do português no processo colonizador brasileiro, glorificando e naturalizando

⁴⁰Além da glorificação do processo colonizador, reiterado em diversas publicações, há também, uma seleção de documentos que buscam demonstrar como ao longo da história do Brasil Portugal defendeu o “Brasil” (em sua existência inventada pelo “mito da origem”) dos diversos “ataques” dos franceses e, fundamentalmente, holandeses, ver: LARANJO (1943); NORTON (1943); MORAIS; PEGADO (1942); BRAZÃO (1943).

as relações entre Brasil e Portugal, que o crítico avalia-o positivamente, afirmando que não é pela análise de “pormenores” ou a “solidez de raciocínios”, mas um grande “rigor” que mescla o “mais puro e mais fiel patriotismo à mais rigorosa objetividade científica” (SOUZA, 1942: 808). Finaliza sua resenha afirmando que sente um grande orgulho de Afrânio por seu amor familiar, registrando que essa obra foi uma oferenda à pátria no momento do duplo centenário e por isto merece toda a “nossa gratidão” (SOUZA, 1942: 808).

Nas obras de Pedro Calmon intituladas *História do Brasil. Primeiro tomo: As origens (1500-1600)* e *Segundo tomo: A formação (1600-1700)*, resenhada por A. Pinto de Carvalho, encontramos uma perspectiva dos primeiros anos do Brasil análoga à do livro de Afrânio analisado anteriormente. Isto não é arbitrário porque ambos faziam parte da Academia Portuguesa de História e eram doutores *honoris causa* por Coimbra⁴¹. Carvalho considera os anos iniciais da colonização, analisados por Calmon, como um dos capítulos mais “gloriosos da história do Portugal Ultramarino”, período que mostra, segundo o crítico, “o esforço colonizador da Metrópole, que pouco a pouco, através de múltiplas vicissitudes gerou a grandiosa nação que hoje se chama Brasil” (CARVALHO, 1943: 807).

No primeiro volume, o crítico destaca o nascer tardio das colônias em decorrência das riquezas no Oriente (CARVALHO, 1943: 808). Considera as capitânicas hereditárias e a ação dos jesuítas, em análise da obra de Calmon, como dois importantes elementos para a formação do Brasil (CARVALHO, 1943: 809). Do volume II, o crítico destaca da obra as vicissitudes da colônia frente à ocupação espanhola e à guerra contra a Holanda, sendo um momento fundante do “espírito nativista”, que tem sua existência vinculada à ação “heroica” dos missionários desde o início da colonização, reiterando tal argumento a partir de uma citação de Calmon:

(...) meio século e meio de colonização portuguesa, e, talvez sem erro possamos asseverar, era o fruto da acção persistente dos religiosos que desde o início mais do que ninguém tomaram a peito a educação do indígena e o souberam erguer até tomar consciência de si mesmo (Pedro Calmon *apud* CARVALHO, 1943: 810).

As instituições católicas também são um importante elemento a ser defendido na Brasília, como fica claro na frase de Calmon supracitada. O legado cristão (católico) deveria ser visto como algo necessariamente positivo pelos intelectuais que publicam na revista. A

⁴¹Afrânio Peixoto e Pedro Calmon estiveram presentes em diversos eventos importantes da “comunidade luso-brasileira”. Afrânio fez o discurso de inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1935) e Calmon foi um dos congressistas do Congresso Luso-brasileiro de História (1940), sendo bastante ativos em diversos redutos difusores do pan-lusitanismo.

constante reiteração do catolicismo (através da ação da ação evangelizadora dos missionários) como fundante para Portugal, e para todos aqueles sob a sua influência cultural (colônias e ex-colônias), foi um *a priori* de análise que não poderia ser negado, já que este (em conjunto com a língua e o legado político-administrativo) afirmava a continuidade do legado histórico no “mundo que o português criou”, sendo uma das bases da afirmação de uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o Brasil e Portugal.

O mesmo A. Pinto de Carvalho, em um artigo intitulado “A companhia de Jesus e a colonização” (CARVALHO, 1942), estuda a contribuição da Companhia de Jesus para o processo de colonização do Brasil nos seus anos iniciais. Para este, a Companhia de Jesus foi um dos fatores mais importantes para o “desabrochar da moderna civilização brasileira” (CARVALHO, 1942: 245). Reitera seu argumento apropriando-se das reflexões de Capistrano de Abreu, que acreditava, segundo Carvalho, ser impossível compreender a história do Brasil colônia sem estudar a ação da Companhia de Jesus (CARVALHO, 1942: 245).

Mais à frente, argumenta que os jesuítas integraram-se completamente no movimento de expansão ultramarina de Portugal, e, em particular, na colonização do Brasil, considerada por este como “o mais glorioso capítulo da expansão ultramarina da nossa pátria” (CARVALHO, 1942: 247). Tece uma série de elogios à ação dos primeiros missionários jesuítas em 1549, por “realizarem um esforço sobre-humano” para evangelizarem os “gentios” (CARVALHO, 1942: 250).

José de Anchieta, o “Apóstolo do Brasil”, e Manuel de Nobrega, dois jesuítas do mesmo período, são vistos como os grandes propagadores da fé cristã, “engrandecendo” as suas distintas contribuições no Brasil. Para Carvalho, esses construíram com seu “suor” a “argamassa” que havia de consolidar os futuros pilares da civilização brasileira, e por isso, merecem toda a glória (CARVALHO, 1942: 253). Registra, em uma clara visão etnocêntrica e deformada do processo, que os índios, no limite do possível, foram protegidos e bem tratados por esses dois grandes apóstolos. Entretanto, se “fazia necessário” por conta da “mentalidade primitiva dos Índios”, tal como “crianças”, tratá-los devidamente com uma certa força, recurso que só era usado, supostamente, em casos extremos (CARVALHO, 1942: 253).

Além da “evangelização indígena”, os jesuítas são exaltados por sua notável contribuição à cultura literária e científica brasileira, considerando José de Anchieta “o pai da poesia brasileira” (CARVALHO, 1942: 254). Suas contribuições também encontraram eco na linguística, ao escreverem a primeira gramática da língua tupi (CARVALHO, 1942: 254). Em razão dos “inúmeros legados dos jesuítas”, o autor pensa que faz-se necessário retomar os estudos sobre a sua ação nos primórdios da história do Brasil, pois assim descobriríamos

como o Brasil foi “amparado em seus primeiros passos” pela ação “patriótica” e “cristã” desses missionários (CARVALHO, 1942: 255).

A necessidade de proteger uma certa interpretação, tida como “sagrada”, é ainda mais visível nas produções que são explicitamente críticas aos elementos supostamente constitutivos do “ser lusitano”, como é o caso do catolicismo. Nesse sentido, a resenha de Fernando de Castro Pires de Lima, ao livro de Joaquim Ribeiro “O folclore da restauração”, Publicação da Comissão dos Centenários de Portugal. Rio de Janeiro, 1941, é emblemática. Ao longo da crítica, o resenhista discorda de uma série de afirmações que envolvem a questão da religiosidade peninsular.

Em uma dessas afirmações citadas pelo crítico, Joaquim Ribeiro diz que a religiosidade peninsular chegou “às raias do fanatismo”, de modo que interrompeu o ímpeto das artes, metamorfoseando-as em uma “arte sacra, mística, sombria, triste e recalcada (LIMA, 1943: 798)”. O resenhista nega tal afirmação dizendo que Ribeiro “desconhece a beleza austera e impressionante de nossas igrejas e catedrais (LIMA, 1943: 799)”. Outro ponto de desvio, centrado sobre o anticatolicismo da obra, estaria residido no fato de que Ribeiro afirma que o ideal católico favoreceu “as heresias, as superstições e os sacrilégios”.

Lima rebate dizendo que “se há ideal que contrarie as práticas supersticiosas, com energia, é precisamente o catolicismo e as suas verdades eternas”, e ainda encontra um outro desvio, fundado neste anticatolicismo, a partir de uma outra frase de Ribeiro que diz que “a ortodoxia gera sempre oposições e rancores”, dizendo que, ao contrário desta afirmação, o ideal católico foi a base de união da nação portuguesa. Segundo este, em razão do catolicismo Portugal “criou um dos maiores impérios que o mundo tem visto” e afirma que se o “Brasil e um país grande e próspero (LIMA, 1943: 799)” deve-o exatamente a sua unidade religiosa legada de Portugal.

Fernando de Castro Lima finaliza a crítica dizendo que o livro de Joaquim Ribeiro, “apesar de ser notável”, peca pelo seu anticatolicismo, e afirma em defesa do papel do catolicismo na construção de Portugal que “a fé criou o império. Será sempre a fé que há de iluminar Portugal na ladeira da sua história, e, se um dia esquecêssemos essa verdade, Portugal deixaria de ser Portugal” (LIMA, 1943: 803). Com base estas considerações, fica claro que para o resenhista o catolicismo é um dos elementos de afirmação da pátria-mãe e

que não poderia ser negado, já que negá-lo seria negar o legado português no mundo, e por isto o caráter constantemente corretivo à obra de Joaquim Ribeiro⁴².

A despeito do tom racista encontrado em alguns artigos e resenhas, o mito da nação “plurirracial” que lega ao Brasil um suposto *ethos* mestiço é recorrente em um número considerável de autores. Na conferência “O Brasil: a terra e o homem”, de Orlando Ribeiro, proferida no curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra em 1940, encontramos uma interpretação freyriana do processo colonizador brasileiro. O conferencista inicia com um retrospecto da história do Brasil desde os seus primórdios, retratando a terra “descoberta” dentro dos parâmetros discursivos dos documentos inaugurais (Carta de Pero Vaz de Caminha e o Diário de Navegação de Pero Lopes)⁴³. Reitera, a partir destes documentos, o “caráter” primitivo do índio e o estado “virgem” da terra “à espera de gente capaz de revelar todas as possibilidades que em si continha” (RIBEIRO, 1942: 379).

Ainda sobre os gentios, representa-os como sem “nenhuma crença” (tal qual a descrição de Pero Vaz), “sem fé, lei ou rei”, crendo, assim, que os índios foram “facilmente” se adaptando aos “gestos dos portugueses e à adoração à cruz” (RIBEIRO, 1942: 380). Mais à frente no texto mostra, arregimentado de leituras freyrianas, que a organização social brasileira, no período colonial, singulariza-se a partir da institucionalização da “Casa Grande e Senzala”. Esta sociedade que foi regida, segundo Ribeiro, pela economia do açúcar e pelo poder absoluto do “patriarca” (RIBEIRO, 1942: 385).

Para o mesmo, ainda fundamentado em Freyre, formou-se entre brancos, índios e negros relações sociais bastantes singulares. Isso se deve ao fato de que o colono, ao se relacionar intimamente com estes, guardado as crueldades frequentes, fixava-se melhor ao solo, criando laços com outras “raças” (RIBEIRO, 1942: 384). A afeição à mulher de cor e a preocupação do Estado em casar os colonos com índias deve-se, segundo Orlando Ribeiro, à completa “ausência de preconceitos que levassem o português a afastar-se do contacto das raças indígenas (...) e o pendor fácil para a poligamia, de povo que viveu na orla do mundo muçulmano e dele incorporou alguma parte” (RIBEIRO, 1942: 385). Afirma ainda diversos outros elementos citados por Freyre que concedem ao português a sua capacidade de “adaptabilidade”, “aclimatação” e “transparência” (RIBEIRO, 1942: 386). Cita os diversos

⁴²Na Brasília também foram publicados e analisados documentos em torno da ação dos missionários de forma geral, como é o caso do citado José de Anchieta e Pe. Inácio Toloca, ver: MARIA (1949); BARREIRO (1943); BRANDÃO (1949); BAIÃO (1943).

⁴³Antônio Pinto de Carvalho (1943), em uma crítica ao livro “Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa”, organizado por Eugenio de Castro, aponta tal documento, contextualizado e estudado pelo organizador, como um dos mais importantes da vida luso-brasileira, sendo exaltado em alguns outros momentos da Brasília (CARVALHO, 1943;).

legados do negro e indígena para a formação social brasileira, demonstrando, ainda em uma leitura marcadamente freyriana, os diversos níveis de “hibridismo” entre a cultura portuguesa, indígena e negra (RIBEIRO, 1942: 389).

Para Orlando Ribeiro, o Brasil só é uma nação mestiça, “livre de pré-conceitos de raça”, por legar de Portugal e do seu processo colonizador a marca de um colonialismo “democrático”, mais humano em relação às práticas excludentes e racistas de uma Inglaterra na América do Norte ou mesmo de uma Espanha (RIBEIRO, 1942: 396). Como fica claro na conferência de Orlando Ribeiro, o mito da democracia racial estruturado por Freyre em *Casa Grande & Senzala* já aparecia, no seio do campo intelectual, com o intuito de reiterar a contribuição do português no Brasil e no mundo, já na década de 40⁴⁴. Tal crença, entretanto, já foi largadamente desmistificada⁴⁵.

Além dos artigos e críticas analisados até aqui, há também uma seleção e análise de um grande número de documentos do período colonial que são publicados na Brasília. Nas seções “Documentos”, “Notas” e “Antologias”, encontramos diversas portas para a compreensão dessa imagem mitificada do período colonial brasileiro. Há diversas publicações de documentos da história colonial comentados, organizados e selecionados ao longo da Brasília⁴⁶. A. G. Rocha Madahil, em uma seleção de documentos intitulada “Para a história

⁴⁴Como demonstra CASTELO (1999), Freyre, a despeito de estar presente em algumas esparsas discussões no campo cultural, ainda não era muito conhecido fora da academia. Foi somente na década de 50 que se tornou conhecido como “ideólogo do regime”, através do seu luso-tropicalismo.

⁴⁵Esse suposto “plurirracismo” português só é encontrado em um âmbito retórico, discursivo. Na prática, este não existia. Como demonstra Perry Anderson a partir da contradição entre o discurso “oficial”, plurirracial, é a prática excludente e racista em Angola e Moçambique que podem ser comparadas a práticas constituídas pelo *Apartheid* na África do Sul. Anderson (1966) demonstra isso ao evidenciar o estatuto especial que rege as províncias africanas que define o nativo, de suas colônias, como: “pessoas de raça negra ou seus descendentes... que ainda não tem a educação e os hábitos individuais e sociais necessários para a completa imposição da lei aplicável aos cidadãos portugueses” (S.A. *apud* ANDERSON, 1966: 73). Para que o nativo se torne “civilizado”, fazia-se necessário passar pelo processo de “assimilação”, que significava ter uma renda suficiente para sustentar uma família, “bom caráter”, ter cumprido do serviço militar e pelo menos dezoito anos. O branco não era considerado nativo, visto que já nascia “civilizado” (ANDERSON, 1966: 75). Para aprofundar sobre a questão do racismo e do mito do luso-tropicalismo em Portugal, ver: BOXER (1988; 2002); CARNEIRO (2005); CASTELO (1999); VALENTIM (2000); PINTO (2009).

⁴⁶A questão da independência também foi bastante importante nessas seleções. Em uma coletânea de documentos organizada pelo integralista e fundador da Academia Portuguesa História Alfredo Pimenta, temos uma organização de “documentos para a história comum português-brasileira”. A seleção tem um enfoque muito particular: demonstrar em documentos os episódios que são marcantes para ambas nações. Entre os documentos selecionados por Pimenta destacam-se as cartas diplomáticas entre D. João IV e D. Pedro I, onde encontram-se evidências sobre a separação do Brasil de Portugal. Pimenta considera os documentos que apresenta, sobre o período da separação, como provas do amor e desvelo e patriotismo de D. João VI com relação ao Brasil, dizendo que a independência foi fruto de um “filho rebelde, traidor à obediência que devia a seu Pai e Rei, e à fidelidade que devia à sua pátria” (PIMENTA, 1946: 788). Com base na carta de D. Pedro à D. João VI, que buscava a ratificação do governo de Portugal para reconhecimento do Brasil, avalia a ação de D. Pedro como infundada e trágica com relação à separação entre ambos países. Pimenta julga que tal ato foi uma afronta contra Portugal e que D. Pedro naquele momento, ao pegar em “armas contra seu rei e sua pátria” já não merecia o direito ao trono (PIMENTA, 1946: 790). Alfredo Pimenta exclui de sua análise qualquer reverberação social de grupos ou classes, ou mesmo qualquer ligação com o quadro geral da época, e atribui os fatores da

dos processos do povoamento português”, busca demonstrar através da correspondência do governador de São Paulo D. Luís António de Sousa em 1775, as instruções gerais para realizar uma “boa colonização”. Nessas cartas Madahil, percebe o “cuidado que o povoamento pacífico e ordenado merecia à metrópole” (MADAHIL, 1943: 615).

Este povoamento contou, segundo a interpretação do autor a carta analisada, com os “princípios da humanidade” e “boa política colonial” para assim “civilizar” o gentio (MADAHIL, 1943: 617). Entre os fatores dessa “boa política” o autor cita a criação de vilas para indígenas e colonos, a liberdade de trânsito de comércio entre indígenas e colonos e o casamento entre índios e colonos. Todas essas eram recomendações do próprio governo português (MADAHIL, 1943: 616). Essa igualdade de “raças” e de “direitos” é considerada por Madahil como algo muito próprio da governança portuguesa na colônia brasileira (MADAHIL, 1943: 616).

Mais à frente diz que o cuidado do governador de São Paulo no período é uma constante na colonização portuguesa no Brasil, não se afastando desta prática rotineira, e, por isso, o português deveria ser considerado “entre os demais colonizadores como os mais benignos, sensatos e humanos” e ainda reitera que “uma orientação por assim dizer científica animava as instruções emanadas da Metrópole, procurando finalidade aos métodos colonizadores e não abandonando ao acaso o resultado dos nossos esforços (...)” (MADAHIL, 1943: 619).

Finaliza sua análise dos documentos, que antecede a publicação dos mesmos, explicitando um claro teor glorificador da colonização portuguesa em relação aos outros processos: “[e]m confronto com a actuação e os processos dos demais colonizadores, Portugal apresenta-se serenamente perante o severo e inflexível julgamento da História: tem por si os documentos dos arquivos, e não os desmentem os magníficos documentos humanos do Brasil esplendoroso” (MADAHIL, 1943: 619).

Na seleção de documentos organizada e comentada por Vitorino Nemésio, intitulada “Pequena antologia dos primeiros escritos brasileiros”, deparamo-nos com uma seleção que busca explicitamente revelar os documentos primordiais do “achamento do Brasil”. Analisa em Pero Vaz de Caminha, o diário de navegação de Pero Lopes de Sousa, os

separação, segundo sua perspectiva individualista e politicista da história, meramente à ação de certos governantes (D. Pedro I e D. João IV), como é próprio da historiografia hegemônica em Portugal no período (para maior compreensão desta voltar ao subcapítulo anterior).

escritos de José de Anchieta, entre diversos outros documentos desse momento inicial⁴⁷, os diversos elementos dessa “literatura primordial”. Segundo Nemésio, estas obras são “fundadoras da literatura brasileira”:

Por literatura brasileira tem de entender-se, no século XVI, e mesmo bastante depois, várias formas de escrita em que o Brasil é o objeto, e o sujeito (...) um homem que lá chegou que ainda não é nativamente brasileiro, mas já o é naturalmente, só pelo facto da abordagem e de sentir tomado por uma selva e um céu novo. O facto processo narrativo que consiste em revelar as coisas insólitas da fauna, da flora, do telúrico, pela comparação com as coisas de Portugal, denuncia nesses escritos primitivos o que se chamou o “reinol”, o homem do Reino. Mas este escritor causa não se faz de forasteiro. Aquilo que ele escreve já está impregnado de pura brasilidade; tem lá dentro uma maneira de ver e de tratar que denuncia o iniciado nu mistério, o qual não dá direito a que lho tirem ou neguem (..) Esta identificação com as novas latitudes e sua natureza imensa faz desses portugueses recém-chegados à América verdadeiros brasileiros e portanto, autênticos escritores de lá (NEMESIO, 1943: 507).

Dessa forma, tais crônicas sociais do século XV são interpretadas como supostas evidências dos primórdios da “brasilidade” encontrada discursivamente em germe nesses escritos formativos da nacionalidade brasileira. A nação no discurso de Némesio (e da intelectualidade da Brasília como um todo) tem uma existência vincada nos mitos de origem; é atemporal, o que é claramente um contrassenso que ignora a Nação enquanto uma invenção moderna, criada pelos movimentos nacionais (HOBSBAWM, 2011: 20).

O teor dos documentos publicados, considerados por Némesio como trabalhos etnográficos, tem, portanto, uma estrutura comum: todos retratam a suposta inocência dos índios, a sua barbárie (o canibalismo retratado no diário de navegação de Pero Lopes e nos escritos de Anchieta), reiteram a potência do indígena para cristianização (fundamentalmente em José de Anchieta) e afirmam uma visão das terras enquanto um “paraíso terrestre” (Pero Vaz e nos diários de navegação de Pero Lopes).

A carta de Pero Vaz de Caminha foi amplamente analisada em uma série de outras produções, para além da citada análise de Vitorino Nemésio. Estas apropriações direcionavam-se, em geral, a reiterar que o Brasil foi inaugurado pela ação dos portugueses no Brasil, afirmando o caráter “natural” dessas relações. Uma das discussões mais importantes em torno da Carta, no seio da Brasília se constituiu na discussão das duas teses conflitantes sobre a descoberta do Brasil: como “acaso” ou “intencionalidade”. Discussão que revela

⁴⁷São analisados e publicados os seguintes documentos: O achamento do Brasil de Pero Vaz de Caminha; Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza; Notícia do Brasil de Gabriel Soares de Souza; Bugios de Pero de Magalhães Gandavo.

claramente o teor nacionalista da representação que estes intelectuais tinham do período colonial⁴⁸.

F. da Costa Marques na resenha ao livro “A carta de Pero Vaz de Caminha” organizado e comentado pelo historiador Jaime Cortesão, reitera, através da leitura da carta do autor, a tese da intencionalidade”. O mesmo inicia o texto “louvando” a publicação por seu vigor e erudição (MARQUES, 1946: 887). Registra também que a publicação dos documentos fundadores do Brasil, e, por si, um ato de defesa da cultura luso-brasileira frente as ameaças imperialistas externas (MARQUES, 1946: 887). A carta de Pero Vaz de Caminha é considerada como o “Auto do nascimento do Brasil e do Novo-Mundo”, sendo assim, o primeiro reflexo das relações culturais entre ambos os países (MARQUES, 1946: 888). Cita também que na análise introdutória de Cortesão há uma densa investigação do documento, a fim de demonstrar a partir de um estudo filológico a tese da intencionalidade, evidenciando a partir desta que havia uma rota prévia⁴⁹ (MARQUES, 1946: 890).

Afirma, ainda dentro da leitura de Cortesão, que o descobrimento da Terra de Vera Cruz foi constituído por uma rota prévia e segura, traçada julgando já antes do “achamento” que era uma terra inteiramente nova e alheia tanto à cultura da África como da Ásia” (MARQUES, 1946: 889). Tal argumento é defendido por Cortesão, fundamentalmente, a partir da leitura “adequada” da expressão adverbial de “longo” e a palavra achamento:

⁴⁸Essa discussão é retratada exaustivamente no artigo de Pedro Batalha Reis intitulado “O Brasil num portulano do Século XV”. Reis busca a partir da “volta aos documentos originários” acabar de uma vez por todas com a tese do acaso, defendendo a tese da intencionalidade na “descoberta” do Brasil. Para Reis, Pedro Alvares Cabral não “descobre” o Brasil mas, somente revela o mesmo ao mundo pois, o mesmo já tinha sido “descoberto” anteriormente, segundo uma série de testemunhos e mapas da época, nos quais o autor dialoga (REIS, 1943: 200). Segundo Reis, D. Afonso V solicitou a criação de um mapa mundi ao cartógrafo Fra Mauro, que teve no seu auxílio o veneziano Andrea Bianco que criou um mapa em 1447 onde se encontra delineado a terra de Vera Cruz (REIS, 1943: 207). Além disso, Gil Eanes em sua “Crônica do Descobrimento” revela a existência de terras no Ocidente, que segundo a interpretação do autor só podem ser o Brasil (REIS, 1943: 208). António Galvão, em outro testemunho, também aponta uma terra próxima a terra apontada no mapa de Bianci, ou seja, dois testemunhos que apontam o mesmo fato próximo a uma data comum: 1448 (REIS, 1943: 212). Entretanto, a expedição de Galvão é tida como uma lenda pela historiografia, e, por isso, ignorada enquanto fonte histórica (REIS, 1943: 212). Para o autor, Pedro Alvares Cabral tinha conhecimento das terras no Ocidente, seja pelos testemunhos ou pelos mapas, além dos já citados, o planisfério de Juan de La Cora de 1500, antes da data do achamento, onde se aponta uma terra no ocidente (REIS, 1943: 217). Soma tal argumento, com um relato de um marinheiro anônimo e, também, em um diário de Duarte Pacheco onde o mesmo relata uma viagem em segredo para uma terra ao ocidente, afirmando ter encontrado uma “grande terra em que não se acaba”, e, também em Las Casas ao apontar a intenção do almirante (Colombo) com relação as terras no ocidente (REIS, 1943: 219). Concluí, após explorar essas diversas fontes, que a missão de Cabral era na realidade tomar posse oficial das terras, sendo assim, aquele quem revelou o Brasil ao mundo, e, não aquele que o descobriu (REIS, 1943: 222).

⁴⁹Carlos Simões Ventura em uma resenha intitulada “A mais recente leitura de Pero Vaz de Caminha” crítica as modernizações de termos e o trabalho filológico de Cortesão, afirmando ser necessário o uso de um trabalho sério de paleografia para que se publicassem a Carta (VENTURA, 1942: 440).

A locução de Caminha na frase “E asy seguymos nosso caminho per este mar de longo” acrescenta à ideia de movimento “a de continuidade direta e progressiva”. Correr de longo significará, portanto, “correr diretamente ao lugar do destino, sem mudar de bordo, fazer volta ou desvio no rumo”. Por outro lado, “achamento desta vossa terra nova”, expressão de que se serve Pero Vaz de Caminha, para anunciar a D. Manuel o descobrimento do Brasil, não indicará um achado puramente casual (...) mas sim marcado propósito, pois que a palavra achamento serviu a outros escritores contemporâneos para designarem da Índia, que foi manifestamente o mais intencional de todos (MARQUES, 1946: 890).

Entretanto, a visão de “novo mundo” seria, sim, tributária de Cabral, e não de Vesúcio, como afirma a historiografia dominante, uma vez que foi ele que conseguiu reconhecer a “continentalidade da terra” e sua originalidade em relação às terras do oriente (MARQUES, 1946: 890). Termina sua crítica enfatizando o valor dessa nova publicação da Carta de Pero Vaz de Caminha, elogiando Jaime Cortesão por tal feito.

Se analisarmos o teor da imagem do processo colonizador brasileiro nesses artigos, críticas e documentos percebemos certos padrões discursivos que se repetem. O que se destaca é a defesa intransigente do português, e de suas distintas contribuições para a formação do Brasil. Esta contribuição deve-se, segundo este discurso, a um certo *ethos* lusitano, que supostamente fez com que o processo colonizador fosse “humano” e “cristão”. Essa história não é feita por grupos ou classes, mas por meio da ação de certos indivíduos heroicizados, e, em particular, aqueles que são estadistas⁵⁰. Isso é próprio da abordagem dos intelectuais da Brasília, imersos em uma certa história político-diplomática, cujas principais características foram tão criticadas pelos “Annales” no mesmo período. Os distintos acontecimentos do período colonial são analisados como consequência de certos indivíduos, ignorando os fatores econômicos ou sociais que são drasticamente deixados de lado.

Dentre os diversos eventos do período colonial narrados na Brasília, o descobrimento foi aquele em que percebemos uma maior presença das mitologias nacionais do salazarismo. As interpretações desse momento reproduziram a visão construída pela leitura dos primeiros navegadores ou missionários⁵¹. As imagens criadas por Pero Vaz de Caminha e outros – a ideia de docilidade, inocência vinculada à ausência de crenças e a barbárie

⁵⁰Poderíamos citar inúmeros outros documentos que são selecionados a fim de reiterar o mito do “herói-estadista”, ao evidenciarem histórias de marqueses, capitães-gerais, casamentos da realeza etc, ver também: FRANCO (1943); LIMA (1949); MORAIS; PEGADO (1946); FERREIRA (1942); BRAZÃO (1943); LIMA (1949).

⁵¹Estas imagens foram também tributárias de ideias enraizadas por viagens imaginárias ou reais de Marco Polo, Preste Joao, entre outros, que criaram a imagem do paraíso terreno “descoberto”, que povoou o imaginário destes cronistas, navegadores e jesuítas, como demonstraram HOLANDA (2004) e CUNHA (1990).

vinculada à suposta incapacidade de “domesticação” de animais e plantas– foi transformada em uma série de lugares etnograficamente comuns, que são reiterados ao longo da Brasília.

A história falaciosa, de uma “terra virgem” apossada pelos portugueses, só torna-se coerente quando se nega a historicidade dos “gentios”, supostamente “sem fé, lei ou rei”. Como reitera Eni Pulcinelli Orlandi ao perscrutar o discurso colonial, “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso da descoberta, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político” (ORLANDI, 1990: 15). Essa desistoricização da história, com o intuito de afirmar a ideia mítica de nação constituída desde os “descobrimentos”, e não como produto de lutas dos movimentos nacionais modernos, é própria dos discursos da Brasília.

Como reiteramos anteriormente, o olhar tem um lugar específico no seio da Brasília, pois buscava-se, ao revelar o Brasil aos portugueses, direcionar pedagogicamente o olhar do mesmo para um mesmo horizonte de visibilidade do pai, que em razão da sua maior experiência teria a competência para guiá-lo. Para Orlandi, o discurso do “descobridor” constrói o “descoberto” como seu “outro”, que só pode existir na sua semelhança (ORLANDI, 1990: 17). Qualquer tentativa de desvio a essa imagem, por uma simples historicização que atribua o lugar do negro e do indígena como equivalente ao português, significa um contrassenso, já que nesse discurso foi unicamente o português que legou ao Brasil a possibilidade de ser uma nação moderna, por meio do legado linguístico, religioso, territorial e cultural.

Dessa forma, a historiografia da Brasília constrói uma representação do período colonial que legitima a imagem de um império português “atemporal”, “plurirracial” e “transterritorial”, visto que, coloca as contribuições do português como constitutivas do “ser brasileiro”, que não era mais, segundo este discurso, do que um português em terras tropicais⁵².

⁵²Esta mesma imagem do processo colonizador português é reiterada na produção em torno do Acordo Cultural de 1941. Tanto na revista *Atlântico* quanto na Coleção *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil* e nas produções publicadas pela Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional encontramos uma visão bastante próxima da interpretação dominante encontrada na Brasília. Como reitera José Osório de Oliveira ao afirmar da importância do estudo do período colonial para a “cultura lusíada”: “Ao incluir, no nosso programa a publicidade, em cada número, de uma obra de literatura colonial: conto, novela, ou capítulo de romance, que fixe um aspecto da vida africana, um episódio da ação colonizadora dos portugueses, uma figura ou tipo do Império Português, não pensamos, também no Mundo Português, como expressão política, mas como mundo de cultura lusíada patrimônio moral comum de portugueses, brasileiros e luso-descendentes (...) Esta revista que é luso-brasileira sim, mas também revista do Mundo Lusíada” (José Osório de Oliveira Rev. *Atlântico*, vol. 01, pg. 172 *apud* SERRANO. 2009: 185). Para um maior aprofundamento na análise da historiografia da produção do Acordo Cultural e da revista *Atlântico*, ver: SERRANO (2009); SILVA (2011).

3.3. O Estado Novo Brasileiro como espelho do salazarismo: autoritarismo e corporativismo na seção “Crítica”

“A pedagogia no Estado Novo é a educação dirigida, capaz de renovar e organizar uma sociedade pela cultura; é a pedagogia da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante, desejando esclarecer a inteligência brasileira para a compreensão exacta dos grandes problemas nacionais” (Humberto Grande *apud* PLANCHARD, 1943: 877).

Na epígrafe acima, citada pelo resenhista Emile Planchard do livro de Humberto Grande “A pedagogia no Estado Novo”, percebemos uma grande proximidade entre o conceito de pedagogia do brasileiro e os pressupostos da “Política do Espírito” salazarista, fundamentalmente, no que concerne a sua visão das massas como uma matéria-prima a ser moldada, por meio de políticas culturais. Os livros selecionados na seção de resenhas da revista Brasília, expressam, em sua grande maioria, uma cultura histórica não só tributária do imperialismo (como evidenciamos no subcapítulo anterior), mas também do autoritarismo e corporativismo dominante no período.

Todavia, para abordamos a inserção desses intelectuais no interior de uma perspectiva autoritária e corporativa por meio das críticas, é preciso antes explorar sua materialidade institucional, ou seja, a relação entre a própria Universidade de Coimbra, espaço dos intelectuais que publicam na revista, e o projeto oficial do salazarismo. A Universidade de Coimbra foi o espaço intelectual por excelência do salazarismo. Em nenhuma outra Universidade do período as relações entre produção intelectual e o regime foram tão explícitas. Em um folheto sem autor, divulgado em Coimbra no início dos anos 30, discutindo o problema Universitário em Portugal, encontramos claramente o sentido instrumentalizado que a Universidade deveria ter em um momento de “ressurgimento”:

Dentro do Estado Novo, não há, e não pode haver duas opiniões: Estado de tendências totalitárias, o problema universitário o terá que subordinar-se, na sua solução, às diretrizes ideológicas que inspiram o Estado Novo. A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo, e não à margem do Estado, alheio ao Estado, e quando Deus quer, inimigo do Estado. A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que por as suas atividades todas as suas conversas ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo ela tem que ser nacionalista, e não internacionalista; corporativa e não liberalista; organicista e não democrática (S/A “O problema Universitário em Portugal” *apud* TORGAL, 1999: 88).

Como aponta o estudo de PINTO (2002), não é por mero acaso que um amplo espectro da elite ministerial do salazarismo fosse formada por professores universitários de

Coimbra (fundamentalmente do direito). A maioria destes, como é o caso do próprio Salazar e de Marcelo Caetano, tiveram a sua formação em Coimbra, que desde a década de 20 tornou-se espaço de uma maioria católica, monárquica, integralista e também de alguns núcleos do nacional-sindicalismo (PINTO, 1994: 25).

A Universidade de Coimbra foi alvo de uma tentativa sistemática de controle por parte do regime, a partir do domínio da imprensa da Universidade, no controle do conteúdo ensinado e na demissão e na perseguição de professores críticos ao regime, o que também ocorre de forma mais branda em Lisboa e no Porto (TORGAL, 2002: 75). Tal perseguição se institucionaliza a partir de dois decretos-lei: o de nº 22.469 de 11 de Abril de 1933 e no nº 27.00314 de Dezembro de 1936. O primeiro explicita o objetivo da censura⁵³:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade (Artigo n 3 do decreto-lei n. 22.469 *apud* TORGAL, 2010: 112-113).

Já o segundo decreto-lei se refere mais diretamente aos funcionários públicos, e por extensão aos professores universitários, que eram obrigados a fazer o seguinte juramento público: “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas⁵⁴” (Decreto-lei n. 27.00314 *apud* TORGAL, 2010: 115). A militância anti-comunista foi um fato rotineiro da vida de Coimbra, sendo um elemento agregador e mobilizador de uma série de grupos.

É no seio deste espaço social imerso em um nacionalismo ufanista que se formula o ambiente para comícios anticomunistas em Coimbra, mobilizações de instituições com imbricadas relações com a direita radical (Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e a Legião

⁵³ Censura que como mostra TORGAL (2009; 2010) se expande para uma série de instituições da sociedade civil, editoras, a literatura oficial (consagrada através de prêmios), as casas do povo, os sindicatos nacionais, as bibliotecas do povo, os jornais (A Verdade, Diário da Manhã e o Diário de Notícias), o rádio (Emissora Nacional); o cinema. A censura também ocorre dentro da sociedade política: no Secretariado de Propaganda Nacional, nos tribunais militares especiais, o PVDE (Polícia de Vigilancia do Estado), PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) etc.

⁵⁴ O anticomunismo foi um grande fator de mobilização da sociedade portuguesa do período, como afirma Fatima Patriarca: (...) O anticomunismo estado-novista elaborará uma noção de harmonia social, definindo os indivíduos que estão socialmente adaptados e resignados com o “espírito” aquiescente da Ordem (...) e aqueles que se situam à margem desse “espírito”. Este quadro é profundamente negro, apresentando uma espécie de seletividade entre o que é socialmente desejável pelo confronto do que é socialmente criminoso, ou anti-social (PATRIARCA, 1992: 61).

Portuguesa) e na consagração de diversos intelectuais (dois reitores de posição falangista são consagrados com doutor *honoris*: Felipe Gil Casares e Leonardo Perro)⁵⁵ e estadistas (o próprio Franco) que estão de acordo com uma perspectiva de “terceira via” (TORGAL, 1999: 114).

Há, portanto, uma identificação muito clara e ativa entre a concepção de mundo oficial do salazarismo (autoritária e corporativa) e aquela que aparece na grande maioria dos intelectuais de Coimbra (TORGAL, 1999: 1112). A identificação da Universidade de Coimbra com a concepção de mundo oficial (autoritária, corporativa e crista) pode ser visibilizada em uma série de produções culturais do período, como é o caso da Revista Portuguesa de História, o Boletim da Faculdade de Direito, a revista Biblos, o Boletim do Instituto de Estudos Germânicos e o Boletim do Instituto de Estudos Franceses, e por fim, a própria Revista Brasília.

A historiografia publicada na Brasília não só afirmou um “olhar comum” em um passado longínquo, mas também buscou no presente aspectos que vinculassem Brasil e Portugal. Essa aproximação política foi recorrente no que concerne aos três primeiros volumes (1942, 1943, 1944-46), mesmo porque essa produção emerge no período em que o Estado Novo brasileiro e português estão no auge de sua aproximação política e cultural. Além de ambos regimes compartilharem uma visão consensual sobre o legado português no mundo, também coadunam com o pensamento autoritário, corporativo, antissocialista, antiliberal e antidemocrático.

Nas resenhas da Brasília, encontramos uma presença recorrente de livros brasileiros selecionados que defendem em diversos âmbitos uma concepção de mundo “autoritária” e “corporativa”. Entre os temas deparamos com textos sobre a pedagogia “renovada” do Estado Novo em autores como Francisco Campos e Fernando Azevedo⁵⁶, até temas como a política eugenista ou estudos sobre a ascensão de Vargas e as suas transformações em um âmbito econômico e político. Dentre estes temas, daremos ênfase àqueles que discutem o governo Vargas no âmbito de uma visão histórica.

Em geral, as obras resenhadas sobre o Estado Novo brasileiro abordavam a questão da ascensão do varguismo, pensando neste sempre como um contraponto ao

⁵⁵Esta consagração também se expandia para aqueles que defenderam em suas produções intelectuais a “Civilização cristã ocidental” e o sentimento “rácico” da lusitanidade, como é o caso dos brasileiros Afrânio Peixoto, Pedro Calmon e o inglês James Entwistle.

⁵⁶A pedagogia “renovada” do período Vargas é bastante elogiada pelos críticos em suas análises as obras de pedagogos como Fernando de Azevedo e Francisco Campos. Compreendem que Vargas buscou, por meio de uma política centralizadora (que inclui o controle da educação), criar uma verdadeira “democracia social” que superasse a abstrata “democracia política” do liberalismo (PLANCHARD, 1942: 822). A mesma opinião é emitida por VIEIRA (1946: 910).

liberalismo. A sua grande maioria afirmava explicitamente sua posição dentro dos marcos de uma concepção “autoritária” e “corporativa”, o que fazia com que esses autores fossem exaustivamente elogiados pelos críticos. Além de tudo, é frequente também a comparação entre as práticas do Estado Novo brasileiro com o português, reiterando um certo espelhamento entre os regimes.

Um exemplo disso é a resenha de Duque Vieira do livro escrito por Azevedo de Amaral: *Getúlio Vargas Estadista*, Rio de Janeiro, ed. Dos Irmãos Pongetti, 1941. O resenhista ressalta deste livro, uma biografia de Getúlio Vargas e de seu tempo, a constante apologia a Vargas, que é amenizada por este estudo ser “filho da verdadeira sinceridade e de visível convicção” (VIEIRA, 1946: 915). Um elemento ressaltado pelo resenhista como ponto de referência de consenso é a proximidade de olhares e de práticas de estado entre Brasil e Portugal que o contexto evidenciado no livro explicita:

Como é sabido, há muitos pontos de semelhança entre a moderna orientação política do Brasil e de Portugal. Verificá-lo é um grato prazer para os Portugueses, para quem é caro tudo quanto diz respeito ao Brasil e que veem com alegria tudo quanto assemelhe ou aproxime os dois países, - sobretudo, quando eles chegam ambos, como agora, por conclusão autônoma a situações pelo menos parcialmente idênticas (VIEIRA, 1946: 916).

Para Duque Vieira, esta situação “parcialmente idêntica” é a própria crítica ao liberalismo e à semelhança como em ambos países a questão social e econômica estava sendo gerida, a partir de um estado que se colocava “em um plano superior à controvérsia travada entre o capital e o trabalho” (VIEIRA, 1946: 917), rompendo por meio de uma série de práticas com a supremacia do privado sobre o público.

Registra, fundamentado em Amaral, que a resolução deste conflito se direcionava a partir de um Estado que impusesse ao capital e ao trabalho o conceito do “primado do bem público sobre todas as conveniências de caráter privado” (VIEIRA, 1946: 917). Segundo o crítico, esta semelhança entre ambos regimes era também compartilhada na política financeira (explicitando a política protecionista de Vargas como semelhante à de Salazar) como também em razão da proximidade de ambos como estadistas, pois os dois supostamente incorporam e sintetizam “as qualidades e a maneira de ser de seu povo” (VIEIRA, 1946: 917).

Duque Vieira finaliza sua crítica registrando que o historiador futuro deve direcionar seu olhar para a “revolução operada por Getúlio Vargas”, já que esta, por sua “inúmeras virtudes” preservou a unidade nacional e afirmou a autonomia e soberania do Brasil frente à hegemonia externa (fundamentalmente o pan-americanismo), antagonizando-se

à política liberal em prol da “reconquista da unidade interna do Brasil” (VIEIRA, 1946: 918). Ainda afirma, que esta reconquista significaria para o Brasil ser mais “igual a si mesmo”, ou seja, ser mais fiel à sua herança, e, portanto “mais simpáticos para os seus amigos deste lado oriental do Atlântico” (VIEIRA, 1946: 918).

A ascensão do varguismo é vista pelos resenhistas (através dos livros selecionados) em uma dimensão “fatalista” e “natural”. Vargas e Salazar são considerados como expressões, segundo o discurso dominante, de um Estado “renegerado” que superou, por meio da centralização do poder em suas mãos, o período “negro” do liberalismo. Esta interpretação consagrada nos manuais didáticos e na historiografia oficial é explícita na resenha de Almeida e Souza ao livro de J. De Mattos Ibiapina intitulado “O Brasil de ontem e de hoje”, publicado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

O crítico inicia seu texto elogiando o livro de Ibiapina por ser uma crítica contra os políticos que levaram o Brasil ao “descalabro” e uma defesa intransigente da ação de Vargas em seus diversos aspectos (SOUZA, 1946: 919). Almeida considera que a crise descrita pelo autor não é peculiar apenas ao Brasil, mas “um fenômeno geral, atingindo até uma maior intensidade nesta velha Europa, teatro de experiências dolorosas em busca de um rumo político e social definido” (SOUZA, 1946: 919).

Ainda sobre a crise, afirma que as resoluções tomadas mediante o caos geral do liberalismo foram em alguns casos exageradas no que concerne à “estatolatria” e ao culto da filosofia da força (SOUZA, 1946: 919). Desta forma, critica o nazismo e os regimes que considera como “totalitários”, enquadrando o caso português e brasileiro como fora dessa órbita. Ao analisar a História do Brasil recente, em leitura da obra de Ibiapina, critica as ações das lideranças do Brasil republicano, uma vez que, ao tentarem implantar ideias “estranhas à realidade brasileira” estes não souberam dar continuidade à herança da monarquia de uma “pátria unida e forte” (SOUZA, 1946; 920).

Segundo o crítico, a crise do Brasil republicano deve-se à política “privatista” dos estados. Esta política é reforçada pela Constituição de 1891 através de seu “utopismo transposto” (SOUZA, 1946: 921). O caso do café e da borracha são exemplos claros, para Almeida, de como o Brasil se tornou uma colônia financeira internacional, um “feudo do capitalismo estrangeiro” (SOUZA, 1946: 921). Afirma que se não fosse a “revolução” operada por Vargas, o país caminharia a “passos largos para a derrocada social” (SOUZA, 1946: 922). Elogia o “amor pátrio” de Ibiapina em sua descrição das diversas medidas que Vargas implanta para a superação da crise: lei de proteção ao trabalho, lei da aposentadoria,

lei da sindicalização, lei das oito horas de trabalho e o confronto com os “privatistas paulistas” e a conseqüente centralização do poder político e econômico (SOUZA, 1946: 923).

Esta perspectiva da história recente, que enquadra o passado recente, liberal-individualista, como “negro”, e afirma um presente “renovado” e “regenerado” é própria de uma certa noção de tempo histórico dominante do período, que vê a história nos marcos de “momentos áureos” (o “hoje”) e momentos “decadentes” (o “ontem”), tendo os primeiros como “exemplos” para práticas futuras. Tal visão da história não aparece somente na crítica ao livro de Ibiapina, mas também em pelo menos duas outras resenhas que se remetem à superação da crise econômica do Brasil.

Na primeira resenha, escrita por Fernando Pinto Loureiro ao livro de Luís Dias Rollemberg “Aspectos e perspectivas da economia nacional”, publicado como parte da coleção “Decenal da Revolução Brasileira”, há uma análise de história econômica do Brasil recente. Evidencia a mudança recente no Brasil de uma política econômica particularista para uma verdadeira política nacional em Vargas (1943: 884). O crítico elogia a visão de Rollemberg sobre o passado e o presente do Brasil, reiterando a perspectiva de um passado recente caótico, em razão do privatismo protagonizado pelos cafeicultores, sendo somente com Vargas o início de um longo caminho para a autonomia do Brasil (LOUREIRO, 1943: 884).

De forma análoga a esta resenha, Afonso Rodrigues Queiró, no livro “As autarquias e as sociedades de economia mixta no Estado Novo”, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, critica, fundamentado na leitura de Queiró, o que ele denomina como “Estado individualista-liberal” em prol de um “Estado intervencionista”, que lute contra o privatismo, segundo uma perspectiva dirigista da política e da economia (QUEIRO, 1943: 885). Regista ainda que o Estado intervencionista deve harmonizar o bem público, “coletivo”, com os distintos interesses privados (QUEIRO, 1943: 885).

Para Queiró, com a proclamação da República há uma dominância negativa do poder privado sobre o poder público, a despeito da tentativa de inúmeros indivíduos no seio do Estado “preocupados com o bem” comum”, e ainda afirma que “[a] Economia entregue a si própria, colocada ao lado ou acima do Estado, dominando-o e enfraquecendo-o, justificou plenamente a revolução de 1930, expressão da necessidade nacional de um Estado forte e autoritário, de um Estado Novo, disposto a agir positivamente, em especial no domínio econômico” (QUEIRÓ, 1943: 886). Para o crítico, é com as Constituições políticas de 1934 e

1937⁵⁷ que se concretizam os princípios programáticos do Estado Novo Brasileiro, tendo como base da ideia de harmonização do público com o privado, citando a Constituição para reiterar seu argumento:

Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representada pelo Estado (Art. 135. da Constituição de 1937 *apud* QUEIRO, 1943: 887).

Em sua leitura da obra de Eryma, essa suposta harmonização descrita pelo autor invade também o âmbito da representação corporativa, segundo este, muito mais “democrática” que a representação meramente política liberal, criando assim uma ação conjunta entre as diversas “forças econômicas”, as “forças vivas da nação”, em prol do “crescimento nacional” (QUEIRÓ, 1943: 887). Para Queiró, esta integração da sociedade, por meio das corporações, e, em particular no seio do “Conselho da Economia Nacional”, é análoga ao que o governo português fazia por meio da “Câmara corporativa portuguesa”, e mesmo da “Câmara dos fâscios” na Itália (QUEIRO, 1943: 888).

Estas práticas são visíveis seja nas “autarquias” (institucionais) – controle e gestão direta de empresas por meio de entidades paraestatais: Departamento Nacional do Café, Caixa Econômica Federal, Institutos de Pensões e aposentadoria – seja nas “sociedades de economia mista” – participação financeira e administrativa do Estado em empresas mercantis, constituídas por meio do Direito privado: Banco do Brasil, Instituto de Resseguros do Brasil – , que demonstram a maior intervenção do Estado, a fim de harmonizar os interesses privados com o poder público (QUEIRÓ, 1943: 890).

A defesa intransigente à concepção de mundo autoritária e corporativa é ainda mais explícita quando esta é confrontada por uma voz de dissenso. Duarte de Montalegre, em uma resenha à revista do Arquivo Municipal de São Paulo, destaca o artigo de António Piccarolo “História das doutrinas políticas”. Tece diversas críticas à posição “difamatória” do autor em sua análise aos regimes “totalitários e autoritários”, afirmando a posição que um historiador das doutrinas políticas deve assumir:

⁵⁷José Carlos Reis compara, em uma crítica, a constituição de 1937 com a forma jurídica do Estado Novo português, afirmando que essa constituição se aproxima mais da portuguesa do que da italiana (REIS, 1942: 420).

Uma das qualidades imprescindíveis ao autêntico historiador, das doutrinas sociais, da literatura ou dos factos políticos, é, não há que negar, a isenção de juízos críticos, a imparcialidade, a honestidade, numa palavra. É esta uma virtude de carácter moral, necessária para que o historiador possua inconcussa autoridade, como se faz mister. Faltando ela, tudo se afundará (VIERA, 1946: 938).

Afirma que a despeito deste artigo ser um trabalho sério até a primeira e segunda parte da sua obra, na terceira, quando procura analisar as doutrinas do nacional-socialismo e da democracia “deixa-se por completo obcecar pelo paroxismo de suas latrias e das suas fobias políticas” (MONTALEGRE, 1946: 938). Piccarolo, segundo a crítica de Montalegre, ao contrário de uma atitude própria de um “homem de ciência”, teve um comportamento sectário ao tratar de forma elogiosa a democracia e negativizar as doutrinas do nacional-socialismo (MONTALEGRE, 1946: 939).

Para Montalegre, o historiador deve se limitar aos fatos políticos, e “narrá-los tais como aconteceu” visto que segundo a sua perspectiva essencialista “[o]s factos... são factos e não vale deformar o seu sentido positivo, mesmo quando eles reduzem o pensamento doutrinário a sua expressão mais simples” (MONTALEGRE, 1946: 942). Mais à frente, cita Piccarolo a fim de demonstrar a sua parcialidade, e, portanto, falta de cientificidade com relação à sua análise: “Fascismo e Nazismo, de facto, não são doutrinas mas simplesmente negações dos princípios fundamentais, que constituem o glorioso patrimônio político dos últimos séculos, conquistado através das gloriosas lutas do pensamento e da ação” (Antônio Piccarolo *apud* MONTALEGRE, 1946: 942).

Considera tal interpretação como própria de um “arrivista” ou “demagogo” e não de um historiador sério, mesmo porque, segundo Montalegre, o problema não é, se o mesmo é anti-feixista, mas se ele não se limita aos “domínios da história das ideias”, sem “formular juízos de valor”, reiterando que, se um outro intelectual se manifestasse da mesma forma que Piccarolo com relação ao fascismo e nazismo, procederia também de forma “parcial” e “deformada” (MONTALEGRE, 1946: 950). Termina o texto afirmando que em razão da fobia de Piccarolo a tudo que “não seja democrático”, acaba sendo mais apologista dos seus “ideais doutrinários” do que propriamente historiador (MONTALEGRE, 1946: 951).

Essa contradição entre o discurso da “neutralidade” e “imparcialidade” e a defesa intransigente ao regime está presente de forma unânime nas narrativas da Brasília. Ao revelarem o Brasil a Portugal, buscavam uma imagem da História do Brasil que correspondessem a um concepção de mundo marcadamente imperialista, autoritária e corporativa. Todo critério de seleção e avaliação foi orientado pela defesa de uma concepção

de mundo oficial formada por certos valores, constitutivos de um certo caráter lusitano. A grande maioria dos autores resenhados na Brasília tiveram alguma relação direta ou indireta com o poder no Estado Novo brasileiro, como são os casos emblemáticos de Azevedo de Amaral, Francisco Campos e Fernando de Azevedo. Além disso, as suas obras, em sua grande maioria, foram publicados por órgãos oficiais do regime, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, Editora da Companhia Nacional, Comissão brasileira dos Centenários, Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, Coleção Decenal da Revolução Brasileira etc.

Isso, contudo, não é exclusivo da Brasília, pois, como reiteram SILVA (2011) e SERRANO (2009), as produções intelectuais emergidas nos anos de fortalecimento da “Política do Atlântico” (a revista Atlântico, o boletim da Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional e as coleções de livro publicadas com o incentivo do Acordo Cultural de 1941) foram publicadas por órgãos oficiais que estavam em sintonia com os valores do anti-liberalismo e anti-socialismo. SERRANO (2009), ao analisar a coleção *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil* (entre outras publicadas por esta seção) e a coleção de livros “Atlântico”, publicadas a partir do incentivo do Acordo Cultural de 1941 pela Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, percebe que o objetivo primordial desta produção foi revelar os traços de união entre Brasil e Portugal, afirmando uma memória coletiva comum (SERRANO, 2009: 111). Tais publicações certamente aproximam-se das produções da Brasília, na sua defesa da comunidade luso-brasileira.

Em suma, as produções intelectuais da Brasília que se voltaram para o passado português reiteraram uma visão de história que engrandece o papel dos dominadores. Essa empatia com o vencedor, representado pelo mito do herói-estadista, é própria da crítica que Walter Benjamin faz do sujeito do conhecimento histórico no historicismo, cuja principal característica é sua forte identificação com os poderosos do passado e do presente. Nas suas teses sobre a história, e, em particular na sétima, Benjamin reitera que o historicismo se identifica enfaticamente com as classes dominantes, e que percebe a história como uma sucessão gloriosa dos fatos políticos e militares desta mesma classe, conferindo aos dirigentes destas o elogio, por meio da vinculação entre a vitória de hoje e a história do passado (BENJAMIN, 1985: 225).

Essa história, fundada em um tempo homogêneo, vazio e mecânico, fará com que a vitória dos dominantes seja dupla, pois nestas se colocará cada vitória dos dominantes não só em um primeiro plano, mas também, na sua rememoração. Por isso, as lutas de classes se concretizam para este, em sua terceira tese, na dialética entre as coisas “duras e materiais”, e

“finas e espirituais” (BENJAMIN, 1985: 224). O estranhamento, é, portanto, um critério para o “historiador materialista” que se volta para a história humana visto que o sujeito do conhecimento “frio”, “sem capacidade de estranhamento”, far-se-á condescendente com o vencedor, sendo assim “instrumento das classes dominantes”⁵⁸.

Em sua sexta tese, Benjamin registra que é preciso em cada período “arrancar a transmissão da tradição ao conformismo”, já que nem os mortos estão salvos. Escovar a história a contrapelo significa ver os documentos da cultura, em sua criação e transmissão, também como documentos da barbárie (BENJAMIN, 1985: 225). Não poderia existir um procedimento mais distante daquilo que a historiografia salazarista, e, em particular os intelectuais da Universidade de Coimbra, faziam nos anos da “Política do Espírito”.

Na realidade, tanto a produção acadêmica quanto a não acadêmica estavam predominantemente enquadradas no tipo de história o qual Benjamin criticava, ou seja, uma história empática com o vencedor, que vê os monumentos da cultura criados pela ação do “português no mundo” por uma ótica que não percebe a barbárie no processo de sua criação. Esta empatia com o vencedor foi visível nas narrativas na Brasília tanto no que concerne à construção de uma história mitificada do período colonial brasileiro como na imagem do Estado Novo brasileiro criada por estes intelectuais.

Na primeira, legitimaram-se os principais “arautos” do processo colonizador português no Brasil em detrimento da historicidade dos indígenas para assim reiterar o argumento do Português como o “descobridor do Brasil”, além, é claro, de colocar o negro em um segundo plano, tratando muitas vezes a sua contribuição sob um olhar explicitamente racista, ou em alguns casos, representando o mesmo como um ser “incorporado” à sociedade brasileira em razão da vocação “plurirracial” portuguesa.

Por outro lado, nas análises do passado recente, essa mesma empatia se repete, ao glorificar a ação de Vargas e Salazar na construção de um Estado Novo no Brasil e em Portugal, afirmando um *ethos* luso-brasileiro condizente com os pressupostos do autoritarismo e corporativismo. Assim, a historiografia da Brasília foi condizente com a interpretação oficial da história tão reproduzida dentro e fora da academia. Como também afirmou, ao mesmo tempo, o pan-lusitanismo, ao colocar em suas interpretações do passado e do presente uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o descobridor e aquele que é descoberto.

⁵⁸Para uma análise sobre o conhecimento histórico em Walter Benjamin, em sua crítica a uma história empática com os vencedores, ver: LOWY (2002); GAGNELIN (1987); FREITAS (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer destes três capítulos, buscamos demonstrar as relações entre intelectuais (brasileiros e portugueses) e o projeto de “lusitanização do Atlântico Sul”, a partir do estudo da revista Brasília nos anos da “Política do Espírito”. Com base neste intento original, esboçamos na primeira parte (capítulo I) a íntima relação entre “Política do Espírito” e a “Política do Atlântico”, compreendendo estas políticas culturais entre Brasil e Portugal nos marcos de uma perspectiva nacionalista ufanista, alimentada pelos mitos da origem.

Em um segundo momento (segundo e terceiro capítulos) buscamos fazer um exame exaustivo da revista Brasília com um objetivo claro: demonstrar como o projeto de lusitanização do “Atlântico sul” é reiterado em diversos momentos ao longo da Brasília. Este aparece de forma explícita tendo como base projetos pragmáticos para a “Política do Atlântico”, como evidenciamos no capítulo II. Também se mostra, tal e qual demonstramos no capítulo III, de forma velada, nas discussões historiográficas, seja a partir da construção de uma imagem mitológica do passado colonial, seja na defesa de uma proximidade entre as matrizes políticas do Estado Novo português e brasileiro.

A partir deste duplo movimento (contextual e de análise das fontes) chegamos a algumas considerações sobre a revista Brasília, que estão configuradas mais como hipóteses do que como verdades prontas e acabadas, em razão do próprio limite imposto pelo recorte (1942-1949). Em uma dimensão mais global, a revista Brasília pode ser considerada como um veículo institucional de produção e reprodução dos mitos e valores do regime. No entanto, o nível de organicidade destes intelectuais em relação ao regime não pode ser visto a partir de um mero mecanicismo, pois existe um relativo grau de autonomia destas produções simbólicas.

É mediante estes limites que afirmamos um processo sistemático de “deformação” e “mistificação” da ordem social pelos intelectuais da Brasília. Esse desenvolvimento acaba por desencadear uma realidade segunda: a reprodução da perspectiva do homem cordial, o mito da boa colonização e da essência colonizadora portuguesa (supostamente transterritorial e plurirracial), a imagem de um império harmônico e orgânico, o “filho pródigo” e a suposta democracia orgânica, autoritária e corporativa – que dissimula o sistema de relações sociais objetivas – identificado externamente por uma realidade colonial extremamente exploratória, materializada na imagem de um colonialismo tão nefasto quanto o inglês e o francês (como

analisaram Perry Anderson, Gerald Bender, Charles Boxer, Alexandre Valentim e outros). É internamente um regime extremamente autocrático e monopolizador do poder, que combate qualquer antagonismo, tanto ao nível da produção simbólica quanto ao nível da ação política.

É dentro deste quadro que pensamos a revista Brasília como uma entre tantas produções, enquadradas no projeto da “Política Oficial do Espírito”. Tal projeto buscava criar um sistema monolítico de imagens (verbais e não-verbais) que estipulava uma forma de ver como irrefutável negando o antagonico através do combate, que não se estipulava somente no interior do Portugal metropolitano, mas também no desvio ocorrido nas regiões do Portugal transterritorial, que abarcava politicamente todas as suas colônias e espiritualmente também as ex-colônias.

Nestes discursos, o Brasil, apesar de separado politicamente, estava unido a Portugal a partir do mundo da cultura. Em razão daquele ser uma jovem nação, deveria estar sob a tutela do seu pai/mãe/irmão mais velho. Este tutor, em uma condição hierárquica em relação ao filho, deveria guiá-lo para que este não cometesse desvios. As produções (artigos, críticas, conferências, crônicas, antologias e documentos) da revista Brasília emergem nesta conjuntura como forma de afirmar, a partir do ato de seleção e avaliação, a condição hierárquica entre pátria-mãe e filho-prodigo, conferindo a Portugal o status de “ser criador de nacionalidades”. Dessa forma, Portugal é capaz de afirmar seus mitos, a despeito dos conflitos entre parte da intelectualidade brasileira e os portugueses, que são visíveis nessas produções em alguns momentos.

Ao analisarmos estes discursos sentimos uma certa perplexidade com a reprodução unânime dos valores do regime por inúmeros intelectuais ao longo dos volumes da Brasília (e não somente nos IV volumes analisados). Edward Said também compartilha desta perplexidade em seu estudo sobre as relações entre cultura e imperialismo, perante a recorrente legitimação do colonialismo europeu por inúmeros intelectuais ingleses e franceses do período, presos ao conceito de raça ou de superioridade cultural europeia⁵⁹ (SAID, 1995: 14).

No caso português, havia uma tentativa sistemática de “humanizar” o seu colonialismo, retirando qualquer traço de violência do seu processo colonizador. Diversos intelectuais se mobilizaram, não só em Portugal, como também no Brasil, na busca pela compreensão de como “um pequeno povo de pescadores” criou o mundo moderno. A aproximação com o Brasil deve ser vinculada a este mesmo processo, cuja busca pela

⁵⁹Para um maior aprofundamento no discurso etnocentrismo europeu desde sua gênese até a contemporaneidade, ver: TODOROV (1993) e FONTANA (2005).

invenção de uma suposta comunidade “lusobrasileira” ou lusitana reiterou as glórias do império colonial português. O discurso do “filho-que-deu-certo” deve ser visto, desta forma, como a volta pela condição hierárquica, em um âmbito cultural, entre ex-metrópole e ex-colônia.

A despeito do discurso da neutralidade e cientificidade, os intelectuais da Brasília reproduziram, a partir da reiteração desta condição hierárquica, o lugar de Portugal no mundo nos marcos de uma concepção etnocêntrica. A revista é, dessa forma, um documento da barbárie do colonialismo, já que, ao amenizar o processo colonizador português no passado, reitera as práticas deste mesmo colonialismo no presente. Ao retirarmos as “auréolas dos vencedores”, percebemos um processo histórico que é completamente oposto aos mitos de um colonialismo “cristão” e “humano”.

Tal qual o anjo de Klee (analisado na nona tese da história por Benjamin), olhamos este processo com os “olhos escancarados”. A defesa do colonialismo português por parte desta intelectualidade foi tributária dessa empatia com o discurso do vencedor: descobridor, cristão, branco e português, em detrimento daqueles cuja história foi sistematicamente amputada (negros, indígenas, etc.).

A Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul como um todo, em suas distintas produções, representam, desta forma, por meio de sua defesa intransigente ao colonialismo português, um documento da participação ativa de intelectuais, de ambas as margens do Atlântico Sul, na defesa da barbárie do colonialismo. Esta defesa se perpetua na Brasília, mesmo no momento da Guerra Colonial. Entretanto, este não é o tema desta pesquisa que se restringe a este primeiro momento, da Brasília, em seu enquadramento nos anos da “Política do Espírito”.

Fontes de pesquisa

Revista Brasília, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, v. I-IV (1942, 1943, 1946, 1949)⁶⁰:

Apresentação

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. Apresentação. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pg. 1.

COSTA, J. da Providencia. Apresentação. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 3-4.

FIGUEIREDO, Mário. Apresentação. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pg. 2.

FONTOURA, Joao Neves. Apresentação. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pg. 1.

A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros

A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. *Revista Brasília*. A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, 749-766.

A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. *Revista Brasília*. A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 737-741.

A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. *Revista Brasília*. A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 865-870.

A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. *Revista Brasília*. A vida do Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. IV, 1949, pgs. 483-490.

Artigos

AGOSTINHO, José. *Os açorianos e o clima do Brasil*. *Revista Brasília*. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 135-140.

BARROS, João. *Consciência do Brasil*. *Revista Brasília*. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 5-6.

CARVALHO, A. Ferraz. *Angola, pequeno Brasil*. *Revista Brasília*. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 141-148.

⁶⁰ Dividimos as fontes pesquisadas segundo as respectivas seções da própria revista Brasília.

CARVALHO, Pinto de. *A companhia de Jesus e a colonização do Brasil*. Revista Brasília. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 245-255.

CORREIA, A. A. Mendes. *A raça e o espírito no Brasil*. Revista Brasília. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 281-282.

REIS, Pedro Batalha. *O Brasil num portulano do Século XV*. Revista Brasília. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 200-225.

VENTURA, Carlos Simões. *A mais recente leitura da carta de Pero Vaz de caminha*. Revista Brasília. Artigos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 7-37.

Antologias

DIAS, Carlos Malheiros. *Camões e a raça*. Revista Brasília. Antologia. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 529-531.

MELO, Martinho Nobre. *Raça Lusíada*. Revista Brasília. Antologia. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 527-528.

NEMÉSIO, Vitorino. *Pequena antologia dos primeiros escritos brasileiros*. Revista Brasília. Antologia. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 507- 532.

PEIXOTO, Afrânio. *Brasileiros e portugueses*. Revista Brasília. Antologia. Coimbra Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, pgs. 537-539.

Crónicas

BETTENCOURT, Gastão. *A visita ao Brasil do director do Secretariado da Propaganda Nacional*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 743-745.

CASTRO, Augusto. *Cultura luso-brasileira*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 631-632.

CARVALHO, António Pinto. *O Brasil e as festas centenárias*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 705-706.

CORREIA, Afonso. *Lusitanidade: Evocando uma época*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 859-862.

COSTA, Augusto. *Perspectivas luso-brasileiras*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 687-696).

CAYOLLA, Júlio. *Unidade cultural lusíada*. Revista Brasília. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 679-686.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. *Uma visita cultural ao Brasil*. *Revista Brasília*. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. IV, 1949, pgs. 425-471.

LEITÃO, Joaquim. A embaixada histórica. *Revista Brasília*. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 633-695.

_____. O intercâmbio cultural luso-brasileiro e a revista *Atlântico*. *Revista Brasília*. Crónica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 697-700.

Críticas

CARVALHO, A. Pinto. *História do Brasil*, vols. I e II (Pedro Calmon). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 806-810.

_____. *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa 1530-1532* (Eugenio de Castro). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 810.

QUEIRO, Afonso Rodrigues. *As autarquias e as sociedades de economia mixta no Estado Novo* (Eryma Carneiro). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 797-803.

LIMA, Fernando de Castro. *O folclore da restauração* (Joaquim Ribeiro). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 797-803.

MARQUES, F. Costa. *Atlântico*: Revista Luso-brasileira, v. I (António Ferro; Lourival Fontes). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 905-909.

_____. *Atlântico*: Revista Luso-brasileira, v. VI (António Ferro; Lourival Fontes). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946a, pgs. 954-955.

_____. *A carta de Pero Vaz de Caminha* (Jaime Cortesão). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946b, pgs. 887-894.

LOUREIRO, Fernando Pinto. *Aspectos e perspectivas da economia nacional* (Luís Dias Rollemberg). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 881-885.

MADAHIL, Rocha. *O descobrimento do Brasil* (Alfredo Pimenta). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 807-808.

MONTALEGRE, Duarte. *Revista do Arquivo Municipal* (Antônio Piccarolo). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 921-952.

SOUSA, Torquato. *História do Brasil* (Afrânio Peixoto). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 806-810.

SOUZA, Almeida. *O Brasil de ontem e de hoje* (J. De Mattos Ibiapina). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 919-923.

PLANCHARD, Emile. *A política sanitária* (Horácio Carter). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 890-892.

PLANCHARD, Emile. *A educação pública em São Paulo* (Fernando de Azevedo). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 822-824.

_____. *A pedagogia no Estado Novo* (Humberto Grande). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 877-880.

_____. *A política sanitária* (Horácio Carter). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 890-892.

REIS, José Alberto. *Código de processo civil brasileiro* (Francisco Campos). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 829-842.

VIEIRA, Duque. *Educação e cultura* (Francisco Campos). *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 909-912

_____. *Getúlio Vargas Estadista* (Azevedo de Amaral). Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 914-919.

Conferências e Discursos

CAYOLLA, Júlio. *Unidade espiritual luso-brasileira*. *Revista Brasília*. Conferências e discursos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 543-558.

GONÇALVES, Rebelo. *Numa hora de confraternização luso-brasileira*. *Revista Brasília*. Conferências e discursos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 503-508.

RIBEIRO, Orlando. *O Brasil: A terra e o homem*. *Revista Brasília*. Conferências e discursos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942, pgs. 377-397.

Documentos

BANANEIRO, José Maria Viqueira. *El padre José de Anchieta, apóstol del Brasil*. *Revista Brasília*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. IV, 1949, pgs. 243-280.

BRANDÃO, Mario. *Uma carta do Pe. Inácio Toloca*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. IV, 1949, pgs. 434-500.

BRAZÃO, Eduardo. *Os quarenta mártires do Brasil*. *Revista Brasília*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 536-570.

COELHO, P. M. Laranjo. *Um episódio da guerra dos holandeses no Brasil*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs.587-600.

FERREIRA, Carlos Alberto. *O casamento de Pedro de Bourbon com a infanta D. Maria Teresa descrito pelo bibliotecário P. Joaquim Damso*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 619-628.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Algumas cartas no arquivo de Ferdinand Denis*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 649-667.

LIMA, Américo Pires. *Privilégios concedidos aos “cidadãos” no Rio de Janeiro por el rei D. João IV em 1640*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs.

_____. *Memória de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1º Conde de Linhares)*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1949, pgs. 383-386.

MADAHIL, A. G. Rocha. *Para a história dos processos do povoamento português no Brasil*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 615-620.

MORAIS, Francisco; PEGADO, Cesar. *Cartas do 2º Marques de fronteira sobre os negócios do Brasil*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 685-768.

_____. *Um episódio do domínio holandês no Brasil*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 400-410.

NORTON, Luís. *Os planos que Salvador de Sá e Bernardes apresentou em 1643 para se abrir o comercio com o Buenos Aires e reconquistar o Brasil e Angola*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 600-620.

PIMENTA, Alfredo. *Alguns documentos para a história comum portuguesa-brasileira*. *Revista Brasília*. Documentos. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946, pgs. 685-796.

Notas

CARVALHO, A. Pinto. *A proposito do vocábulo Brasília*. *Revista Brasília*. Notas. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943, pgs. 389-390.

PIMENTA, Alfredo. *Alguns documentos para a história comum portuguesa-brasileira*.
Revista Brasília. Notas. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1949, pgs. 355.

Referências Bibliográficas

Bibliografia específica

ACCIAIUOLI, Margarida. Exposições do Estado Novo 1934-1940. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. MARTINHO, Francisco Carlos; PINTO, António Costa. *Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultra colonialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Luís Crespo. Um rasgo vermelho sobre o oceano: Intelectuais e literatura revolucionária no Brasil e em Portugal. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et all. *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. , pgs. 177-236.

ARRUDA, José Jobson; TENGARINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira Contemporânea*. São Paulo: EDUSC,1999.

BETTENCOURT, Gastão. *António Ferro e a política do Atlântico: Saudade... dos Estados Unidos da Saudade*. Pernambuco: Imprensa oficial de Pernambuco, 1960.

BOXER, Charles Ralph. *Relações raciais no império colonial português*. Rio de Janeiro: Afrontamento, 1988.

_____. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *O poder e a memória nacional: heróis e vilões na mitologia salazarista*. Penélope, n.15, 1995, pp. 121-132.

CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTRO, Zélia Osório. Do carisma do atlântico ao sonho da Atlântida. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et all. *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, pgs. 57-88.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: Catroga, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORRAL, Luis Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pgs. 547- 673.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia: os cristãos novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- CAYOLLA, Júlio. *Brasil: terra lusíada*. Lisboa: MCMXLII, 1942.
- CERVO, A. L. . *A Parceria Inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- COSTA, Augusto. *Apologia do império português*. Nação Portuguesa, v. X, p. 191-230, 1934.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia portuguesa contemporânea: Um ensaio histórico interpretativo*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pg. 79-99.
- FERRO, António. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Propaganda, 1936.
- _____. *Prêmios literários*. Lisboa: Edições SNI, 1950.
- FLORES, Maria Bernadette Ramos. A intimidade luso-brasileira. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001.
- _____. A invenção do luso-brasileiro: nacionalismo e racialismo. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.
- FERREIRA, Marie-Jo. *Os portugueses, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX início do século XX*. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf
Acesso às 21/4/ 2013.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Perreira. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- FREITAS, Eliana. *Laços Fraternos*. Revista do Arquivo Público Mineiro.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942a.
- _____. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942b.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 50ª edição. São Paulo: Global, 2005.
- FROTSCHER, Méri. A cultura alemã como “ameaça” à cultura luso-brasileira: Nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001. pgs. 423-479.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Historiografia portuguesa no século XX*. In: MARQUES, A. H. *Antologia da historiografia portuguesa: de Herculano aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Relações culturais luso-brasileiras: encontros e desencontros*, 2007. Disponível em: <http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.pdf> Acesso em 25/04/2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: o sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et all. *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

JOAO, Maria Isabel. *Memoria e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkiam, 2002.

LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: Espaço político e imaginário social (1918-32)*. Lisboa: Edições cosmo, 1994.

LEHMKUHL, Luciene. “*O café de portinari*”: modernidade e tradição na imagem do Estado Novo brasileiro. Uberlândia: EDUFU, 2011.

LEONARD, Yves. *Salazarismo e fascismo*. Lisboa Editorial Inquérito, 1998.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LUCENA, Manuel. *Notas para uma teoria dos regimes fascistas*. *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994, pgs. 9-32.

LOFF, Manuel. *Salazarismo e franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996.

MAGALHÃES, Jose Calvet. As relações Brasil-Portugal no século XX. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet (Orgs.). *Depois das caravelas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000..

MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia, imaginário nacional: A história no curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990a.

_____. *O ultranacionalismo da memória institucional*. REIS, António. *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV. Lisboa: Publicações Alfa, 1990b.

- MARQUES, A. H. Oliveira. Apresentação. MARQUES, A. H. Oliveira (Org.). In: *Antologia da historiografia portuguesa: Vol. I - das origens à Herculano*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974, Pgs. 15-60.
- MAXWELL, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- MENDES, J. Amado. Caminhos e problemas da historiografia portuguesa. In: Catroga, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORGAL, Luis Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pgs. 373-429.
- MIRANDA, Luciana Lilian. *Um “voo” entre Portugal e Brasil: leituras das relações luso-brasileiras nas revistas Seara nova no início dos anos de 1920*. História, São Paulo, 28 (1): 2009, pgs. 485-508
- PAULO, Heloisa. *“Aqui também e Portugal”*: A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- _____. Os tempos das trocas: os caminhos comuns de Portugal e Brasil (1922-1960). In: LESSA, Carlos (Org.). *O lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, pgs. 275-300.
- PAULO, Heloisa; SILVA, Armando Malheiro. Norton de Matos, O Brasil e as raízes do paraíso – a construção da colônia ideal e o ideal colonialista. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001.
- PATRIARCA, Fatima. *A questão social no salazarismo*. Lisboa: Afrontamento, 1992.
- PINTO, Antonieta. *Um ideólogo no Estado Novo: João Ameal historiador*. *Revista de História das Idéias*, n. 17 (Do Estado Novo ao 25 de Abril), p.125-165, 1995.
- PINTO, António Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. *O Império do professor Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)*. *Análise Social*, vol. XXV (157), 2000.
- _____. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos de 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos; PINTO, António Costa. *Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PINTO, Joao Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. História, São Paulo, 28 (1), 2009, pgs. 445-482.
- PORTELA, Arthur. *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.

QUADROS, António. *Antônio Ferro: Seleção, Prefácio e comentários*. Lisboa: Editora Panorama, 1963.

TRICHES, Robertha Pedroso. “A sombra das bananeiras Desta República”: *As construções da imagem do português pela imprensa carioca*. *Revista Litteris*, n.2, pgs..

_____. *Os sentidos do Atlântico: A revista Lusitânia e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado – UFF, Niterói, 2011.

REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1825-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

RAMOS DO Ó, Jorge. *Os anos de ferro: dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*. 1. edição, Lisboa: Estampa, 1999.

RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda – as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2004.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. *A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal*. *Penélope*, n 2, Fev. 1989.

_____. Os anos de Guerra e a primeira crise do regime. In: REIS, António. *Portugal Contemporâneo (1926-1958)*. Volume IV. Lisboa: Edições Alfa, 1990a, pgs 33-74.

_____. *Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990b.

_____. Um estudo comparado do fascismo: “o autoritarismo moderno” do Estado Novo Português. In: SILVA, José Luiz Werneck. *O feixe e o prisma: Uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, pgs. 57-69.

_____. *Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária*. *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (40), 871-887.

_____. *Estado Novo, império e ideologia imperial*. *Revista de História das Idéias*, n. 17 (Do Estado Novo ao 25 de Abril), p. 21-2, 1995.

_____. *Saber Durar (1926-1949)*. In: _____. *História de Portugal: O Estado novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pgs. 141-370.

_____. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p 1031-1054.

ROWLAND, Robert. A cultura brasileira e os portugueses. in: Bastos, Cristiana; Almeida, Miguel Vale de; Feldman-Bianco, Bela. orgs.). *Trânsitos coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. São Paulo, Editora da Unicamp, 2007, pgs. 397-411.

SALAZAR, António Oliveira. *Salazar: Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas*. Lisboa: Editorial Vanguarda, 1955.

SCHIAVON, Carmem G. Burget. *Estado Novo e relações luso-brasileiras*. Tese de Doutorado – PUC-RGS, Porto Alegre, 2007.

SERRANO, Giselia de Amorim. *Caravelas de papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese de doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SERPA, Elio. *Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v 20, n° 39, p. 81-114, 2000.

_____. Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001.

_____. Nação e integração autoritária: O congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937. In: Szesz, Christiane Marques et all. *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

_____. *Revista Brasília: Olhar o outro nos próprios olhos*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, pp. 11-390, jul./set. 2010.

SILVA, Alex Gomes. *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*. Tese de Mestrado – USP, São Paulo, 2011.

SOUSA, José Manuel Guedes. *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania*. Tese de Mestrado – ULISBOA, Lisboa, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz. O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. Politeia. v.5, n.1, 2005, pgs. 133-151.

TENGARINHA, José(Org.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “Raça” e “Nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: Maio, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

_____. “O bom povo português”: usos e costumes D’Aquém e D’além Mar. *Mana* 7 (1): 55-87, 2001.

_____. *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

TORRES, Adelino. *O império português: entre o real e o imaginário*. Lisboa: Eschu, 1991.

TORGAL, Luis Reis. *Historia e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989.

_____. Sob o signo da “reconstrução nacional”. In: Catroga, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORRAL, Luis Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pgs. 219-240.

_____. *A universidade e o Estado Novo: O caso de Coimbra*. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. *A Universidade de Coimbra: Nota histórica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

_____. *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

_____. Estado Novo e intolerância: repressão e reprodução ideológica. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Tempos de fascismos: ideologia-intolerância-imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

TELO, António José. *Economia e império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmo, 1994.

VALENTIM, Alexandre. *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

Bibliografia Geral

ALEGRE, Manuel. *30 anos de poesia*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1997

BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem de difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia, técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo Editora Brasiliense, 1985.

BERNARDO, João. *Labirintos dos fascismos: Na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Afrontamento, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean et all. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, pgs. 105-146.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983c.

_____. O campo intelectual um mundo à parte. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pgs. 169-180.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da acção*. Lisboa: Editora celta, 1997.

_____. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a, pgs. 7-16.

_____. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b, pgs. 107-132.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Imagens de Índios No Brasil: O Século XVI. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ELIAS, Nobert. *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editora, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FONTANA, Josep. *A Europa diante do espelho*. São Paulo: Edusc, 2005.

GAGNELIN, Jeanne-Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: _____. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo Editora Brasiliense, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexao francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zagar ed., 1993.

PESSOA, Fernando. *Portugal, sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

_____. *Mensagem*. São Paulo: Núcleo, 1995.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, pg. 3-15.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Anexos

Anexo 1

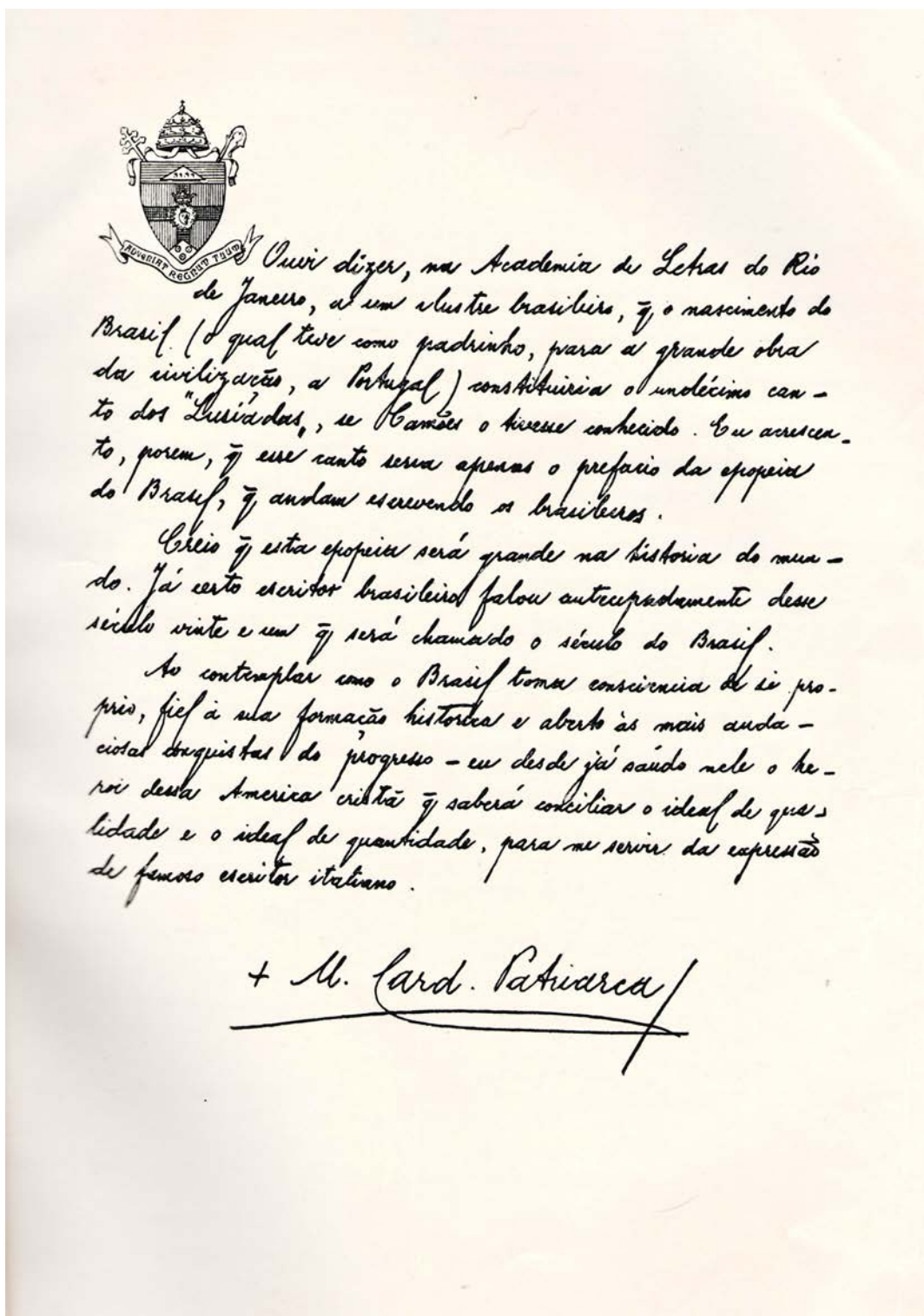
Capa da revista Brasília.



Fonte: Revista Brasília. Coimbra: Instituto de Estudos Portugueses, 1946.

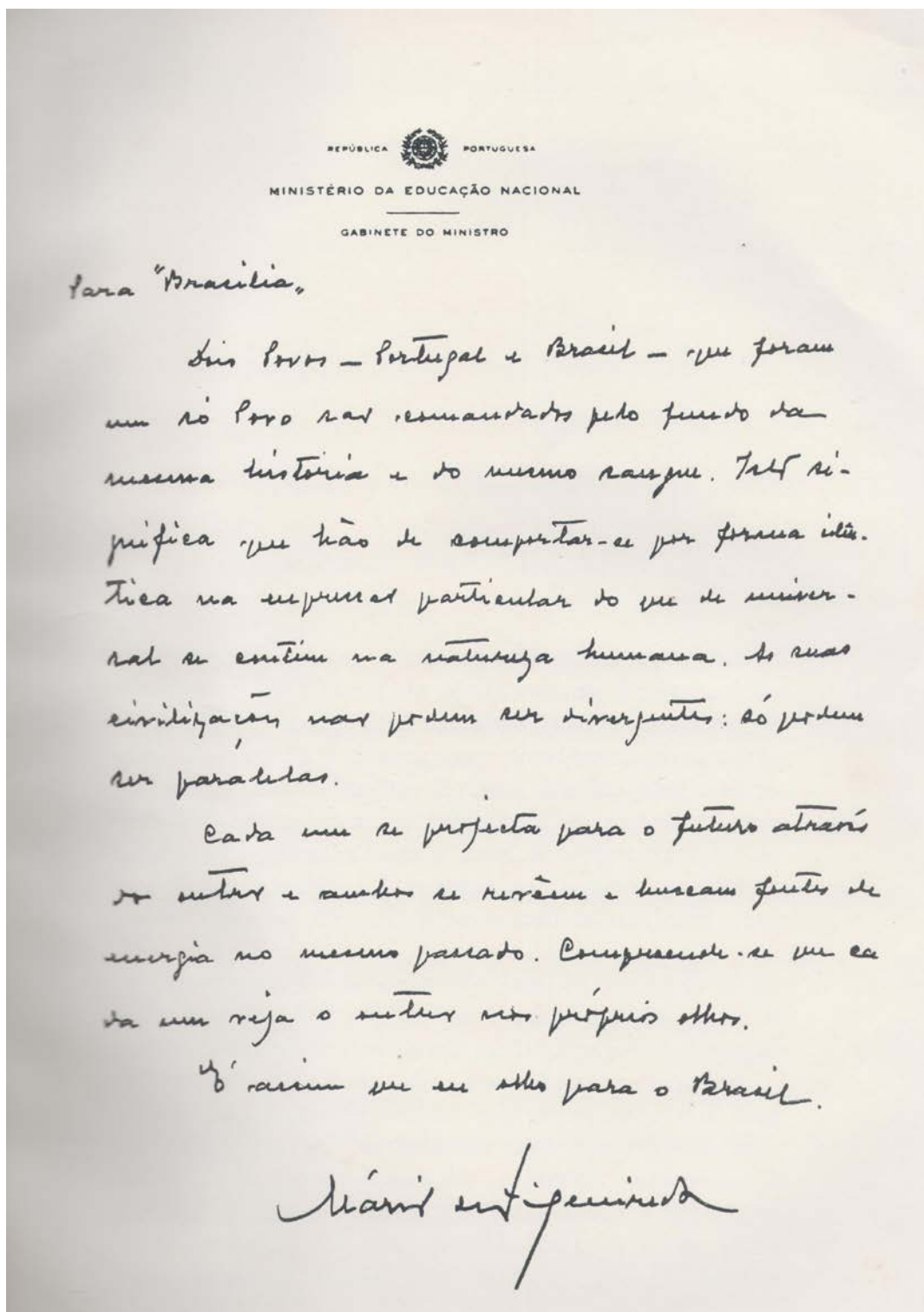
Anexo 2

Reprodução das “palavras” proferidas pelo Cardeal Manoel Cerejeira, na apresentação do 1º numero.



Anexo 3

Reprodução das “palavras” proferidas pelo Ministro da Educação Mario de Figueiredo, na apresentação do 1º numero.



Anexo 4

Foto da sessão inaugural da Sala do Brasil em 07 de Dezembro de 1937, da esquerda para a direita: Embaixador Araújo Jorge, Ministro Carneiro Pacheco, Prof. Eugénio de Castro, Prof. Joao Duarte de Oliveira (Reitor da Universidade), Embaixador Alberto de Oliveira, Prof. Mendes Correira, Prof. Afrânio Peixoto e Dr. Pedro Calmon.



Fonte: Revista Brasília. Coimbra: Instituto de Estudos Português, 1942, pg. 756.

Anexo 5

Foto de uma das salas de leitura do Instituto de Estudos Brasileiros, nas estantes os livros oferecidos pelo Brasil na ocasião do Duplo Centenário.



Fonte: Revista Brasília. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, 1943, pg. 741.

Anexo 6

Foto de uma sessão do Instituto de Estudos Brasileiros em 22 de Janeiro de 1943.



Fonte: Revista Brasília. Coimbra: Instituto de Estudos Portugueses, 1946, pg. 542.

Anexo 7

Quadro dos colaboradores do primeiro número da revista Brasília⁶¹ (1942)

Colaboradores	Informações Sobre Colaboradores	Natureza da Publicação, Título e Página
A. A. Mendes Correia	Professor catedrático da Faculdade de Ciências do Porto.	Artigo - <i>A raça e o espírito no Brasil</i> pgs. 281-282.
A. da Rocha Brito	Professor catedrático da Faculdade de Medicina da Un. de Coimbra	Conferencias e Discursos – <i>Aspectos do Brasil Médico</i> , pgs. 421-477.
A. de Amorim Girão	Professor catedrático da FL da Un. de Coimbra	Artigos – <i>Conceito antropogeográfico de Euclides da Cunha</i> , pgs. 283-286.
Afonso de Dornelas	Secretário geral da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>Heráldica portuguesa e brasileira</i> , pgs. 277-280.
Afonso Lopes Vieira	-----	Antologia – <i>A língua portuguesa</i> , pgs. 521-523.
Afrânio Peixoto	Historiador, Doutor Honoris pela Un. de Coimbra e membro da Academia Portuguesa de História	Antologia – <i>Brasileiros e portugueses</i> , pgs. 537-539.
A. G. da Rocha Madahil	Conservador do Arquivo da Un. de Coimbra	Documentos - <i>Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a história do Brasil</i> , pgs. 565-610.
Agostinho de Campos	Professor catedrático jubilado da FL de Lisboa	Artigos – <i>Brinquedos de dois poetas</i> , pgs. 145-152.
Alberto Feio	Diretor da biblioteca pública de Braga	Documentos – <i>Para a história do Brasil</i> , pgs. 611-618.
Alfredo de Carvalho	Professor do liceu de Leiria e diretor da biblioteca pública da mesma cidade	Crónica – <i>A expansão da cultura brasileira em Bordeús</i> , pgs. 717- 725.
Alfredo Pimenta	Titular fundador da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>A senhora de Pangim</i> , pgs. 179-187.
Américo da Costa Ramalho	Aluno da FL da Un. de Coimbra	Crónica – <i>Sociedade de Estudos Filológicos</i> , pgs. 739-742.
António Baião	-----	Antologia – <i>Correspondência inédita do Inquisidor e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil</i> , pgs. 543-551.
António Pinto de Carvalho	Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.	Artigo – <i>A companhia de Jesus e a colonização do Brasil</i> , pgs. 245-255; Crónica – <i>O Brasil e as festas centenárias</i> , pgs. 705-706; Crítica - <i>A “Cantiga por o sem ventura” do Pe. José de Anchieta</i> (M.L.de Pádua Martins), pg. 770; Crítica – <i>Comandante Eugenio de Castro: Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa</i> , pgs. 810-812; Crítica – <i>Relaçam da Aclamação</i> , pgs. 812; Crítica – <i>Universidade de Sao Paulo: Boletins da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras</i> , pgs. 812-816.
Arnaldo de Miranda Barbosa	Professor extraordinário da FL de Lisboa	Artigos – <i>A concepção harmônica do universo na obra de Tristão de Athayde</i> , pgs. 459.
Augusta Faria Gersão Ventura	Professora do Liceu da Infanta d. Maria (Coimbra)	Artigos – <i>Referencias de Gil Vicente ao Brasil</i> , pgs. 123-132.
Augusto da Silva Carvalho	-----	Artigos – <i>Um cirurgião da Beira, tronco de uma ilustre família do Brasil</i> , pgs. 331-347.
Augusto de Castro	Sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa e antigo	Crónica – <i>Cultura luso-brasileira</i> , pgs. 631-632.

⁶¹Quando houver repetição de um autor ou ausência de maiores informações sobre o mesmo usaremos “-----”.

	Ministro de Portugal em Roma e Bruxelas	
Augusto Moreno	Professor e escritor	Crónica – <i>O estudo da língua portuguesa no Brasil</i> , pgs. 727-729.
Carlos Alberto Ferreira	Antigo conservador da biblioteca da ajuda	Artigo – <i>A biblioteca da ajuda na historiografia brasileira</i> , pgs. 269-275; Documentos – <i>O casamento do Infante D. Pedro de Bourbon com a Infanta D. Maria Teresa, descrito pelo bibliotecário P. Joaquim</i> , pgs. 619-628.
Carlos Malheiro Dias	Escritor e historiador.	Antologia – <i>Camões e a raça</i> , pgs. 529-531.
Carlos Simões Ventura	Bibliotecário da Biblioteca Geral da Un. de Coimbra	Artigos – <i>A mais recente leitura de Carta de Pero Vaz de Caminha</i> , pgs. 7-37.
Costa Pimpão	Professor extraordinário da FL da Un. de Coimbra	Crítica – <i>A saudade brasileira</i> , pgs. 789-792.
Dionísia Camões de Mendonça	Professora e reitora do Liceu da Infanta D. Maria (Coimbra)	Crítica – <i>Phytogeographia do Brasil</i> , pgs. 820; Crítica – <i>Como se ensina geografia</i> (A. F. Proença), pgs. 825-828.
Durval Pires de Lima	Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>A devassa do Dr. Joao Velho de Azevedo</i> , pgs. 202-222; Crónica – <i>Os Congressos do Mundo Português</i> , pgs. 707-716.
Eduardo Coelho	Professor agregado da Faculdade de Medicina de Lisboa	Artigos – <i>O brasilismo nos médicos portugueses</i> , pgs. 349-373.
Elza Paxeco	Doutora em letras pela Universidade de Lisboa	Conferencias e Discursos – <i>O mito do Brasil-menino</i> , pgs. 399-420.
Emile Planchard	Professor contratado da FL da Un. de Coimbra	Crítica – <i>A instrução e as Províncias (Primitivo Moacyr)</i> , pgs. 821-822; Crítica – <i>A educação Pública em S. Paulo (Fernando de Azevedo)</i> , pgs. 812-824; Crítica – <i>Ensinar a ensinar (Afrânio Peixoto)</i> , pgs. 825-828.
Eugénio de Castro	-----	Antologia – <i>Portugal-Brasil</i> , pgs. 540.
F. Costa Marques	Professor contratado da FL de Coimbra	Crítica - <i>Nótuas Camonianas</i> (Veiga de Carvalho), pgs. 781-785; Crítica - <i>A Sombra dos Jerônimos</i> (Osvaldo Órico), pgs. 792-794; Crónica – <i>A Academia Brasileira de Letras</i> , pgs. 731-735; Crítica - <i>Clima</i> – Revista mensal (Lourival Fontes), pgs. 800-801.
Fidelino de Figueiredo	Professor contratado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de SP	Artigo – <i>A personalidade literária de Rui Barbosa</i> , pgs. 133-135.
Francisco Morais e César Pegado	-----	Antologia - <i>Um episódio do domínio holandês no Brasil</i> , pgs. 553-555.
Gastão de Bettencourt	Escritor	Crónica – <i>A visita do diretor do Secretariado de Propaganda Nacional</i> , pgs. 743-745.
Henrique de Campos Ferreira Lima	Diretor do Arquivo Histórico Militar e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa	Artigos – <i>José Bonifácio de Andrada e Silva, major e tenente-coronel e comandante do Corpo Militar Acadêmico em 1809-1810</i> , pgs. 223-244.
Hernani Cidade	Professor catedrático da FL de Lisboa	Artigos – <i>O “Judas do Brasil” Francisco de Sousa Coutinho</i> , pgs. 189-2-2.
J. da Providencia Costa	Professor catedrático e diretor da FL de Coimbra	<i>Apresentação</i> , pg. 3-4.
Joao de Barros	Escritor, professor e sócio correspondente da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>Consciência do Brasil</i> , pgs. 5-6.
Joao Porto	Professor catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra	Conferencias e Discursos – <i>O Prof. Miguel Couto</i> , pgs. 479-502.
Joaquim de Carvalho	Professor catedrático da FL de Coimbra	Crítica – <i>Tácito Portuguesez. Vida, e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV</i> (D. Francisco Manuel de Mello), pgs. 773-776

Joaquim Leitão	Secretário Geral da Academia das Ciências de Lisboa e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras	Crónica – <i>Embaixada histórica</i> , pgs. 633-700.
José Alberto dos Reis	Professor catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra e Presidente da Assembleia Nacional	Crítica – <i>Código do Processo Civil Brasileiro</i> , pgs. 829-842.
José Ines Louro	Médico e escritor	Artigos – <i>Linguagem médica luso-brasileira</i> , pgs. 63-67.
José Osório de Oliveira	Escritor	Artigos – <i>Brasilerismo de Machado de Assis</i> , pgs. 137-143.
José Pedro Machado	Licenciado em letras pela Universidade de Lisboa.	Crítica - <i>Fontes do Latim Vulgar</i> (Serafim Silva Neto), pgs. 768-770.
Joseph M. Piel	Professor da FL de Coimbra	Artigos – <i>A proposito de três brasileirismos</i> , pgs 57-61; Crítica - <i>Estudos de Philologia: I. Alarife</i> (José Quintela), pgs. 768-769
Luís Chaves	Conservador do museu etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos	Artigos – <i>Poesia popular – Reflexos da gente portuguesa no Brasil</i> , pgs. 69-121.
Luís de Pina	Professor extraordinário da Faculdade de Medicina do Porto	Artigos – <i>Para a história da História Natural brasileira</i> , pgs. 307-330.
Luís Silveira	Diretor da Biblioteca Publica da Évora	Documentos – <i>Documentos para história literária da Baía</i> , pgs. 557-564.
Manuel Gonçalves Cerejeira	Cardeal Patriarca e Doutor em História pela Un. de Coimbra	<i>Apresentação</i> , pg.1.
Manuel de Paiva Boléo	Professor da FL de Coimbra	Crítica – <i>Maias e Estevas</i> (Afrânio Peixoto), pgs. 794-800.
Maria de Jesus Gomes	Aluna da FL de Coimbra	Crónica – <i>A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sao Paulo</i> , pgs. 737-738; Crítica – <i>Homero – Odisseia – Traduzida do grego</i> (Carlos Alberto Nunes), pgs. 802-804; Crítica – <i>Acta Classicae Humanitatis Seminarii</i> , pgs. 804-805.
Manuel de Sousa Pinto	-----	Antologia – <i>Povos camonianos</i> , pgs. 533-534.
Mario de Figueiredo	Ministro da Educação Nacional	<i>Apresentação</i> , pg. 2.
Martinho Nobre de Melo	Diplomata	Antologia – <i>Raça Lusíada</i> , pgs. 527-528.
Moses Bensabat Amzalak	Professor catedrático e diretor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Lisboa)	Artigos – <i>Economistas brasileiros</i> – Luís Nogueira de Paula, pgs. 287-306.
Nuno Simões	Escritor e antigo Ministro	Crónica – <i>Política do Atlântico Sul</i> , pgs. 701-703.
Oswaldo Orico	Escritor	Antologia – <i>A língua e o Brasil</i> , pgs. 523.
Orlando Ribeiro	Professor extraordinário da FL de Coimbra	Conferencias e Discursos – <i>O Brasil: a terra e o homem</i> , pgs. 377-397; Crítica – <i>Geografia Humana do Brasil</i> (Pierre Deffonataines), pgs. 817-819.
Pierre Hourcade	Diretor do Instituto Frances em Portugal	Artigos – <i>Testemunhos literários franceses sobre o Brasil contemporâneo</i> , pgs. 167-178.
Rebello Gonçalves	Professor catedrático da FL de Coimbra e diretor do Instituto de Estudos Brasileiros.	Conferencias e Discursos – <i>Numa hora de confraternização luso-brasileira</i> , pgs. 503-507; Conferencias e Discursos – <i>A eloquência de Rui Barbosa</i> , pgs. 509-518.
Ricardo Jorge	-----	Antologia – <i>Vieira e o Brasil</i> , pgs. 535.
Rodrigo de Sá Nogueira	Professor da FL de Lisboa e secretario do Centro de Estudos Filológicos	Crítica - <i>Revista Filológica</i> , pgs. 770-771.
Salvador de Mendonça	-----	Antologia - <i>A República das Letras Portuguesas</i> , pgs. 525-526.
Serafim Leite	Escritor e sócio correspondente da	Artigo – <i>Uma biblioteca portuguesa no Brasil dos</i>

	Academia Brasileira de Letras	<i>tempos coloniais</i> , pgs. 269-275.
Torquato de Sousa Soares	Professor da FL de Coimbra	Crítica – <i>História do Brasil</i> , pgs. 807-810.
Vergílio A. Ferreira	Professor estagiário do Liceu Nacional D. Joao III	Crítica – <i>Eça de Queiroz e o Século XIX</i> (Vianna Moog), pgs. 786-789.
Vitorino Nemésio	Professor catedrático da FL de Lisboa	Crítica - <i>Poesias Completas</i> (Manuel Bandeira), pgs. 776-781.

Anexo 8

Quadro dos colaboradores do segundo número da revista Brasília (1943).

Colaboradores	Informações Sobre os Colaboradores	Natureza da Publicação, Título e Página
Afonso Lopes Vieira	-----	Apresentação – <i>Outras breves notas de um estudante da Língua</i> , pgs. 3-13.
A. de Magalhães Basto	Diretor do Arquivo distrital do Porto	Artigos – <i>Porto e São Paulo</i> (Uma aproximação de fatos e uma pergunta), pgs. 251-279.
Afonso Arinos de Melo Franco	Escritor e antigo professor da Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro	Documentos – <i>Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis</i> , pgs. 649-667.
Afonso Rodrigues Queiró	Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra	Crítica – <i>As autarquias e as Sociedades de Economia Mixta no Estado Novo</i> (Eryma Carneiro), pgs. 885-890.
A. G. da Rocha Madahil	-----	Documentos – <i>Para a história do povoamento português no Brasil</i> , pgs. 615-620; Documentos – <i>Relação e notícia de vários sucessos acontecidos no Brasil em 1754</i> , pgs. 411-420.
A. Gonçalves Rodrigues	Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra	Crítica – <i>Aristarchos</i> (Fidelino de Figueiredo), pgs. 771-773.
A. J. da Costa Pimpao	Professor da Faculdade de Letras de Coimbra	Crítica – <i>O Uruguay</i> , pgs. 777-780.
Alfredo Pimenta	-----	Notas – <i>A senhora de Pangim</i> , pgs. 405-410.
Antonio Meliço Silvestre	Professor catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra	Crítica – <i>Política Sanitária</i> (Horácio Cartier), pgs. 890-892.
A. Piccarolo	Professor da escola livre de sociologia e política de SP	Notas – <i>Viagem nupcial e comercial</i> , pgs. 397-402.
A. Pinto de Carvalho	Professor da Faculdade de Letras de Lisboa	Notas – <i>A proposito do Vocabulo “Brasília”</i> , pgs. 389-390; Crítica – <i>História do Brasil</i> (Pedro Calmon), pgs. 806-810.
Armando Gonçalves Pereira	Professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras e Sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa	Artigos – <i>Relações economicas luso-brasileiras</i> , pgs. 327-357.
Arnaldo de Miranda Barbosa	-----	Crítica – <i>Descartes: Época, Vida e Obra</i> (Ivans Lins), pgs. 819-874.
Augusto César Pires de Lima	Professor do Liceu de Rodrigues de Freitas (Porto)	Artigos – <i>O sinal da cruz de Junot</i> , pgs. 159-169.
Augusto Moreno	-----	Notas – <i>Má observação ou erradas informações</i> , pgs. 390-392; Crónica – <i>O português é língua una e indivisível</i> , pgs. 675-678.
Claúdio Basto	Diretor da revista Portucale e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.	Artigos – <i>A teimosia das mulheres nos contos populares</i> , pgs. 171-197.
Carlos Sombrio	-----	Crítica – <i>Brasil: Dativa de Deus, Milagre dos Homens</i> (Gastão de Bettencourt), pgs. 897-899.
Denis Brass	Adjunto de Língua Inglesa da FL de Coimbra	Crítica – <i>Temas da Música Brasileira</i> , pgs. 899-903.
Durval Pires de Lima	-----	Crítica – <i>O Príncipe Perfeito</i> (Afrânio Peixoto), pgs. 815-816.
Eduardo Brazao	Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História	Documentos – <i>Os quarenta mártires do Brasil</i> , pgs. 535-576, pgs. 535-576.
E. Planchard	Professor da FL de Coimbra	Crítica – <i>A pedagogia no Estado Novo</i> (Humberto Grande), pgs. 877-880; Crítica – <i>Formação</i> , pgs. 912-914.

F. Costa Marques	-----	Crónica – <i>O intercâmbio cultural luso-brasileiro e a revista Atlântico</i> , pgs. 687-697. Crítica - <i>A Língua Portuguesa no Brasil</i> (Jacques Raimundo), pgs. 761-767; Crítica – <i>Panorama da Literatura Brasileira</i> (Afrânio Peixoto), pgs. 773-777; Crítica – <i>Atlântico</i> , pgs. 905-909; Crítica – <i>Revista Brasileira</i> , pgs. 910-912.
Fernando de Castro Pires de Lima	Médico e escritor	Notas - “ <i>No ventre da virgem Mãe</i> ” (Notula etnográfica), pgs. 394-397; Crítica – <i>O Folklore da Restauração</i> , pgs. 795-803.
Fernando Pinto Loureiro	Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra	Crítica – <i>Aspectos e perspectivas da economia Nacional</i> (Luís Dias Rollemberg), pgs. 881-885.
Gastão de Bettencourt	-----	Conferencias – <i>O homem primitivo do Brasil e o sentido eterno do ritmo</i> , pgs. 457-503.
Henrique de Campos Ferreira Lima	-----	Artigos – <i>José Basílio Gama</i> – Alguns novos subsídios para a sua biografia, pgs. 15-32; Artigos – <i>Gonçalves Dias em Portugal</i> , pgs. 33-80; Documentos – <i>Documentos relativos à Colônia do Sacramento existentes no Arquivo Histórico Militar</i> , pgs. 621-640.
J. A. Pires de Lima	Professor da Faculdade de Medicina do Porto	Artigos – <i>Como foi iniciado o ensino de Anatomia no Brasil</i> , pgs. 373-386.
Joaquim de Silveira	Membro da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>Vocalismo brasileiro: dois apelidos</i> , pgs. 3-13.
José de Oliveira Boléo	Assistente da FL de Lisboa	Artigos – <i>O estudo das ciências geográficas no Brasil</i> , pgs. 233-238; Crítica – <i>Geologia e Geografia Física do Brasil</i> , pgs. 787-795.
José Osório de Oliveira	Escritor e Secretário da redação da revista Atlântico	Conferencias – <i>A poesia moderna do Brasil</i> , pgs. 423-456.
Júlio Cayolla	Agente Geral das Colônias	Crónica – <i>Unidade cultural lusíada</i> , pgs. 679-686.
Luís Chaves	-----	Artigos – <i>O “ciclo dos Descobrimentos” na poesia popular do Brasil</i> , pgs. 81-157.
Luís Norton	Antigo consul de Portugal no Rio de Janeiro e sócio do IHGB	Documentos – <i>Os planos que Salvador Correia de Sá e Benavides apresentou em 1643 para se abrir o comércio com Buenos Aires e reconquistar o Brasil e Angola</i> , pgs. 595-613.
Luís Scwalbach	Professor da FL de Lisboa	Artigos – <i>O Brasil – rico manancial de problemas geográficos</i> , pgs. 227-232.
Luís Silveira	-----	Crónica – <i>Algumas observações acerca do ensino da Literatura Brasileira na Alemanha</i> , pgs. 709-713.
Macedo Mendes	Professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa	Notas – <i>Notula a uma conferência de Waldo Frank</i> , pgs. 402-404.
Mario Brandao	Professor da FL de Coimbra	Documentos – <i>uma carta do P. Inacio Tolosa</i> , pgs. 577-585.
Marques Braga	Antigo professor do Liceu de Pedro Nunes	Notas – <i>Lirismo brasileiro</i> , pgs. 393-394.
Moses Bensabat Amzalak	-----	Artigos - <i>Economistas brasileiros</i> – José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835), pgs. 281-325.
Paulo Quintela	Professor da FL de Coimbra	Crítica – <i>Die versdichtung des Brasiliers Antonio Gonçalves Dias</i> (Fritz Ackermann), pgs. 781-785.
Pedro Batalha Reis	Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História	Artigos – <i>O Brasil num portulano no século XV</i> , pgs. 199-225.
Pedro Vitorino	Diretor da revista Portucale	Artigo – <i>A Lagoa Santa do Sabará e o seu primeiro relator científico</i> , pgs. 359-372.
Pinto do Couto	Professor da Escola de Belas-Artes e Secretário Geral do	Crónica – <i>As artes plásticas no Brasil: um grande mestre da pintura contemporânea</i> – Rodolfo

	Grupos de Estudos Brasileiros do Porto	Amoêdo, pgs. 715-722.
P. M. Laranjo Coelho	Titular fundador da Academia Portuguesa de História	Documentos – <i>Um episódio da guerra dos Holandeses no Brasil</i> – O ataque à cidade da Baía, pgs. 58-593.
Rebello Gonçalves	-----	Crítica – <i>Novos Rumos em Filologia</i> (Almir Câmara de Matos Peixoto), pgs. 767-770.
Rocha Madahil	-----	Crítica – <i>O descobrimento do Brasil</i> (Alfredo Pimenta), pgs. 805-806.
Serra Frazao	Funcionário colonial e escritor	Notas – <i>A palavra batuque</i> , pgs. 392-393.
Silvio Lima	Professor da FL de Coimbra	Crítica – <i>A Capitania das Minas Gerais</i> (Augusto de Lima Júnior), pgs. 810-815.
Vergílio A. Ferreira	-----	Crítica – <i>Estudos e Orações</i> (Celso Vieira), pgs. 893-896.
Vitorino Nemésio	-----	Antologia – <i>Pequena antologia dos primeiros escritos brasileiros</i> – Seleção e notas, pgs. 507-531.

Anexo 9

Quadro dos colaboradores do terceiro número da revista Brasília (1944/46).

Colaboradores	Informações Sobre os Colaboradores	Natureza da Publicação, Título e Página
Afonso Correia	Jornalista e escritor (especializado em assuntos coloniais)	Crónica – <i>Lusitanidade</i> – Evocando uma época, pgs. 859-862.
Agostinho Gomes	-----	Notas – <i>Nótula à margem da obra de Cecilia Meireles</i> , pgs. 534-536.
Alfredo Fernandes Martins	Assistente da FL de Coimbra	Artigo – <i>Grandeza, declínio e novas possibilidades da borracha brasileira</i> , pgs. 341-376; Crónica – <i>Geografia Humana do Brasil</i> , pgs. 809-824; Crítica – <i>Revista Brasileira de Geografia</i> , pgs. 925-931.
Alfredo Pimenta	-----	Documentos – <i>Alguns documentos para a história comum português-brasileira</i> , pgs. 769-793.
A. Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima	Assistente da Faculdade de Ciências do Porto e professor do Liceu	Artigos – <i>Medicina popular luso-brasileira</i> , pgs. 121-134.
Almeida e Sousa	Bibliotecário da Biblioteca Geral da Un. de Coimbra	Crítica – <i>O Brasil de Ontem e de Hoje</i> , pgs. 919-923.
Álvaro Machado	Professor da Faculdade de Ciências do Porto.	Artigos – <i>Sextante: descoberta de Newton</i> , pgs. 485-509.
Américo da Costa Ramalho	Aluno da FL de Coimbra	Artigos – <i>A cultura clássica de Rui Barbosa</i> , pgs. 528-532.
Américo Pires de Lima	Professor da Faculdade de ciências do Porto	Artigos – <i>Um desconhecido explorador de Minas-Gerais</i> , pgs. 479-484.
Anselmo Ferraz de Carvalho	Professor da Faculdade de Ciências de Coimbra	Artigos – <i>Angola, pequeno Brasil</i> , pgs. 141-148.
Armando de Lacerda	Diretor do laboratório de fonética experimental da FL de Coimbra	Crónica – <i>O primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada</i> , pgs. 797-807.
Armando de Matos	-----	Artigos – <i>Comentário explorador de Minas-Gerais</i> , pgs. 479-484.
Belisário Pimenta	Coronel e escritor (especializado em História Militar)	Artigos – <i>Mario de Albuquerque</i> (Notas para a sua biografia), pgs. 427-458.
César Pegado	Bibliotecário da Biblioteca Geral de Coimbra	Documentos – <i>Cartas do 2.º Marquês de Fronteira sobre os negócios do Brasil</i> , pgs. 685-768.
Cruz Malpique	Professor do Liceu de Luanda	Artigos – <i>Para um possível perfil de Machado de Assis</i> , pgs. 83-107.
Dionísia Camões de Mendonça	-----	Crítica – <i>Goiânia</i> , pgs. 923-924.
Duarte de Montalegre	Escritor	Crítica – <i>Revista do Arquivo Municipal</i> , pgs. 931-952.
Duque Vieira	-----	Crítica – <i>Getúlio Vargas Estadista</i> , pgs. 914-919.
Emile Planchard	-----	Crítica – <i>Educação e Cultura</i> , pgs. 909-913.
F. Costa Marques	-----	Crítica – <i>A carta de Pero Vaz de Caminha</i> (Afrânio Peixoto), pgs. 887-894; Crítica – <i>Presenças eterna</i> (João de Barros), pgs. 905-908; Crítica – <i>Terra de Vera-Cruz</i> , pgs. 953-954; Crítica – <i>Atlântico</i> , pgs. 954-958.
Felisberto Martins	Professor do Liceu de Beja	Crítica – <i>A luta pela Expressão e Prolegômenos para uma Filosofia da Literatura</i> , pgs. 901-904.
Francisco de Queirós	Secretário da Presidência da relação de Coimbra	Conferencias – <i>O Conde da barca e o Brasil</i> , pgs. 559-575.
Jean Rousé	Leitor de língua francesa na FL de Coimbra	Crítica – <i>Antero</i> (Fidelino de Figueiredo), pgs. 894-901.
Joao Neves da	Embaixador português	Apresentação, pg. 1.

Fontoura		
Joaquim da Silveira	-----	Artigos – “ <i>Gandavo</i> ”, não “ <i>Gandavo</i> ”, pgs. 525-528.
José Agostinho	Diretor meteorológico dos Açores	Artigos – <i>Os açorianos e o clima do Brasil</i> , pgs. 141-148.
José Alberto Nogueira Vaz de Carvalho	Licenciado em filologia romântica pela Un. de Coimbra	Crítica - <i>Contribuição para o Estudo da Flora Florestal Paulista</i> (Edmundo Navarro de Andrade), pgs. 871-873.
José Augusto Cesário Alvim	Delegado do DIP	Notas – <i>Raul de Leoni, lírico da inteligência</i> , pgs. 532-534.
José Gonçalves Santa-Rita	Professor da Escola Superior Colonial	Artigos – <i>O conflito das colonizações</i> , pgs. 407-425.
José Ferreira Tavares	-----	Antologia – <i>As “metamorfozes” de António Dinis da Cruz e Silva</i> , pgs. 605-682.
Júlio Brandao	Antigo diretor da biblioteca municipal do Porto	Crónicas – <i>Um escultor primacial: Júlio Brandão</i> . Pgs. 430.
Júlio Cayolla	-----	Conferencias – <i>Unidade espiritual luso-brasileira</i> , pgs. 543-558.
Luís da Silva Ribeiro	Escritor	Notas – <i>A propósito de uma canção popular terceirense: “As velhas”</i> , pgs. 537-540.
Luís de Pina	-----	Artigos – <i>Flora e fauna brasílicas nos antigos livros médicos portugueses</i> , pgs. 149-340.
Luís Norton	-----	Crónica – <i>O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , pgs. 825-831.
Magalhães Vilhena	Assistente da FL de Coimbra	Artigos – <i>Filosofia e Cultura</i> , pgs. 511-522.
Manuel de Paixa Boléo	Professor da FL de Coimbra	Artigos – <i>Brasileirismos</i> (problemas de método), pgs. 3-82.
Marcelo Caetano	Professor da Faculdade de Direito de Coimbra	Artigos – <i>Donde vem o nome de “Inconfidência Mineira”?</i> , pgs. 459-467.
Maria de Jesus Gomes	-----	Crónica – <i>O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro</i> , pgs. 833-837.
Moses Bensabat Amzalak	-----	Artigos – <i>Economistas brasileiros: Roberto Cocharane Simonsen</i> , pgs. 377-406.
Paulo Quintela	-----	Crítica – <i>William Shakespeare</i> (Onestaldo de Pennafort), pgs. 881-886.
Virgílio Arruda		Crónicas – <i>A graça de Santarém</i> , pgs. 839-845.
Vitorino Nemésio	-----	Antologia – <i>Pequena Antologia da Poesia brasileira nos séculos XVI e XVII</i> , pgs. 579-604.
Walter de Sousa Medeiros	Aluno da FL de Coimbra (filologia clássica)	Crítica - <i>Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira</i> (Antenor Nascentes), pgs. 873-880.

Anexo 10

Quadro dos colaboradores do quarto número da revista Brasília (1949).

Colaboradores	Informações Sobre os Colaboradores	Natureza da Publicação, Título e Página
Agostinho Gomes	-----	Notas – <i>Gilka Machado</i> , pgs. 163-165.
Alfredo Pimenta	-----	Notas – <i>Alguns documentos para a história comum português-brasileira</i> , pgs.155.
Américo Pires de Lima	-----	Documentos – <i>Privilégios concedidos aos “cidadãos” do Rio de Janeiro por el-rei D. Joao IV, em 1642</i> , pgs. 375-382; Documentos – <i>Memória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1º Conde de Linhares)</i> , pgs. 383-422.
António Luís da Costa Rodrigues	Secretário do Governo Civil de Coimbra	Conferencias – <i>Escolares do Brasil em Coimbra</i> , pgs. 169-199.
Armando Cortes Rodrigues	Professor do Liceu de Ponta Delgada	Artigos – <i>Reflexos no cancioneiro popular açoriano</i> , pgs. 29-55.
Augusta Faria Gersao Ventura	-----	Artigos – <i>Notas camonianas</i> , pgs 119-154.
Augusto César Pires de Lima	-----	Notas – <i>Os romances tradicionais em Portugal e no Brasil</i> (nótula), pgs. 158-161.
Aurélio Pais Tavares	Aluno da FL de Coimbra (filologia clássica)	Crítica – <i>A influencia Africana no Português do Brasil</i> (Aurélio Pais Tavares), pgs. 512-522; Crítica – <i>A influencia Africana no Português do Brasil</i> (Renato de Mendonça), pgs. 512-522.
Belisário Pimenta	-----	Conferencias – <i>As duas Guararapes</i> , pgs. 201-241.
Duarte de Montalegre	-----	Artigos – <i>Ribeiro Couto</i> : poeta da serenidade, pgs. 69-83.
Duque Vieira	-----	Nota – <i>Preconceito continental</i> , pgs. 156-158.
F. Costa Marques	-----	Crítica – <i>Brasil Cultural</i> , pgs. 511-512.
Felisberto Martins	-----	Antologia – <i>Antologia da poesia romântica brasileira</i> , pgs. 311-372; Crítica – <i>Estudos de Filologia Portuguesa</i> (Silveira Bueno), pgs. 491-495.
Francisco Torrinha	Professor da antiga FL do Porto	Artigos – <i>Tomaz António de Gonzaga: Considerações sobre a sua vida e obra</i> , pgs. 3-16.
Gregorio Maranon	-----	Crónica – <i>A arte de escrever contos</i> , pgs. 473-479.
Hígino Vieira	Professor do Liceu de Salvador Correia (Luanda)	Artigos – <i>Alguns aspectos da moderna literatura brasileira</i> , pgs. 17-27.
I. D ⁶² .	-----	Crítica – <i>Introdução ao Estudo da Literatura</i> (Cécil Meira), pgs. 495-502; Crítica – <i>A evolução das palavras</i> (A. Tenório de Albuquerque), pgs. 504-507; Crítica – <i>Textos Quinhentistas</i> (Sousa de Silveira), pgs. 504-507; Crítica – <i>Breves considerações a proposito da Língua Brasileira</i> , pgs. 507-510.
José Maria Viqueira Barreiro	Leitor de espanhol na Un. de Coimbra	Conferencias – <i>El padre José de Anchieta, apóstol del Brasil</i> , pgs. 243-280.
José Ramos Bandeira	Professor da Escola de Farmácia de Coimbra	Conferencias – <i>Alguns fatos da Farmácia brasileira</i> , pgs. 281-307.
Luís da Cunha Gonçalves	Professor aposentado do Instituto Superior de Ciencias Economicas e Financeiras (Lisboa)	Crónica – <i>Uma visita cultural ao Brasil</i> , pgs. 425-471.
Serra Frazão	-----	Notas – <i>Samba</i> (bailado brasileiro), pgs. 161-163.
Victor Buescu	Leitor de Romeno da Un. de	Artigos – <i>Analogias temáticas nos românticos</i>

⁶²Este autor só colocou suas iniciais, não sabemos o seu nome completo.

	Coimbra	<i>brasileiros e romenos</i> , pgs. 85-118.
Vincenzo Spinelli	Antigo leitor de italiano da Un. de Coimbra	Artigos – <i>Novos elementos para o estudo comparativo da medicina popular e das superstições do povo brasileiro</i> , pgs. 57-68.
Walter de Sousa Medeiros	-----	Crítica - <i>Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira</i> , pgs. 525-528; Crítica – Porto e Brasi: figuras e fatos da História Brasileira, pgs. 522-525.